

# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII

FLORIANÓPOLIS, 4 DE DEZEMBRO DE 2013

NÚMERO 6.630

## MESA

Joares Ponticelli  
**PRESIDENTE**

Romildo Titon  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Pe. Pedro Baldissera  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Kennedy Nunes  
**1º SECRETÁRIO**

Nilson Gonçalves  
**2º SECRETÁRIO**

Manoel Mota  
**3º SECRETÁRIO**

Jailson Lima  
**4º SECRETÁRIO**

## LIDERANÇA DO GOVERNO

Aldo Schneider

## PARTIDOS POLÍTICOS (Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Carlos Chiodini

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**  
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Ana Paula Lima

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Dóia Guglielmi

**DEMOCRATAS**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**  
Líder: Angela Albino

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO SOCIALISMO E  
LIBERDADE**  
Líder: Sargento Amauri Soares

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
José Nei A. Ascarí  
Jean Kuhlmann  
Ana Paula Lima  
Dirceu Dresch  
Serafim Venzon  
Narcizo Parisotto  
Aldo Schneider

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente  
Carlos Chiodini - Vice-Presidente  
Volnei Morastoni  
Gelson Merisio  
Aldo Schneider  
Marcos Vieira  
Sargento Amauri Soares

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente  
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente  
Edison Andrino  
Moacir Sopelsa  
Reno Caramori  
Dóia Guglielmi  
Sargento Amauri Soares

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Marcos Vieira - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
Ciro Roza  
Dirceu Dresch  
Aldo Schneider  
Renato Hinnig  
Angela Albino

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascarí - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Altair Guidi  
Luciane Carminatti  
Dirce Heiderscheidt  
Antonio Aguiar  
Serafim Venzon

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Taxista Voltolini - Presidente  
Neodi Saretta - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
Aldo Schneider  
Edison Andrino  
Dado Cherem  
Maurício Eskudlark

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Angela Albino  
Silvio Dreveck  
Neodi Saretta  
Luciane Carminatti  
Renato Hinnig  
Antonio Aguiar  
Marcos Vieira

### COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
José Nei A. Ascarí  
Dirceu Dresch  
Narcizo Parisotto  
Mauro de Nadal  
Dóia Guglielmi

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente  
Angela Albino - Vice-Presidente  
Gelson Merisio  
Dirceu Dresch  
Carlos Chiodini  
Moacir Sopelsa  
Dado Cherem

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente  
Taxista Voltolini - Vice-Presidente  
Ciro Roza  
Altair Silva  
Dirce Heiderscheidt  
Edison Andrino  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente  
Jorge Teixeira  
Darci de Matos  
Altair Silva  
Luciane Carminatti  
Volnei Morastoni  
Moacir Sopelsa  
Antonio Aguiar  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti - Presidente  
Angela Albino - Vice-Presidente  
Jorge Teixeira  
Dirce Heiderscheidt  
Antonio Aguiar  
Gilmar Knaesel  
José Milton Scheffer

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente  
Carlos Chiodini - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Reno Caramori  
Ana Paula Lima  
Renato Hinnig  
Marcos Vieira

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Altair Silva  
Ismael dos Santos  
Sargento Amauri Soares  
Carlos Chiodini  
Dado Cherem

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente  
Jean Kuhlmann - Vice-Presidente  
Reno Caramori  
Volnei Morastoni  
Edison Andrino  
Dirce Heiderscheidt  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente  
Antonio Aguiar - Vice-Presidente  
José Milton Scheffer  
Sargento Amauri Soares  
Jorge Teixeira  
Mauro de Nadal  
Serafim Venzon

### COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente  
Aldo Schneider - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
Volnei Morastoni  
Mauro de Nadal  
Taxista Voltolini  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente  
Ismael dos Santos - Vice-Presidente  
Ana Paula Lima  
Dirce Heiderscheidt  
Carlos Chiodini  
Altair Silva  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente  
Ana Paula Lima - Vice-Presidente  
Antonio Aguiar  
Dado Cherem  
Reno Caramori  
Gelson Merisio  
Sargento Amauri Soares

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Rita de Cassia Costa</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 48 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 093ª Sessão Ordinária realizada em 16/10/2013..... 2 Ata da 026ª Sessão Extraordinária realizada em 16/10/2013..... 12 Ata da 094ª Sessão Ordinária realizada em 17/10/2013..... 13 Ata da 009ª Sessão Solene realizada em 18/10/2013 em Homenagem ao Dia dos Médicos no Município de Canoinhas ..... 16 Ata da 095ª Sessão Ordinária realizada em 22/10/2013..... 20</p> <p><b>Atos da Mesa</b> Atos da Presidência..... 29 Atos da Presidência DL ..... 29 Ato da Mesa DL..... 30 Atos da Mesa ..... 30</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Aviso de Licitação..... 33 Aviso de Publicação ..... 33 Aviso de Resultado ..... 33 Extratos..... 33 Ofício ..... 34 Portarias..... 34 Projetos de Lei..... 36</p>
---	--	--

## PLENÁRIO

# ATA DA 093ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2013

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Silva - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Scherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauricio Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero registrar e agradecer a presença nesta Assembleia Legislativa do prefeito do município de Rio do Campo, Rodrigo Preis, do Partido dos Trabalhadores. Ele faz um belíssimo trabalho no município de Rio do Campo, no alto vale do Itajaí. Registro também a presença do presidente da Câmara Municipal, vereador Alessandro Losi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação, saúdo todos em nome do sr. Antônio Carlos de Souza David e sra. Angela David, de Laguna, que estão nesta Casa. Também saúdo o gerente da secretaria Regional de Palmitos, o Chiquinho, e o Edival e o Paulinho, de Palhoça, enfim, em nome deles cumprimento todos aqueles que estão nos acompanhando, nesta Casa.

Quero ainda cumprimentar de forma muito especial o governador de Santa Catarina, que ontem esteve em três municípios da regional de Brusque, levando recurso do Fundo Social para diversas atividades sociais em São João Batista. Ele também esteve em Guabiruba vistoriando uma grande obra, um acesso asfaltado

duplicado entre Brusque e Guabiruba, uma obra de aproximadamente R\$ 7 milhões, que é o primeiro acesso grande que Guabiruba recebe.

Guabiruba é um município que se desmembrou, em 1962, de Brusque. A cidade cresceu muito, ganhou uma pujança extraordinária na área industrial e comercial, porém os acessos não acompanharam o desenvolvimento da cidade.

Ontem, o governador esteve lá vistoriando uma obra já autorizada praticamente há um ano, que até o final deste ano estará sendo inaugurada. Além disso, levou autorização para a reforma e ampliação do Colégio João Boos, o maior de Guabiruba, que há muito tempo está precisando dessa reforma, dessa modernização.

Na sequência, fomos a Botuverá, minha terra natal, onde foi dada a abertura de licitação da pavimentação da SC-486, dentro do referido município, que vai do centro até a caverna. Aliás, é a caverna mais bonita do sul do Brasil, de estalactites e estalagmites. Em 96 foi urbanizada tanto a parte externa quanto a interna e está aberta para visitação, controlada pelo Ibama. Na verdade, o que faltava mesmo era um acesso condizente com aquela caverna, pois pessoas vinham de toda parte do Brasil e dos municípios catarinenses, porém havia dificuldade de acesso, porque a estrada era estreita, com poeira e lama, mas agora, depois de dois anos, foi aberta. E em breve,

se Deus quiser, começará a pavimentação desse segmento da SC-486.

É uma obra que a prefeitura fará, e o estado, através do Fundo de Apoio aos Municípios, repassará os recursos estaduais, em torno de R\$ 12,8 milhões.

A grande expectativa é que se consiga chegar de Botuverá a Vidal Ramos, município que era um distrito de Brusque e foi desmembrado juntamente com Botuverá, em 1962.

Hoje, Vidal Ramos tem a maior fábrica do sul do Brasil de cimento, que é escoado pela BR-282 para o porto de Imbituba e dali, em cabotagem, chega a diversos estados do Brasil. Imaginamos e sonhamos ainda que uma das alternativas de escoamento daquela produção seja através de Brusque, da SC-486. Mas para tanto precisamos encontrar um forma de abrir e ampliar mais de 30 quilômetros que ficaram para serem feitos, mesmo concluindo esse segmento que o governador levou no dia de ontem.

Além disso, em breve o governador abrirá edital para o projeto da barragem do rio Itajaí-Mirim, que é muito importante, pois fará a contenção das águas evitando ou minimizando os efeitos das enchentes em todo o vale, principalmente em Brusque, região que mais alaga, e depois Itajaí que tem o mesmo problema, mas terá o apoio das diversas barragens do rio Itajaí-Açu.

A SC-486, que ainda é de barro entre Botuverá e Vidal Ramos, tem ainda pontilhões de madeira, limitando a confiança de passagem de caminhões que transportam calcário e derivados da madeira, como eucaliptos. Essas pontes suportam de oito até dez toneladas, uma capacidade de carga pequena em consideração ao fluxo e a economia do local.

Então, o governador também deu a determinação ao Deinfra para um estudo para modificar todas as pontes de madeira e fazer pontes de concreto e aumentar, então, a capacidade de carga.

Sr. presidente, por fim quero fazer uma saudação muito especial aos representantes dos estabelecimentos óticos de Santa Catarina, que estão nas galerias desta Casa, os srs. Roberto Tenedini, da Fecomércio, o Carlos Grendene, presidente da CDL, o Gerson Strossi, presidente do Sindicato das Óticas de Santa Catarina, o Osmar Silveira, vice-presidente, representando também o presidente da FCDL de Florianópolis. Eles estão desde cedo nesta Casa, juntamente conosco, estudando o Projeto de Lei n. 0243, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre a comercialização de produtos óticos, o licenciamento do comércio varejista e a prestação de serviços de produtos óticos de Santa Catarina.

Hoje no Brasil são vendidos mais de 37 milhões de óculos. E calcula-se que em torno de 60% deles não se conhece a origem. Existe uma pirataria muito grande, um mercado informal exagerado. São muitos ambulantes vendendo óculos, nas praias, nas ruas, em praças, sem nenhuma restrição e muitas vezes sem dizer qual a qualidade, qual seria o efeito maléfico causado na retina das pessoas que vierem a usar.

Para encerrar, quero cumprimentar toda a equipe, o presidente do sindicato, todos os óticos que vieram a esta Casa, juntamente com o deputado Darci de Matos e Jailson Lima, que estão colaborando para encontrar uma maneira para que de fato coloquemos nos estabelecimentos que vendem óculos um responsável técnico, significando qualidade de vida para os habitantes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Antônio Aguiar, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, na segunda-feira participamos, no município de Canoinhas, de uma grande reunião, com mais de 400 agricultores, com a presença de várias autoridades, como o Enori Barbieri, presidente da Cidasc, o vice-prefeito Vilson Pereira, representando o prefeito de Canoinhas, do Edmilson Verka e do sr. Pacheco, quando discutimos temas importantes também da agricultura, como a safra de soja, milho e fumo.

O fumo realmente torna o Brasil o maior exportador do mundo. De certa forma, a parte comercial nos enche de orgulho, mas a saúde não. Vender fumo, tudo bem. Mas somos contra a quem fuma e não a quem produz e a quem gera riquezas para as nossas famílias, a quem gera o sustento para os seus filhos, pois o trabalho do fumo é um trabalho digno e que deu uma grande rentabilidade este ano no estado de Santa Catarina. Então, quem plantou fumo se deu muito bem.

Portanto, estamos felizes com os agricultores, com os plantadores de fumo, e que continuem no seu trabalho, para que continuemos sendo o maior exportador de fumo do mundo.

É importante também falarmos hoje, sr. presidente, sobre a quimioterapia em São Bento do Sul. A quimioterapia naquele município tem um fato especial: há médicos e pacientes, mas não há o credenciamento para o atendimento de quimioterapia em São Bento do Sul.

Há um mês foi realizada naquela cidade uma grande audiência pública, ocasião em que tivemos a anuência da secretaria da Saúde de Santa Catarina para que tramitasse o credenciamento para a quimioterapia em São Bento do Sul.

Não houve andamento dos papéis do credenciamento para a quimioterapia naquele município. Ao contrário, houve o pedido para o credenciamento em oncologia para a cidade de Mafra, e aí é que ficou um nó. A SDR de Mafra, a gerente de saúde de lá não quis se manifestar, não quis que as coisas andassem. Ao contrário, foi para a imprensa criticar este deputado.

Venho aqui explicar par ao estado de Santa Catarina que as coisas têm que ser feitas com tranquilidade, com responsabilidade e, principalmente, com competência.

E estaremos em São Bento do Sul, na segunda-feira, com o secretário adjunto realizando uma grande reunião com o prefeito e com as partes interessadas, para resolvermos o problema do atendimento em quimioterapia em São Bento do Sul.

Sabemos da influência da imprensa daquele município, que está faltando com a sua responsabilidade e vendo somente um lado da moeda. Espero que a imprensa comece a ver o outro lado e que as coisas realmente aconteçam, que o serviço de quimioterapia seja definitivamente implantado em São Bento do Sul.

Mas também quero me reportar aqui hoje ao que está acontecendo em nível de secretaria de Infraestrutura. Estaremos na sexta-feira em Santa Terezinha para a audiência pública, para vermos a possibilidade de iniciarmos o projeto do asfalto da região de Moema à ponte Ruthes.

Temos certeza de que essa comunidade, na ânsia de ver os seus pleitos anunciados e realizados com o prefeito Nego Ferens, e ele não está medindo esforços para que essa audiência pública venha a trazer resultados positivos para Santa Terezinha e para os municípios vizinhos...

Certamente estaremos em Santa Terezinha na sexta-feira pela manhã fazendo essa grande discussão de como podemos ajudar o município e região em termos de infraestrutura. E temos certeza de que o secretário Valdir Cocalchini enviará o seu representante para essa importante audiência pública na sexta-feira de manhã.

Mas também não podia deixar de me manifestar sobre o médico, aquela pessoa que todos nós necessitamos. E quando necessitamos dele é porque estamos num estado de saúde muitas vezes grave.

Quero deixar aqui a minha homenagem a toda classe médica do estado de Santa Catarina e dizer que, através da Assembleia Legislativa, vamos fazer uma sessão solene na sexta-feira, às 19h, no município de Canoinhas, para homenagear todos os médicos do estado.

Normalmente essa sessão solene é feita nesta Casa, em Florianópolis. Vamos inovar e realizá-la no interior. Portanto, vamos descentralizar e fazer uma sessão solene da Assembleia Legislativa em Canoinhas saudando todos os médicos do estado de Santa Catarina, na sexta-feira, às 19h.

Quero estender a minha homenagem aos médicos deputados da nossa Assembleia Legislativa, porque, assim como eu, eles deixaram parte da sua vida para se dedicar ao setor público - e o setor público faz o médico deputado diferente. E temos, hoje, uma situação acontecendo no Brasil: a vinda de mais médicos para o país. Nós queremos, sim, a vinda de mais médicos para o Brasil, deputada Ana Paula Lima, mas queremos que eles sejam revalidados, analisados, testados se têm capacidade de atender o nosso paciente. Não queremos médicos charlatões, não queremos médicos que não tenham capacidade de atender o ser humano!

Se nós, médicos, queremos atender nos Estados Unidos, na França ou em qualquer lugar, nós vamos lá fazer um teste. Então, queremos que esses médicos venham trabalhar no Brasil, mas que eles sigam os trâmites legais.

E, por sinal, acho que a presidente Dilma Rousseff praticou um grande ato para com os médicos e despertou neles a consciência política de serem respeitados em suas reivindicações. Não somos nós os responsáveis pela saúde. A responsabilidade política é do governo federal, do governo estadual e do governo municipal.

E na comemoração do Dia do Médico se faz necessário, nesse momento, fazer uma reflexão sobre as condições de trabalho que eles têm. O apoio científico e político que eles têm para desenvolver a sua profissão têm que vir, sim, dos poderes, principalmente dos poderes federal, estadual e municipal.

Quero desejar a todos os médicos um feliz dia e que a reflexão deste ano seja, sim, a reflexão da consciência política de termos o atendimento médico respeitado, e que o médico seja valorizado com ações que venham em benefício dos pacientes e da nossa comunidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda em Breves Comunicações, o próximo orador inscrito é a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente,

Sra. deputada Luciane Carminatti e srs. parlamentares, também quero desejar a todos um feliz dia dos médicos. Na minha família também tenho cunhados e cunhadas médicos.

Deputado Antônio Aguiar, a medida mais certa da presidente Dilma e do médico ministro da Saúde, Alexandre Padilha, foi o programa Mais Médicos, trazendo o atendimento médico às regiões mais carentes do nosso país e do estado de Santa Catarina, aonde essa categoria não tem em número suficiente para fazer o atendimento ao nosso povo.

Acertada também porque esses médicos vêm para um período emergencial de três anos de atendimento, quando teremos brasileiros aptos a estarem nesses casos.

Por que não revalidar o diploma? Porque eles vêm para um projeto de atendimento nas áreas mais carentes. Se revalidarmos o diploma do médico, ele entra pela iniciativa do serviço público, mas logo, logo vai abrir o seu consultório particular. É não é esse o projeto do programa Mais Médicos. Eles são para atender oito horas nos postos de saúde mais distantes, aonde não temos o profissional adequado.

Por isso, defendo; por isso, a comunidade está aplaudindo essa iniciativa da presidenta Dilma Rousseff. Por isso, o prefeito de Blumenau, de Joinville e de Florianópolis, os únicos três que não queriam esse projeto, revogaram a sua decisão, porque, deputado Dirceu Dresch, nos postos de saúde da minha cidade, ou do município de Joinville, a comunidade colava cartazes com o seguinte: "Senhor prefeito, queremos médicos. Não importa se eles sejam brasileiros ou estrangeiros. Queremos é atendimento".

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputada, quero parabenizar v.exa. por essa defesa. Eu já fiz três, quatro defesas do acerto do governo federal e do ministro da Saúde, sentindo esse clamor da sociedade brasileira que não tinha o direito a ter um médico, principalmente no norte e nordeste.

Agora, revalidar, deputado Antônio Aguiar, é vocês aceitarem que esses médicos venham aqui e venham trabalhar nos municípios, nos estados e ficar aqui. Eles não vão ficar. Eles ficarão por um período transitório aqui no Brasil. Eles vão nos ajudar enquanto o Brasil forma os seus médicos, depois, voltarão aos seus países de origem.

Agora há uma discriminação violenta com o país de Cuba, que hoje tem as melhores experiências, os melhores cursos de Medicina e as pessoas mais preparadas que vão nos ajudar.

Felizmente, o povo brasileiro vai ter inclusive os médicos cubanos e de tantas outras nações aqui, trabalhando, para o bem do povo brasileiro.

Quero cumprimentar v.exa. pela defesa, e vamos estar juntos nessa caminhada, sempre defendendo o programa "Mais Médicos", um programa acertadíssimo do governo brasileiro, para trazer mais saúde, que era um dos grandes clamores das ruas, das mobilizações da nossa população brasileira.

Muito obrigado!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Hoje, faltam muitos profissionais. Com todo respeito a essa categoria que hoje comemora o seu dia, aproveito a oportunidade para dar os parabéns aos deputados Antônio Aguiar, Serafim Venzon e Jailson Lima, que são médicos, que são dessa categoria.

Foi uma decisão acertada, deputado Antônio Aguiar, com todo o respeito que v.exa. tem em defesa da sua categoria, mas a nossa população precisa de

atendimento e é um projeto que ele tem dia de começo e de final.

Os médicos cubanos fazem esse trabalho no mundo inteiro. Fizeram esse trabalho no Haiti, quando aconteceu o terremoto. Eles são chamados pela vasta experiência que têm no atendimento da saúde pública.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Deputada Ana Paula Lima, quero parabenizar v.exa. pelo programa. Eu concordo que venham mais médicos para cá. Isso não é o problema, o que defendemos é a capacidade desses médicos. Se o médico receita uma receita errada, quem será o responsável? Vai ser a presidente Dilma ou vai ser o médico?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Às vezes, temos receitas erradas mesmo tendo a revalidação do diploma. Temos até cirurgias erradas.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Mas isso é legal. Ele foi aprovado.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Não, não é legal, porque trabalhamos com vidas humanas.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - O programa é bom, deputada Ana Paula Lima, e concordo com ele, apenas discordo com a maneira que está sendo feita.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada e parabéns pelo Dia do Médico, deputado Antônio Aguiar.

Srs. deputados e sras. deputadas, ontem, ouvimos aqui o magnífico reitor da Furb, o representante da Fapesc.

Os professores fizeram estudo maravilhoso sobre o Inventário Florístico e Florestal de Santa Catarina, e vamos pautar o tema aqui de um acidente que teve na cidade de São Francisco do Sul, sobre a preocupação que temos que ter com a questão do meio ambiente, pois o acidente com a carga de fertilizantes à base de nitrato de amônia, ocorrido em um armazém da empresa Global Logística, do referido município, transcende a estreita visão burocrática e legal com que se costuma abordar situações desse gênero e alcança o debate sobre o papel das organizações, em especial das empresas, na sociedade em que atuam.

Há quem se alinhe com a ideia de que a única responsabilidade da empresa é gerar lucros; outros acreditam que a empresa, por acarretar alguns custos para a sociedade, tem responsabilidade direta com a sustentabilidade e a manutenção da vida, de toda forma de vida.

O que tenho em mente é uma noção ampla de responsabilidade social por parte das organizações e suas administrações. Fato este que ultrapassa a mera noção de ser economicamente viável, ou até mesmo da simples responsabilidade legal, passa pela responsabilidade ética e alcança o que pode ser chamado de responsabilidade discricionária, postura que implica encarar a sociedade como uma comunidade, não como algo fragmentado.

Essa nova compreensão das organizações humanas como comunidades, como sistemas abertos, ou seja, como um agregado de partes em interação, coloca a dinâmica das organizações para muito além da economia, porque a relação com a ética, mas também com a estratégia; trata-se de uma questão econômica e daí administrativa, mas também política; e trata-se de uma questão social, mas também ecológica. Enfim, trata-se de uma questão que não diz respeito somente à vida humana individual e associada, mas à própria noção da vida no planeta.

Acontece que um dos principais desacordos entre a economia e ecologia deriva do fato de que a natureza é cíclica, enquanto que nossos sistemas industriais são lineares.

Nossas atividades comerciais extraem recursos, transformando-os em produtos e resíduos, e os consumidores descartam ainda mais resíduos, depois do consumo.

Os planejadores corporativos tratam como bens gratuitos não somente o ar, água e o solo, mas também a delicada teia das relações sociais.

É preciso entender que toda essa verdadeira teia da vida é seriamente afetada pela expansão contínua, desenfreada e mal planejada do mercado e da economia.

Independente da adequação jurídica ou das licenças ambientais emitidas para funcionamento e armazenamento de materiais reagentes, há que se rever os impactos que uma operação logística mal planejada pode acarretar para toda uma cidade ou mesmo um ambiente regional. Além do transtorno econômico e social proporcionado pela oxidação dos fertilizantes, toda a região ainda vai sofrer as previsíveis consequências ambientais, como o crescimento desenfreado de algas e outros seres vivos, o que certamente afetará a disponibilidade de oxigênio.

É previsível uma instabilidade fisiológica no ambiente aparentemente microscópico, mas que na verdade atinge todas as expressões da vida no meio afetado. Também é muito provável o aumento da mortalidade dos peixes, devido à alteração dos níveis de oxigênio na água ou mesmo o crescimento desordenado de plantas, afinal trata-se de fertilizantes.

Enfim, estamos assistindo a mais uma das expressões do desrespeito ao ambiente, até mesmo ao direito de todos os cidadãos e cidadãs de viverem em ambiente saudável e equilibrado.

A empresa sequer questionou o armazenamento incondicional e duradouro de um produto instável e se desculpa afirmando candidamente: "Somos apenas um elo da corrente logística que faz parte do mercado internacional".

Ora, srs. deputados e deputadas, cabe aqui a seguinte pergunta ao acidente que aconteceu lá em São Francisco do Sul: se a empresa deu essa resposta, nós, deputado Silvio Dreveck, as pessoas e os demais seres vivos somos o quê? É preciso acordar srs. parlamentares e público catarinense, antes que seja tarde demais.

Muito obrigada.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero saudar todos os nossos colegas deputados, as sras. deputadas, o sr. presidente, os que nos acompanham pela TVAL, Rádio Digital e também o público presente.

Quero registrar a presença do sr. Rodrigo Preis, prefeito de Rio do Campo, um dos mais jovens prefeitos do estado de Santa Catarina.

Hoje, sr. presidente, trago em nome da nossa bancada, do nosso partido, a reflexão de um programa do ex-presidente Lula, neste país, que sempre foi um dos grandes debates já internos do nosso partido, principalmente pelo senador Eduardo Suplicy, o Bolsa Família, que significa muito para a população brasileira, para a

economia, para o Produto Interno do país, enfim, uma reflexão sobre isso e a importância desse programa para a sociedade brasileira.

Quero dizer que o Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - traz dados extraordinários:

(Passa a ler.)

PIB aumenta 1.78 reais a cada R\$ 1 investido no Bolsa Família, diz Ipea.

Criado pela Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, o Bolsa Família vai completar dez anos. Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea, mostra que a cada R\$ 1 investido no programa de transferência de renda provoca aumento de R\$ 1,78 no Produto Interno Bruto brasileiro, PIB.

O Bolsa Família faz a economia girar.

Segundo o artigo, o Bolsa Família tem, de longe, mais impacto no crescimento no Produto Interno, PIB, soma de bens e serviços produzidos no país num ano. Para cada R\$ 1 repassado pelo programa a economia cresce R\$ 1,78, ante R\$ 0,39, no caso do FGTS, R\$ 0,53, na Previdência, R\$ 1,06, no abono e no seguro-desemprego. Ou seja, nessas condições, um gasto adicional de 1% do PIB no programa, que privilegia as famílias mais pobres, gera aumento de 1,78% na atividade econômica.

Conforme o estudo, o programa reduziu em 28% a extrema pobreza no país, entre 2002 e 2012. Sem a renda do Programa Bolsa Família, a taxa de extrema pobreza, em 2012, seria 4,9%, ou seja, 36% maior do que a observada com o programa.

Os pesquisadores concluíram que o programa contribuiu para aumentar a frequência escolar e queda da repetência, da mortalidade em crianças menores de cinco anos e da prevalência de baixo peso no nascimento, além de crescimento na proporção de crianças com vacinas nas idades corretas.

O programa recebeu o primeiro prêmio da Associação Internacional de Seguridade Social, realizado na Suíça, em reconhecimento ao combate à pobreza e na promoção dos direitos sociais da população de baixa renda.

Os dados derrubam todos os mitos sobre o Bolsa Família, como o da preguiça e o da informalidade, comprova estaticamente os seus efeitos positivos e rebate as críticas de assistencialismo e gastos elevados. Esses efeitos não se deram apenas em relação à distribuição de renda, mas também na qualidade de vida das famílias beneficiadas pelo programa, em questão como educação e redução da mortalidade infantil.

Hoje, podemos fazer uma discussão que não é ideológica. Temos estatísticas e dados que comprovam o impacto do Bolsa Família. Atualmente, o programa beneficia 13,8 milhões de famílias, quase 50 milhões de pessoas. Em 2013, o orçamento previsto é R\$ 24 bilhões, cerca de 0,465 do PIB, segundo o ministério.

Em Santa Catarina o Programa Bolsa Família injeta na economia mais de R\$ 200 milhões por ano, beneficiando mais de 550 mil famílias de baixa renda."

Esse é um resumo da pesquisa e uma avaliação que o Ipea faz do Programa Bolsa família, que foi criticado pela sua forma, mas que hoje atua em várias formas, atua na área da economia do Produto Interno Brasileiro, atua na redução da pobreza, na melhoria da qualidade de vida, no desenvolvimento dos nossos municípios e felizmente atua na questão da educação, da saúde, no aumento do peso de crianças quando nascem e atua no maior número de crianças vacinadas, porque ele cria justamente esses

mecanismo de garantia de que as crianças estejam na escola, que recebam uma educação e que tenham acompanhamento à saúde.

Então, o programa tem essas várias vertentes extraordinárias, e esses dados comprovam de uma vez por todas que os grandes críticos desse programa estão equivocados. Temos de fato o investimento estratégico, que além de beneficiar a economia beneficia a saúde, a educação e a redução da pobreza, que é um dos grandes gargalos históricos deste país.

O presidente Lula, quando assumiu o governo, disse que já se sentiria realizado quando saísse do governo as pessoas tivessem um prato de comida.

Então, com certeza, essa visão que o presidente Lula traz de volta, onde os nossos dirigentes brasileiros olhavam só para o lado cego da economia fria e não olhavam para o bem-estar do nosso povo brasileiro. Isso o Bolsa Família vem trazer de volta e resgatar a qualidade de vida de milhões de pessoas no nosso país.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me conceder um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não! Sei que v.exa. tem atuado firmemente como educadora, como professora e como mãe nesses programas que beneficiam as nossas crianças.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Quero cumprimentar v.exa. pela escolha do tema que é bastante pertinente. Inclusive publiquei no meu *facebook* a entrevista da ministra falando exatamente dos resultados do Bolsa Família. Eu analisei toda a entrevista da ministra e o que mais me chamou a atenção sobre a sua análise é de que primeiramente não estamos aqui apenas emitindo opinião de quem é a favor e de quem é contra, nós estamos tratando da realidade, dos fatos e dos dados.

Os dados estão aí. O Ipea é o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. E uma das coisas que me chamou atenção é que quando foi implantado o Programa Bolsa Família eu ouvia muito de forma preconceituosa que agora o governo está criando o incentivo para as mulheres pobres terem mais filhos.

Pois bem, essa tese é furada. Vai por água a baixo. Qual é o dado investigado? Analisando e contando o número de filhos de todas as famílias, chegou-se à conclusão de que nos últimos dez anos as mulheres tiveram uma redução na taxa de fecundidade em 20%; e nas mulheres pobres do Bolsa Família a taxa é de 30%.

Apenas quero contribuir para dizer que esse mito de que as mulheres pobres querem ter mais filhos para não trabalhar e ganhar dinheiro de graça cai por terra. Elas querem trabalhar, ver seus filhos crescer bem e com dignidade.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero, para encerrar, também cumprimentar a ministra Tereza Campello que vai receber o prêmio na Suíça por esse belo programa, representando o governo brasileiro, que foi coordenado pelo ex-presidente Lula, pelos vários ministros que passaram pela pasta que trata principalmente da questão social, bem como a presidente Dilma Rousseff. Exatamente por isso ela vem tendo grande reconhecimento e vem melhorando a cada dia o seu desempenho à frente do governo federal. E a sociedade vem reconhecendo isso inclusive em pesquisa de opinião pelo seu trabalho, pelo seu grande empenho nas mais diversas áreas.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do

horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e sr.s. deputados, gostaria de tratar de um assunto que está sendo debatido na comissão de Constituição e Justiça que já fez o relatório a respeito da adequação do Código Ambiental estadual, sobre o qual começamos o debate ontem e deve ter prosseguimento nos próximos dias.

Mas quero, de modo especial, relembrar onde se iniciaram as atividades referentes à questão ambiental em Santa Catarina, que levou até uma mobilização maior no âmbito federal, no Congresso Nacional, no Executivo federal.

Já havia evidentemente esse sentimento no Brasil todo, por muitas entidades ligadas ao meio ambiente ou não, pela necessidade da adequação da legislação ambiental no Brasil. Mas Santa Catarina deu esse impulso, em 2009, sendo o primeiro estado a fazer essa adequação da legislação ambiental como um todo, que foi entregue no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal. E isso colaborou para que houvesse mais celeridade no processo. Depois disso houve a aprovação no Congresso Nacional, e estamos adequando o código à legislação catarinense, que passou por uma equipe técnica competente, capitaneada pelos deputados Romildo Titon e Joares Ponticelli.

Agora, evidentemente, estamos indo para a fase final desse assunto e quero crer que estamos dando um grande avanço. Não seria possível continuarmos com a legislação que foi instituída na década de 60; depois disso tivemos apenas alguns decretos, resoluções dos conselhos, do Conselho Nacional do Meio Ambiente.

V.Exa., deputado Dirceu Dresch, dizia, ontem, que houve essa mobilização toda a respeito desse assunto, mas ainda insisto que nós, os 40 deputados, demos uma boa colaboração para que a nossa legislação pudesse atualizar-se com a realidade, não somente com a economia, mas também da preservação, que é muito importante, ao mesmo tempo permitindo a utilização dos recursos disponíveis, seja da terra, da floresta, da fauna, da questão hídrica como um todo.

Penso e tenho confiança que vamos permitir o desenvolvimento, o crescimento e a sustentabilidade para o homem, ou seja, para as pessoas continuarem produzindo e, ao mesmo tempo, preservando.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado, eu estou muito feliz, porque acredito que achamos o rumo nessa discussão, no momento em que percebermos que a questão ambiental, a questão da água, são os nossos grandes patrimônios para continuar produzindo no nosso estado, movendo a economia catarinense, principalmente quando fala da área do vestuário que precisa de muita água, a área da produção de frango, de suínos, de leite e outras atividades.

Com certeza, vamos também olhar com muito mais carinho para esse debate que fizemos. Então, estamos sempre batalhando e temos a sua participação ativa na luta da remuneração, na valorização de quem preserva. Começando pelos municípios, pelo estado, pelo governo federal, acho que temos um caminho muito próspero pela frente, somando nessa perspectiva, discutindo com o governo federal, com os nossos municípios, para podermos avançar.

Parabenizo v.exa. pelo debate.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Incorporo a sua manifestação ao meu pronunciamento. E para concluir, acredito piamente que nós, sem dúvida, vamos permitir, como eu disse, o desenvolvimento da produção e ao mesmo tempo a preservação, com uma legislação que agora se atualiza com os dias atuais.

Muitas coisas mudaram, os avanços tecnológicos, a produtividade. E por conta disso a nossa legislação teria que ser atualizada. E este Parlamento, com a participação dos 40 deputados, com a participação das entidades de classe, com a participação dos órgãos públicos e também de pessoas físicas, está dando uma grande contribuição para que possamos aprovar, nesta Casa, a adequação do Código Ambiental.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Renato Hinnig, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, aproveito, antes de entrar no tema que me faz ocupar a tribuna na data de hoje, para registrar a presença, nesta Casa, do sr. Daniel Netto Candido, prefeito de São João Batista, acompanhado do vereador Eder Vargas, do vice-prefeito Elio Peixer, do Claudemir da Silva e do Rudilene Hermes, lideranças que nos visitam. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Quero, em primeiro lugar, agradecer aos colegas parlamentares que aprovaram nas diversas comissões por que passou um projeto de lei de minha autoria, que está na pauta de votação na data de hoje e que trata da criação do dia estadual do PMDB em Santa Catarina.

Entendemos importante esse gesto, tendo em vista que o PMDB é a agremiação mais antiga aqui do nosso estado, está organizada nos 295 municípios, tem o maior número de filiados, maior número de prefeitos, maior número de vereadores, a bancada estadual e federal mais numerosa, enfim, o PMDB tem um significado especial em Santa Catarina e contribui sobremaneira para construir o estado de qualidade que temos vivido ultimamente.

Eu escrevi alguns aspectos que justificam a apreciação do projeto de lei.

(Passa a ler.)

"O PMDB foi criado no país para fazer oposição ao Golpe de 64. O MDB enfrentou todas as dificuldades, sem nunca desistir de seus ideais. A cada eleição conquistou novos espaços e, mesmo com a extinção do bipartidarismo, numa tentativa de interromper o seu crescimento, o movimento que passou a ter o 'P' do PMDB, permaneceu unido.

Pelos registros da nossa história recente, surpreende que o PMDB tenha resistido a tantas pressões de governos ditatoriais, divisões internas, esvaziamento, crescimento, novas divisões e mantenha-se como a legenda de maior base no território nacional. É possível explicar. Sofrida, com maus e bons momentos, a história do PMDB é a história do Brasil, que continuou pulsando a partir de 1964.

Manteve-se em movimento, com contradições, abrigou vários tipos de ideologias e tendências políticas, instigou, gestou outros partidos, mas se manteve no centro das discussões durante, na queda e após o regime militar.

Oficialmente o PMDB, que nasceu MDB, teve sua fundação em 24 de março de

1966, com o registro na Justiça Eleitoral. E desde então o MDB e o PMDB fizeram e fazem história em Santa Catarina e no Brasil. Suas tradições democráticas sempre foram fortalecidas, assim como as políticas públicas que visam o bem-estar da população.

Atualmente o PMDB exerce posição de destaque na política estadual e nacional, sendo o maior partido político de Santa Catarina tanto em número de filiados quanto em número de deputados estaduais, federais, prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, merecendo esta homenagem honrosa que registra o dia de sua fundação nacional, 24 de março, oficialmente como o dia do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB, em Santa Catarina.

Gostaria de solicitar o apoio de todos os colegas parlamentares para que pudéssemos aprovar esse projeto de lei na tarde de hoje, instituindo o dia 24 de março como o Dia Estadual do PMDB, para que nesta data todos os anos possamos movimentar o partido, estabelecer discussões de políticas públicas, para que com a responsabilidade de exercício de mandato possamos contribuir ainda mais para fortalecer o nosso partido e contribuir para que o PMDB nas suas administrações, seja em nível municipal ou estadual, possa continuar construindo políticas públicas de qualidade, para poder continuar escrevendo a bela história do nosso estado que cresce a cada dia, que é, sem dúvida nenhuma, um dos estados mais desenvolvidos do nosso Brasil.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pois não!

O SR. Deputado Carlos Chiodini - Nobre deputado, primeiramente quero agradecer a oportunidade do aparte sobre o nosso PMDB, que é o tema do seu pronunciamento e do seu projeto de lei que será votado na tarde de hoje.

É evidente, incontestemente a história do nosso partido em Santa Catarina. O trabalho prestado em diversos anos foi motivo de sessão solene este ano, aqui, nesta Casa, em comemoração aos seus 43 anos, quando vários companheiros históricos que construíram nossa bandeira foram homenageados.

Então, a bancada do PMDB não poderia ter outro posicionamento a não ser de participação em conjunto com a sua proposição.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Nobre deputado, quero cumprimentar, parabenizar v.exa. pela sessão de ontem à noite em homenagem ao Sindifisco.

Cumprimento v.exa. também pela autoria do projeto que cria o Dia Estadual do PMDB. Só participei de um partido político na minha vida, que é o PMDB. Meu pai, em Concórdia, foi um dos primeiros militantes do MDB.

Entendo que é um projeto de relevância. Apenas vamos ter, quem sabe, aqui, deputado Renato Hinnig, outros partidos que tenham essa mesma iniciativa. Mas o PMDB tem, sem dúvida alguma, uma história.

Muitas lideranças saíram do PMDB e criaram outros partidos. Tive a oportunidade de rever, esses dias, uma série de lembranças da primeira eleição indireta de Tancredo Neves, depois das eleições dos

militares, depois da ditadura, onde pude ver pessoas como Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, o nosso ex-presidente Lula e tantas outras pessoas que participaram do PMDB e que tinham simpatia por este partido, sem falar em Ulysses Guimarães e em tantos outros, como os de Santa Catarina, como Pedro Ivo Campos, os líderes de hoje, como os nossos ex-governadores Luiz Henrique da Silveira, Paulo Afonso, o nosso vice-governador Eduardo Pinho Moreira e tantos outros.

Quero cumprimentá-lo e dizer que não tenho dúvidas de que vamos estar nesta tarde para dar o voto a este projeto de sua autoria, deputado Renato Hinnig, que é importantíssimo, sem dúvida alguma.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa, pela sua manifestação. De fato das costelas do PMDB nasceram outros importantes partidos que fazem parte da história de Santa Catarina e do Brasil. Por isso nós, que pertencemos a este partido que teve suas raízes lá no início do bipartidarismo no Brasil, temos muito orgulho de pertencermos a essa sigla.

Quero agradecer, também, ao deputado Moacir Sopelsa pelos elogios manifestados a respeito da sessão solene de ontem que foi solicitada pelo deputado Gilmar Knaesel, subscrita pelo deputado Aldo Schneider e por este deputado. Ontem, tivemos uma sessão repleta de pessoas, as galerias lotadas, demonstrando a importância do Sindifisco para Santa Catarina e o quanto essa categoria é importante para a definição das políticas públicas para a arrecadação dos recursos do governo do estado, a fim de que Santa Catarina continue se desenvolvendo.

Ontem foi, realmente, um momento muito alegre de rever pessoas, de relembrar a história, e por isso ficamos muito felizes de termos participado de tão importante evento.

Muito obrigado e que Deus abençoe a todos.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Dentro ainda do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, senhores e senhoras que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital, catarinenses aqui presentes, quero trazer, nesta tribuna, dois assuntos e depois, logo em seguida, o deputado Maurício Eskudark também vai compartilhar o tempo com este deputado.

Trago aqui, sr. presidente, um e-mail que recebi e que todos os deputados receberam, mas estou fazendo aqui o registro da moradora da cidade de Penha, Adelly Cristine, que escreveu para todos nós o seguinte:

(Passa a ler.)

"Prezados.

Esse fim de semana fui vítima de arrombamento em minha casa e nos levaram o pouco que tínhamos. Somos trabalhadores, pessoas de bem, que lutam dia-a-dia para ganhar dinheiro para viver. Todas as noites, inclusive aos finais de semana, temos a notícia de que houve assalto, arrombamento, roubo ou furto em nossa cidade. Sei que esse problema é nacional. Mas nossa cidade é pequena e acredito ser mais fácil resolver. Temos 2 policiais civis pra cidade inteira e 1 viatura da PM pra toda a cidade também.

Só na noite de sábado, quando liguei para a emergência da PM de Penha, havia 6 ocorrências de assalto e estamos

esperando a polícia na nossa casa desde então. Não apareceram.

A comunidade está com medo, se sair de casa ela pode ser arrombada e se ficar em casa pode ser assaltada!

Peço às autoridades do governo de SC para tomar providência quanto a nossa segurança pública. Nossa Administração Municipal nada faz. Será que estão esperando serem vítimas também para tomarem uma providência?

Vamos ver se alguém responde a mera anônima de 2013, mas eleitora de 2014.

Adelly.”[sic]

Adelly, estou fazendo o seu registro aqui porque sei que esse deve ser o clamor de muitas pessoas não só da cidade de Penha, mas de todo estado de Santa Catarina.

Quero reforçar esse seu e-mail dizendo que o comando da Polícia Militar tem que ver que é preciso colocar mais policiais nas cidades e não ficar discriminando mulheres que passaram no concurso e que agora estão aptas a serem chamadas, e não estão sendo chamadas por uma questão machista do comando.

Então, governador, a situação está feia na cidade de Penha. Está lido o seu e-mail, Adelly, e com certeza vamos levar isso à frente!

Há um segundo assunto que quero abordar. Ontem eu falei aqui sobre a diarista Rozevelde Silva, de 55 anos, que na quinta-feira se acorrentou na frente do Hospital Municipal São José para chamar a atenção sobre uma cirurgia que ela estava esperando há dois anos para ser realizada. Aí ela se acorrentou na frente do Hospital Municipal São José, a direção do hospital se reuniu e disse o seguinte: “Olha, pode esperar!” Eu falei aqui que um diretor do hospital diz isso porque não é a mãe dele! Se fosse a mãe dele ele dava um jeitinho!

Ontem, como não resolveu o que ela fez na frente do hospital, a sra. Rozevelde acorrentou-se na frente da prefeitura. Quando o prefeito Udo Dohler chegou e viu a mulher acorrentada, lembrou-se daquele episódio da corrente da Dohler. Meu Deus, quando falam em corrente perto do prefeito, ele se arrepiou! Aí ele chamou o diretor, o secretário de Saúde e disse para resolverem a situação, pois a mulher estava lá presa na corrente!

Pois bem, conseguimos resolver e hoje está aqui no jornal *A Notícia* a seguinte manchete: “Consegui, mas precisou se acorrentar”. Isso daqui deve ser um desacato para o prefeito Udo Dohler. Mas, tudo bem.

Agora quero chamar a atenção se, porventura, tem alguém que vende corrente para ir lá para Joinville vender corrente. Porque parece que para chamar a atenção e para o prefeito Udo Dohler resolver o problema, o negócio é corrente. A palavra é corrente!

Na mesma matéria que fala que a dona Rozevelde conseguiu a cirurgia, tem uma nota que diz que a dona Rozevelde faz parte de uma fila de 1.700 pessoas que estão na fila só de cirurgia de ortopedia. Portanto, vai precisar de 1.700 correntes.

Mas quero fazer uma proposta aqui: se é com corrente que se resolve as coisas lá em Joinville, eu vou lançar a moda de amarrar uma corrente no para-choque dos veículos para lembrar o prefeito que as ruas estão esburacadas. Já pensaram todos os carros lá em Joinville rodando com uma correntinha pendurada para lembrar o prefeito que há buracos! Quem sabe devemos amarrar uma corrente nos ônibus para lembrar que a passagem, apesar de ter sido diminuída, foi aumentada acima da

inflação! Talvez devêssemos amarrar uma correntinha na receita do remédio que os médicos estão dando nos postos de saúde que ainda estão funcionando em Joinville para lembrar-se da falta de medicamentos que está ocorrendo até para pressão arterial e para diabetes, medicamentos de uso contínuo, deputado Aldo Schneider!

Então, quero parabenizar prefeito Udo Döhler, porque corrente chamou a atenção, mas ele resolveu a vida de uma das 1.700 de ortopedia. Mas tem ainda mais 7.000 de oftalmologia.

Quero saber quantas cirurgias de varizes o hospital São José fez este ano. Só de varizes não foi feita nenhuma, de fevereiro para cá. Nenhuma cirurgia. Essa é a situação.

Deixo registrado mais uma vez aqui esta minha palavra. Estou fazendo isso porque estou cobrando aquilo que foi prometido na eleição, ou seja, que iria resolver o problema da saúde, os problemas dos postos médicos. Mas o Jardim Edilene continua com o posto médico fechado, pagando aluguel, e até agora nada! Os moradores do loteamento estão sendo atendidos em outro bairro, na parte da tarde, porque não está funcionando.

Parabéns à dona Rosivelde que fez com que para a sua ação fosse chamada a atenção. Mas tem 1.700 pessoas só em ortopedia esperando por uma cirurgia no hospital São José. E não me digam que isso foi prejudicado por conta da demissão dos médicos de lá. Não! Não foi isso. É fato antigo que o governo Udo Döhler tem, sim, a obrigação de resolver. Mas por favor, então, ele que resolva, porque costumava falar muito que era problema de gestão, gestão, enfim, tudo para ele era problema de gestão. Então, se é problema de gestão e ainda se precisa colocar uma corrente, não é problema de gestão. É uma verdadeira vergonha o que está acontecendo.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Kennedy Nunes, e continua com o tempo o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. Deputados, público que nos acompanha pela TVAL e Rádio Digital, toda a sociedade catarinense, quero saudar a Luciana, a Mariana, os meus primos e sobrinhos que estão presentes nesta Casa.

Não vou fazer um discurso tão empolgado quanto do colega deputado Kennedy Nunes, mas precisamos chamar atenção para um assunto importante da economia catarinense.

Recebi e-mails de empresas que trabalham com importação e exportação de produtos. Infelizmente, as mercadorias quando chegam ao porto, quando o navio descarrega um container no porto de Santa Catarina, a mercadoria ainda demora em torno de 60 dias para ser liberada. Isso é um absurdo. É um absurdo, porque temos investimentos do governo federal, do PAC, nos portos.

Enquanto temos outros países com uma taxa menor de exportação e importação, temos aqui, além de um custo maior e uma infraestrutura maior, de uma fila de caminhões, de todas as dificuldades, da burocracia, temos ainda a dificuldade na liberação das cargas. Só o ministério da Agricultura demora em média de 25 a 30 dias para vistoriar e liberar uma carga. Ainda vêm os demais procedimentos para que o empresário possa retirar essa carga, enquanto isso ele está pagando os custos daquela importação e liberação da carga.

A média no Brasil para conseguir liberar um container para exportação é de 13

dias. Desses 13 dias, seis dias já são em burocracia, documentação.

Vemos os nossos portos de Santa Catarina congestionados de containers que poderiam ser mais rapidamente liberados. E o grande problema é a fiscalização, a vistoria, para que o container seja liberado.

Em Cingapura o prazo é de um dia, nos Estados Unidos o prazo de liberação de um container é de dois dias, e aqui no nosso estado para exportação é de 13 dias e para liberação da importação chega a quase 60 dias.

Enquanto em outros países o custo é de 1.000,00 a 1.300,00 por container, no Brasil é de 2.200,00 por container. Isso prejudica a economia, o consumidor, porque tudo vai para o custo final do produto.

Portanto, precisamos que o ministério da Agricultura, o Mapa como chamam, tome as providências necessárias.

Vimos justificativas de doença, de aposentadoria, de falta de efetivo, de falta de fiscais, e não é admissível que um país como o nosso, que incentiva o desenvolvimento das suas indústrias, dos seus profissionais, tenha toda essa burocracia que emperra o custo econômico, social e traz dificuldades.

Então, temos que adotar as providências necessárias para que a liberação de cargas nos portos catarinenses e brasileiros seja modificada. Sofre a cidade de Itajaí, Navegantes, São Francisco do Sul, com filas de caminhões por todas as dificuldades e transtornos que cria essa demora na liberação tanto das exportações como das nossas importações.

Assim, é muito importante que tenhamos mudanças e ações nesse sentido para melhorar a nossa economia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Esta Presidência comunica que por não haver mais partidos inscritos para ocupar esse espaço, e faltam 13 minutos para a Ordem do Dia, suspenderemos a presente sessão até as 16h.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campainha) - Declaro reaberta a presente sessão.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, esta Casa já teve várias concessões e sei que está na Ordem do Dia, mas faço um apelo a v.exa. no sentido de se oportunizar, conforme o requerimento sobre a mesa, que o presidente do SindSaúde, sr. Pedro Paulo das Chagas, faça uso da palavra antes da votação que está na pauta.

Eu sei que há uma determinação da Mesa, sr. presidente, v.exa. já explicou isso, mas que o senhor fizesse uma consulta aos líderes desta Casa para que o presidente do Sindicato da Saúde, já que esta Casa é a Casa do Povo, possa se manifestar.

A bancada do Partido dos Trabalhadores é favorável. Gostaria que o senhor fizesse esse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Gostaria que vocês fizessem silêncio para acompanhar os encaminhamentos.

Agradeço muito a manifestação de todos.

Deputada Ana Paula Lima, v.exa. já integrou a Mesa Diretora desta Casa e empreendeu com muita dedicação a função.

Deputada, procuramos cumprir aquilo que a Mesa orienta, e na reunião da manhã de hoje novamente este assunto voltou a ser discutido, porque, como v.exa. bem lembrou, em alguns momentos há quebra, há inversão daquilo que é regimental e daquilo que está acordado entre os líderes, mas v.exa. tem todo o direito de pleitear, em função de outros acordos que foram feitos, essa solicitação para a antecipação do sr. Pedro Paulo das Chagas, presidente do SindSaúde.

Assim sendo, atendendo à solicitação de v.exa., vou consultar os líderes para que, em havendo concordância, possamos fazer a concessão.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Quero cumprimentar a todos. E com referência à solicitação da eminente deputada Ana Paula Lima, para que se abra a condição de o presidente do SindSaúde se pronunciar antes das manifestações dos srs. deputados e também das votação da pauta, sou a favor, até porque como líder do governo, já que o nosso governador tem sido um governo do diálogo, tem sido um governo para buscar o entendimento, um governo que ouve a sociedade catarinense, não vimos objeção nenhuma em ouvir o presidente do sindicato se pronunciar.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Eu vou, em nome da bancada do PSD, na linha do que foi colocado pelo eminente líder do governo. Nós concordamos que o presidente se pronuncie antes da votação. E quero solicitar que todos fiquem calmos, para que possamos fazer com calma e com racionalidade um debate em alto nível das medidas provisórias, porque estamos tratando um assunto da maior importância. Precisamos ouvir o contraditório, pois todos nós vamos ganhar. Então, eu concordo, sr. presidente.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - A bancada do PPS também concorda com o encaminhamento da deputada Ana Paula Lima.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Como líder do PP estou de acordo, sr. presidente.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURO SOARES - Da mesma forma, só para deixar manifestado, quero agradecer a deferência de v.exa. como a dos demais líderes de partidos por essa concessão, para que o sindicato fale ante essa votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a concordância de todos os líderes, esta Presidência suspende a sessão por até dez minutos e concede, de pronto, a palavra ao sr. Pedro Paulo de Chagas, presidente do SindSaúde.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projeto de Lei n. 0195/2012 e Projeto de Lei 0211/2007.

Votação da redação final do Projeto de Resolução n. 0002/2012, de autoria do deputado Dado Chorem.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória n. 0190/2013, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, que

dispõe sobre a criação e a concessão de incentivo financeiro às Centrais de Regulação no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, para não dizer que não falei de flores, vou falar dessa MP. Porque tivemos a oportunidade, na comissão de Saúde, presidida pelo deputado Volnei Morastoni, de realizar uma audiência pública com a presença das autoridades do governo, da área da Saúde, com a própria secretária Tânia Eberhardt, para debater as questões e, inclusive, essa medida provisória.

Quero repetir parte do que falei naquela audiência pública: Que de fato é bastante necessária a organização, a criação, o fortalecimento das centrais de regulação. Trocando em português mais claro, para organizar a fila de exames e cirurgias na saúde pública do estado.

Existem sugestões, como já fizemos na comissão de Saúde, dessa audiência pública a que me referi, no sentido de incrementar esse trabalho, de fortalecer esse trabalho, que é a forma de aumentar o controle público acerca das dificuldades e das potencialidades na realização de exames e cirurgias no serviço público no estado.

Então, quero fazer essa manifestação e por isso comecei com aquela frase, porque consideramos importante, e o nosso voto é favorável à criação, à fomentação, à organização, ao fortalecimento e que funcionem, efetivamente, as centrais de regulação no estado.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Deputado, eu discurssei há alguns dias sobre o grande problema da saúde pública do estado, que seria justamente o problema de gestão, de organização do sistema.

O governo federal propôs várias políticas, e Santa Catarina não adotou essa estratégia. Nós sempre questionávamos o fato de que precisaria ter um empenho maior da secretaria da Saúde, no sentido de construir saúde pública no estado, inclusive, questionávamos muito o ex-secretário. E na avaliação que temos feito da MP n. 190, entendemos que ela vem na perspectiva de organizar um pouco melhor o sistema de saúde pública de Santa Catarina.

Então, votaremos favorável, porém, acreditamos que ainda não é a solução, que precisa melhorar muito mais o processo de gestão de organização, mas é um passo que se dá para melhorar o Sistema Único de Saúde no estado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, no projeto de conversão foi incluída uma emenda na comissão de Finanças e Tributação. Então, gostaria de saber se ela está incluída na redação final do

projeto que veio da comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Ela está contemplada e aparece como projeto de conversão, deputado Gilmar Knaesel.

Fim da discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade o Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória n. 190/2013.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Conversação em Lei da Medida Provisória n. 0191/2013, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, que dispõe sobre o incentivo financeiro aos municípios do estado de Santa Catarina destinado a consultas e exames de média e alta complexidade.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, a respeito dessa medida provisória consideramos importante, mas avaliamos que ela contém um erro de proporção. Ela define apoio financeiro a partir de recursos públicos estaduais para os municípios na área de Saúde, mas consideramos que o erro é justamente porque faz de forma per capita igual para todas as cidades, assim as maiores cidades receberão um montante maior e as menores menor.

Temos cidade que não receberá os R\$ 100 mil desse recurso aqui. E é muito pouco. Se o objetivo e a justificativa são no sentido de combater, diminuir pelo menos a ambulancioterapia, precisamos fortalecer justamente a linha da frente, a ponta.

Nós temos hospitais no estado de Santa Catarina, e cito o hospital da minha cidade natal, Imbuia, no alto vale do Itajaí, que não têm Raios-X. E essa é a realidade de muitos hospitais do interior. Assim terá a ambulancioterapia, porque terá que sair de Imbuia de madrugada, dentro de uma van, já não é mais ambulância, mas "vanterapia", e vir à capital para fazer um exame de Raios-X.

Então, nesse sentido, achamos que se deveria estabelecer um padrão para todas as cidades. E a partir disso o quanto per capita seria mais justo para as pequenas cidades e seria mais eficiente no sentido de combater a ambulancioterapia.

Votaremos favorável, porque é importante fomentar e fortalecer a área da saúde nos municípios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, deputado Joares Ponticelli, apenas para reflexão da importância, parece um valor pequeno. Mas, hoje, temos uma fila muito grande de atendimento, principalmente exames de média e alta complexidade. Há muito tempo se falou em ambulancioterapia. Isso aqui é um dos remédios para ambulancioterapia, ou seja, fazer com que os exames aconteçam nas regiões e municípios.

As prefeituras estão abandonadas à própria sorte. E essa medida não

contempla o hospital, ela é municipal! Foi pactuada pelos secretários municipais de Saúde com o governo do estado. É o governo do estado cumprindo uma medida que deveria ter sido cumprida pelo ministério da Saúde que hoje remunera muito baixo os exames e, por isso, inviabiliza a realização dos mesmos. E a quantidade que vem para Santa Catarina é muito baixa.

Por isso, merece o nosso apoio, o nosso incentivo. O valor é pequeno, mas todos os meses chegando à nossa cidade vai permitir que as secretarias municipais possam fazer uma gestão melhor dos exames, ajudando aqueles que realmente dependem do SUS para realizarem exames de média e alta complexidade, que é o que está faltando em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero deixar claro, e o deputado Sargento Amauri Soares falou aqui, que são R\$ 0,30 por pessoa. Então, em uma cidade com três mil habitantes são R\$ 900,00 por mês. Isso significa dois ou três exames por município. Então, contribui, mas tem que ficar claro que é um valor bastante pequeno para a grande maioria dos municípios de Santa Catarina. Só gostaria de esclarecer essa questão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade a conversão em lei da Medida Provisória n. 191/2013.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória n. 0192/2013, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, que institui o Plano de Gestão da Saúde, composto pelo Programa de Estímulo à Produtividade e à atividade Médica...

(Manifestações das galerias)

Por favor, estamos trabalhando e pedimos a compreensão de todos. Fizemos uma concessão, uma inversão de ordem...

(Manifestações das galerias)

Gostaria de poder continuar realizando a sessão. Se não houver ordem neste ambiente terei que determinar a suspensão da sessão e a retirada das pessoas que não colaborarem.

(Manifestações das galerias)

Por favor, peço mais uma vez a compreensão de todos. Queremos que esta Casa seja respeitada, estamos em processo de votação, que é um processo democrático, e quero pedir a compreensão de todos.

(Continua lendo a matéria.)

...que institui o Plano de Gestão da Saúde, composto pelo Programa de Estímulo à Produtividade e à atividade Médica, pelo Programa Estadual Permanente de Mutirões de Procedimentos Clínicos e Cirúrgicos Eletivos e pelo Programa de Profissionalização da Gestão Hospitalar.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão e votação.

(Manifestação das galerias)

Em votação! Vou colocar a matéria em votação!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputada Ana Paula Lima, se não houver respeito, vou colocar a matéria em votação.

Esta Casa tem que ser respeitada! Nós estamos respeitando. E se não houver respeito, vou tomar as medidas para garantir a ordem para a votação.

Está suspensa a sessão. E peço que as pessoas que não estão respeitando sejam retiradas do plenário.

Está suspensa a sessão!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, ao mesmo tempo em que se abre o painel para colher os votos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Não, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Está aberto o painel e concedida a palavra a v.exa. para encaminhamento.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - V.Exa. vai colocar em votação antes de discutir a matéria, sr. presidente? Não, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputada Ana Paula Lima, está concedida a palavra a v.exa. para encaminhamento, com a votação.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Mas eu acho que temos que esperar a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputada Ana Paula Lima, nós fizemos concessões aqui, mas não há reciprocidade.

Portanto, a palavra está garantida e o painel está aberto para votação.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, esta Casa é a Casa do Povo. É isso aí!

Nós temos que entender isso!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputada Ana Paula Lima, o tempo de v.exa. para encaminhamento está contando.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Eu não vou ficar aqui berrando, acho que é desagradável desta forma, sr. presidente.

Quando estamos debatendo a matéria, é para abrir o painel de votação. Até porque, sr. presidente, com todo o respeito ao governo, foi pedido encarecidamente ao líder do governo que está fazendo a sua atribuição que esta matéria não fosse votada hoje, que fosse votada depois da reunião que o sindicato tivesse no dia 29 com o sr. Antonio Gavazzoni. Mas entendo.

A orientação que dou à bancada do Partido dos Trabalhadores é para votarem contra, sr. presidente, por diversas razões. Isso não vai resolver o problema da saúde no estado de Santa Catarina. Isso vai beneficiar uma categoria lesando outras categorias. E falo isso porque nenhum hospital, nenhum posto de saúde e nenhuma clínica médica funcionam sem esses profissionais da multidisciplinaridade.

(Palmas das galerias)

Não funciona uma cirurgia eletiva, se não houver enfermeiros técnicos e auxiliares de enfermagem!

Então, não é justo, sr. presidente. Eu entendo que o governo quer acertar em alguma coisa, e ele podia, tanto é que a nossa bancada foi favorável às Medidas Provisórias n.s 190 e 191.

A Medida Provisória n. 192... Nós não podemos separar a categoria. Os médicos são imprescindíveis, responsáveis e trabalham, sim, mas a categoria da enfermagem e as outras categorias estão

sendo lesadas pelo programa estadual dessa medida provisória, pelo programa estadual permanente de mutirões para esses procedimentos clínicos, cirúrgicos. É interessante que haja a valorização de todos esses profissionais, como eu bem falei.

E digo ainda, sr. presidente - e aqui falou o presidente do sindicato -, que não é a primeira nem a segunda vez. O deputado Dado Cherm, que já foi gestor da saúde, sabe que temos 182 profissionais médicos no Hospital Regional de Joinville. E vamos ainda dar uma gratificação para eles trabalharem no final de semana?

(Palmas das galerias)

Já apontou o Tribunal de Contas que os centros cirúrgicos são ociosos durante a semana.

Então, sr. presidente, eu gostaria muito de ter discutido mais essa medida provisória. O governo está negociando, acredito que está negociando, vou usar a palavra negociação.

Dia 29 tem uma reunião. Se ele tivesse a boa intenção de valorizar o pessoal da Enfermagem, ele já teria colocado na medida provisória.

(Palmas das galerias)

É uma enganação! E a outra, sr. presidente, como é que vão ser realizados esses mutirões, nos finais de semana, nos feriados, quais os profissionais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (faz soar a campainha) - V.Exa. tem mais 30 segundos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Dez minutos, sr. presidente, regimentalmente tenho dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - É para encaminhamento, deputada.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Não! Não, sr. presidente.

(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputada, eu tenho procurado sem complacente. V.Exa. está querendo complicar!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Não! Não, sr. presidente, eu não vou complicar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Vamos votar. A votação já está aberta, deputada Ana Paula Lima.

(Manifestação das galerias)

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, cheguei aqui, no Parlamento. E só tem uma função... Eu não dou dinheiro de fundo social, eu não faço emenda, eu não tenho nenhum cargo nesse governo.

(Manifestação das galerias)

Eu cheguei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campainha) - Deputada Ana Paula Lima, um minuto para v.exa. concluir.

Eu estou encaminhando, deputada Ana Paula Lima. Um minuto para concluir, senão, vou cortar a sua palavra.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, com todo o respeito que tenho por v.exa., votei em v.exa. para a Presidência da Mesa. Mas tenho o direito de dez minutos.

Pouco uso a palavra para debater matéria em votação, mas essa matéria que diz respeito ao atendimento da população de Santa Catarina é a minha categoria profissional e merece respeito. Merece respeito.

(Palmas das galerias)

Vou obedecer. Vou usar esse minuto, mas tenho o direito a dez minutos,

como todos os outros parlamentares, tenho direito para debater a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Mas, deputada Ana Paula Lima, a matéria está em encaminhamento.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Não! Fica o meu voto de repúdio. E a orientação da minha bancada é votar contra, porque estamos lesando a população de Santa Catarina e essa categoria profissional.

Muito obrigada!

(Manifestação das galerias)

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela Ordem, para encaminhamento, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o deputado Jailson Lima, para encaminhamento.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, são cinco minutos ou dez minutos?

Mesmo entendendo que houvesse um pouco mais de tempo, quero dizer que enquanto médico, enquanto profissional médico, como pauta é a questão da saúde pública, entendo que um mutirão de atendimento não ocorre apenas com profissional médico.

(Palmas das galerias)

Eu gostaria imensamente de poder dar essa gratificação unicamente a uma categoria. É acho que quando falamos em questão de gestão, a própria questão do programa de profissionalização de gestão, vinculada aos mutirões, tinha que estar vinculada a outras questões de redução de custos hospitalares como, por exemplo, o excesso de parto nos hospitais públicos de Santa Catarina. Isso representa mais custos e representa mais riscos.

Nós, aqui nesta Casa, durante o governo Luiz Henrique, já fizemos uma votação em acordo de pagamentos e incorporação de salários à categoria médica, achando que fosse resolver isso. E mais uma vez se privilegia categorias, reconhecendo pagamento apenas a um tipo de profissional, que é um profissional como eu, de uma corporação a que pertença.

Portanto, estou fazendo essa colocação entendendo que esse projeto, com todos os esforços que foram feitos, deputado Aldo Schneider, de mais uma semana que foi dada, democraticamente aberto espaço aqui ao presidente do sindicato, entendo que poderia haver mais tempo para tentar esgotar mais o debate.

Por isso, com muita tranquilidade, aqui voto contra esse procedimento, porque acho que não vai resolver a situação.

(Palmas das galerias)

O Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, para encaminhamento, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, para encaminhamento.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar todos os servidores da Saúde que aqui estão, dizendo que não preciso do tempo todo.

Gostaria apenas de dizer que sou contra a Medida Provisória n. 192, por entender que não encontro nenhum médico neste estado e neste país que seja tão bom que possa exercer a profissão e o exercício da saúde sozinho.

(Palmas)

Da mesma forma creio que o governo está contribuindo para termos, a partir da Medida Provisória n. 192, duas categorias, a categoria dos valorizados e a categoria dos necessários.

Então, sou contra a Medida Provisória n. 192.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, sra. deputada Luciane Carminatti.

Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, a nossa compreensão era que não deveríamos votar essa medida provisória na tarde de hoje, inclusive porque nesta legislatura aprovamos uma mudança na Constituição do Estado possibilitando a prorrogação por mais 60 dias para a aprovação de medida provisória. Acho que seria o tempo necessário, inclusive, para o governo tentar corrigir o erro que é esta Medida Provisória n. 192. Mas não é um erro apenas porque exclui todos os servidores da base, que são a imensa maioria, não apenas por isso, já é um erro grave, porque estão lá na mesma sala, garantindo, dando suporte para que possa acontecer qualquer exame, qualquer cirurgia. O erro da medida provisória é porque ela é ruim para a sociedade catarinense. Esse é o erro principal, ela é ruim para a saúde pública do estado de Santa Catarina, porque já havia gratificação de produtividade médica, que foi incorporada.

Como disse o presidente do sindicato, aqui, com todo respeito àqueles médicos que cumprem o seu dever, e a eles devemos a nossa vida, a turma nem desligava a motor do carro. Lá, passava o dedo e ia trabalhar na clínica particular.

Agora uma elite, dentre os médicos, uma elite, não são os médicos como elite, que já o são e assim têm que ser tratados, mas dentre os médicos uma elite vinculada ao setor de anestesia e de cirurgia se articulou e conseguiu convencer autoridades do governo, inclusive o secretário da Fazenda, - o secretário da Saúde estava assumindo mais recentemente - a acreditar que essa tese é verdadeira, que tem que colocar todos os médicos a ganhar mais do que o Raimundo, porque este é o termo de debate deles.

"Se nós fizermos certinho, vamos ganhar mais do que o Raimundo". São esses os termos que estão sendo usados por essa elite a que estou me referindo.

Já tivemos um cidadão catarinense atendido seis vezes na emergência do Hospital Regional num único dia. Em 24h foi atendido seis vezes, e seis médicos vão ganhar pelo atendimento daquele cidadão.

A menos que interesse ao governo do estado chegar ao ano que vem e dizer que aumentou a produtividade e o número de atendimentos e que não interessa o que foi de fato feito, a menos que isso interesse também ao governo dizer que triplicou, quintuplicou o número de atendimentos, a qualidade da saúde não terá mudado.

O governo vai gastar mais com os médicos e vai mudar muito pouco ou nada, quando não, vai se cometer crime de fraude. A medida provisória nem foi aprovada ainda e já estão fazendo. Ou então é linha de produção, que corta, costura e manda embora, porque não tem leito.

Tem que se discutir tudo.

Voto contra a Medida Provisória n. 192.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, eu não sou profissional da área da Saúde, mas voto com muita consciência nesta tarde, com muita tranquilidade, porque o debate que a gente vem fazendo não precisava nem contratar

empresa para levantar os dados da saúde pública de Santa Catarina, para identificar a situação em que se encontra. E foi muita clara a posição novamente do sindicato que tem elaborado, discutido muito esse tema da saúde no estado de Santa Catarina, para identificar a situação que estamos vivendo.

Esta medida provisória não resolve o problema da saúde de Santa Catarina. Por isso voto contra, e precisaria de tempo para discutir.

Obrigado!

(Manifestações das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Em votação.

A votação será nominal pelo processo eletrônico.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	não
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEEDI SARETTA	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 25 votos "sim", seis votos

"não".

Está aprovada a matéria.

(Manifestação das galerias)

O exmo. sr. presidente, deputado Joares Ponticelli, acatou a manifestação do deputado Dirceu Dresch votando contra este projeto fora do sistema eletrônico de votação. Sendo assim, totalizam 25 votos "sim" e sete votos "não".

Portanto, retifico o resultado.

"não". Temos 25 votos "sim" e sete votos

"não".

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0089/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari, que institui o Dia Estadual do Naturólogo, a ser comemorado anualmente no dia 23 de março, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)  
Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0226/2013, de autoria do deputado Manoel Mota, que declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do estado de Santa Catarina a Festa do Vinho Goethe, dos municípios de Pedras Grandes e Urussanga.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0234/2013, de autoria do deputado Darci de Matos, que institui o Dia Estadual da Ginástica Laboral, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0336/2012, de autoria do deputado Narcizo Parisotto, que institui o Dia Estadual de Combate ao Câncer Infantil, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0310/2013, de origem governamental, que autoriza a doação de imóveis a municípios e estabelece outras providências. (Programa de Parceira Educacional Estado/Município)

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0328/2013, de origem governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Brusque. (Corpo de Bombeiros Militar e Guarnição da Rádio Patrulha)

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0330/2013, de origem governamental que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Braço do Trombudo. (Ginásio de Esportes Paulo Vermoehlen)

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0209/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do bairro de Vila Nova e bairro Industrial Sul, de Rio Negrinho.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0337/2013, de autoria do deputado Dóia Guglielmi, que declara de utilidade pública o Centro de Recuperação Luz no Vale (Cerluz), do município de Treviso.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Por autoria do autor, deputado Renato Hinnig, fica retirado de pauta o Projeto de Lei n. 0372/2013.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo n. 0004/2013, de autoria da comissão

especial, que aprova nomes para a composição do Conselho Superior da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina, Agesc.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o decreto legislativo e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER votou

DEPUTADO ALTAIR SILVA votou

DEPUTADA ANA PAULA LIMA votou

DEPUTADA ANGELA ALBINO

DEPUTADO ANTONIO AGUIAR

DEPUTADO CARLOS CHIODINI

DEPUTADO CIRO ROZA

DEPUTADO DADO CHEREM

DEPUTADO DARCI DE MATOS votou

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT votou

DEPUTADO DIRCEU DRESCH votou

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI

DEPUTADO EDISON ANDRINO votou

DEPUTADO GELSON MERISIO votou

DEPUTADO GILMAR KNAESEL votou

DEPUTADO JAILSON LIMA votou

DEPUTADO JEAN KUHLMANN votou

DEPUTADO JOARES PONTICELLI votou

DEPUTADO JORGE TEIXEIRA votou

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER votou

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI

DEPUTADO KENNEDY NUNES votou

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI votou

DEPUTADO MANOEL MOTA votou

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK votou

DEPUTADO MAURO DE NADAL votou

DEPUTADO MOACIR SOPELSA votou

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NEODI SARETTA votou

DEPUTADO NILSON GONÇALVES votou

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA votou

DEPUTADO RENATO HINNIG votou

DEPUTADO RENO CARAMORI votou

DEPUTADO ROMILDO TITON votou

DEPUTADO SANDRO SILVA votou

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES votou

DEPUTADO SERAFIM VENZON votou

DEPUTADO SILVIO DREVECK votou

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

O Sr. Deputado Aldo Schneider -

Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Gostaria que v.exa. fizesse a relação dos nomes dos conselheiros, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Conselheiros cujos nomes estarão submetidos à votação: Osmar Eduardo Santos, presidente; Jamir Marcelo Schmidt e Antônio Rubens do Nascimento Almeida. Esses são os três nomes que estão em votação neste momento.

Consulto se todos os deputados exerceram o direito de voto.

Encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 25 votos "sim", quatro votos "não" e uma abstenção.

Está aprovado o decreto.

Esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, para hoje, às 16h51, para a aprovação da redação final das referidas matérias.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 026ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

## DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2013

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 17h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Silva - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Scherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauricio Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória n. 00192/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 00191/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 00192/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por maioria, com o voto contrário da bancada do Partido dos Trabalhadores e do deputado Sargento Amauri Soares.

Votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n. 0004/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0089/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0226/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0234/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0336/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0310/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0328/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0330/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0330/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0209/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0337/2013.

Não há emendas à redação final. Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 0677/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0686/2013, de autoria do deputado Sílvio Dreveck; 0687/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0688/2013, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0689/2013, 0690/2013, 0691/2013, 0692/2013, 0693/2013, 0694/2013, 0695/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0696/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero aqui falar sobre a Indicação n. 695/2013. No nosso município de Quilombo tivemos um fato muito grave de assalto e a morte de um dos bandidos, o que criou uma situação de pânico na cidade.

Por isso, estamos fazendo um apelo ao governador, aos órgãos da Segurança Pública, pedindo o aumento de policiais, a aquisição de viaturas e de materiais para a Polícia Militar do município, um sistema de videomonitoramento, porque há uma preocupação muito grande por parte da população a partir do fato que ocorreu na cidade.

Assim pedimos que um grupo especial possa ser enviado para a cidade, porque o município tem apenas um carro, e muitas vezes tem somente um policial fazendo a ronda. Então, de fato isso deixa a população muito insegura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado!

Requerimento n. 1.109/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes, a ser enviado ao gerente regional da Operadora de Telefonia Oi S.A., solicitando a manutenção dos aparelhos telefônicos públicos existentes, bem como a instalação de novos aparelhos em diversos pontos e bairros do município de Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.110/2013, de autoria do deputado Edson Andrino, solicitando que seja encaminhado ofício ao presidente da Comissão Especial de Terrenos de Marinha, da Câmara dos Deputados, propondo emendas ao PL 5.627, de 2013.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0103/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada ao ministro do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, aos presidentes da Câmara dos Deputados, da Comissão de Constituição e Justiça, ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, ao presidente da Embrapa e ao deputado federal Eduardo Sciarra, manifestando preocupação e solicitando a retirada imediata da tramitação do PL n. 268/2007, que visa legalizar o uso de tecnologias de restrição de uso, denominadas *Terminator*.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, a título de esclarecimento, esse projeto libera os produtos geneticamente modificados e uma nova tecnologia, a *Terminator*, em que a semente não reproduz. Assim, vários movimentos sociais nacionais estão preocupados de que teremos problemas no futuro porque, alaistrando essa tecnologia, os agricultores ficarão totalmente dependentes das grandes empresas e das multinacionais.

Estamos aí propondo a retirada desse projeto da Câmara, inclusive porque há um acordo internacional do ano 2000 que proíbe inclusive o uso no mundo dessa tecnologia, e o Brasil quer trazer essa questão à tona. Por isso, estamos propondo a retirada do projeto na Câmara.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0097/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao secretário de estado da Educação, por meio do governador do estado, solicitando informações sobre melhorias realizadas e montante investido no ginásio de esportes da Escola Estadual Rural Padre Bernardo, no município de Quilombo, nos últimos três anos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Finda a Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

## ATA DA 094ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2013 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 17h33, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Scherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascarí - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Romildo Titon - Sandro Silva - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. depu-

tadas, demais catarinenses que acompanham esta sessão, faço uso da palavra para tratar de dois assuntos.

O primeiro deles diz respeito a um evento que vai acontecer na capital do nosso estado, na próxima semana, que é 22º Congresso Nacional de Aposentados, Pensionistas e Idosos, organizado pela Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos, em parceria com a Feapesc, Associação de Aposentados e Pensionistas do Estado de Santa Catarina.

Nesse evento serão debatidos temas importantes, especialmente relacionados ao direito previdenciário, à saúde e ao direito da pessoa idosa, além da perspectiva dos movimentos sociais dos aposentados.

Faço esse comentário para destacar o referido evento e dizer que nos últimos anos o país teve ganhos econômicos e sociais importantes, como mais vagas no ensino superior e técnico, programas sociais relevantes, como o Minha Casa, Minha Vida, além de milhares de pessoas terem saído da linha da pobreza absoluta.

No entanto, tenho dito e reiterado, há um setor que não tem usufruído de todos esses ganhos dos últimos anos, que são os aposentados e pensionistas, que a partir do

governo Fernando Henrique Cardoso enfrentou um mecanismo perverso no Brasil, o chamado fator previdenciário, que reduz pela metade, dependendo do período da aposentadoria, o ganho do aposentado quando ele encaminha sua aposentadoria.

Então, o país está em dívida com os aposentados e pensionistas e precisa pensar numa política de recuperação salarial também para esse setor. Os ganhos que o Brasil teve foram divididos com muitos e, como disse, propiciou a inclusão de muitas pessoas que estavam na pobreza e na miséria, mas precisam ser divididos também com os aposentados, os pensionistas e os idosos.

Tramitam no Congresso Nacional projetos importantes sobre alternativas para o fim do fator previdenciário. Se não dá para simplesmente excluí-lo, há que se pensar numa alternativa, quem sabe a chamada fórmula 85, 95, como já foi discutido, ou mesmo outro mecanismo que possa garantir que quando o cidadão encaminha a sua aposentadoria não seja surpreendido por um violento redutor.

Portanto, ao registrar esse evento da próxima semana, que é o 28º Congresso Nacional de Aposentados, Pensionistas e Idosos, registro também o desejo de que se

possa pensar em alterações na legislação para recuperar o poder de compra dos seus salários.

Quero referir-me agora a algumas matérias votadas ontem, atinentes à área da saúde, até em função do debate ter ficado um pouco prejudicado no momento da discussão das medidas provisórias.

Como não fizemos comentários ontem, quero falar principalmente a respeito de duas matérias que passaram quase batidas, as Medidas Provisórias n.s 190 e 191, porque estamos passando por mudanças importantes que espero sejam para melhor.

O ministério da Saúde está implantando as novas redes de atenção à saúde, como, por exemplo, a rede de urgência e emergência, a Rede Cegonha etc. Temos uma expectativa de que isso sirva para melhorar o atendimento em nossos hospitais, mas teremos que estar atentos e ajudar a construir essas novas redes, para que de fato isso se torne positivo.

Vimos também o governo estadual buscando adequar-se, fazendo um estudo e implantando a criação das centrais de regulação. Ele dá, inclusive, um incentivo financeiro e são criadas as centrais de regulação e internação hospitalares e as centrais de regulação de consultas e exames. Temos expectativa de que isso não seja apenas mais algum organismo, que não seja apenas mais um instrumento burocrático, mas um mecanismo regulador de internações e de marcação de exames.

Ontem, alguém até usou essa expressão aqui: essa é mais uma coisa para organizar a fila! Espero que não seja apenas para organizar a fila. Que a fila, sim, seja organizada de forma acessível, mas que possa trazer ganhos para a saúde dos catarinenses, que é o nosso grande desafio, a nossa grande expectativa.

Pela Medida Provisória n. 191 foi instituído um auxílio para os municípios no valor simbólico de R\$ 0,30 por habitante, que não devemos desprezar. Vamos somente esperar que isso de fato vá aos municípios e que os mesmos possam disponibilizar mais consultas, possam disponibilizar o atendimento especial, porque se reclama muito da saúde, e com razão. Mas se a porta de entrada do SUS não estiver boa, ou seja, se nas unidades básicas de saúde, onde os nossos municípios atendem, não for realizado bom atendimento, não basta reclamarmos somente do geral, temos que ir até a porta de entrada, para buscar o bom atendimento que deve ser dado à população, disponibilizando a marcação de consultas.

Foram tomadas algumas medidas importantes nos últimos tempos. Por exemplo, a determinação de que as pessoas que tiverem o diagnóstico de câncer sejam atendidas em, no máximo, em 60 dias. É oportuno falar isso porque estamos vivendo o chamado Outubro Rosa, quando se discute muito a prevenção e o tratamento do câncer de mama. Foi feita a discussão no chamado Agosto Azul para debater as propostas de prevenção na área da saúde do homem.

Então, sr. presidente, para encerrar quero dizer que espero que essas medidas

propiciem uma melhoria no atendimento dos pacientes em Santa Catarina e que sejam destinados mais recursos à saúde. E repito: não dá para Santa Catarina achar que vai priorizar a saúde se ficar aplicando apenas o mínimo constitucional de 12%.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não há mais oradores inscritos.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao Democratas.

(Pausa)

Não havendo deputados do Democratas que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente srs. deputados e sra. deputada, estou acompanhando há muito tempo, desde a época em que era prefeito de São Bento do Sul, tudo o que diz respeito à indicação e aos critérios para escolha dos diretores de escola no estado e nos municípios. O governo do estado de Santa Catarina, na minha avaliação, tomou uma decisão importante, ou seja, a nomeação desses diretores se dará a partir de critérios objetivos muito claros. Alguns municípios já adotaram sistema semelhante, outros ainda usam o sistema de eleição direta, mas acredito que esse sistema a ser implantado em Santa Catarina é de menor risco para a educação.

Respeito a tese daqueles que defendem a eleição direta sem qualquer critério, mas penso que há riscos porque ainda pode haver influência partidária. Já esse modelo que o governo do estado implantará a partir de 2015 estabelece critérios, ou seja, os candidatos terão que apresentar um projeto pedagógico, fazer um aperfeiçoamento administrativo, um curso de aperfeiçoamento em gestão escolar, entre outros critérios, deputado Jean Kuhlmann. Haverá uma eleição, sim, na qual haverá a participação de professores, dos pais e dos alunos, que votarão em candidatos que preencheram as condições no decreto governamental.

Quero crer que teremos um grande avanço na educação em Santa Catarina com esse sistema que será implantado a partir de 2015.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Deputado Silvio Dreveck, quero compartilhar do pensamento de v.exa. e dizer que também entendo que esse novo modelo é avançado e, acima de tudo, preza pela gestão escolar.

Quero dizer que também concordo que quando se tem um modelo que privilegia o plano de gestão escolar, quando se tem um objetivo, uma meta, preza-se mais a educação. Porque as pessoas discutirão não

o nome do diretor, mas qual o melhor plano de gestão para a escola, plano esse que tem que ser apresentado por alguém qualificado, por alguém que passou por um treinamento, por alguém que realmente entende de gestão escolar.

Então, estaremos promovendo o aperfeiçoamento do sistema educacional. Além disso, é importante permitir que a equipe que vai aplicar o plano de gestão escolar tenha recursos suficientes para fazer a manutenção da escola e também para investir. É importante que o diretor seja o responsável legal pela aplicação desse recurso, porque daí, sim, tendo o plano de gestão escolar e os recursos necessários, fará a manutenção do dia a dia da escola, que ganhará em qualidade de ensino, em autonomia e em confraternização da comunidade escolar.

Por isso, parabeno-o pelo pronunciamento e comungo do seu pensamento a respeito, deputado.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, deputado Jean Kuhlmann, incorporo a sua manifestação ao meu pronunciamento.

Certamente, são decisões difíceis, mas importantes para a educação. De fato, tem que ser considerado que com esses critérios assumirá aquele que preencher os requisitos e tiver apoio de pais, alunos e mestres. Não mais haverá a interferência do governo "a", "b" ou "c", porque o que será levado em consideração é a apresentação do projeto, que deverá contemplar todos os requisitos contidos no decreto que estabeleceu as diretrizes para 2015.

Por isso, quero enaltecer essa iniciativa do governador Raimundo Colombo, bem como do secretário da Educação, Eduardo Deschamps, que é um conhecedor da área e que por conta disso quer que a partir de 2015 a educação tenha avanços na busca da qualidade.

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo espaço é destinados ao PSD.

(O partido desiste.)

Na desistência do PSD, passaremos ao horário destinado ao PMDB.

(O partido desiste.)

Na desistência do PMDB, passaremos ao horário destinado ao PT.

Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, funcionários desta Casa, meu amigo Garcia, temos visto um conjunto de economistas pregando pessimismo neste país, inferindo sobre o governo. O sr. Aécio Neves, em Nova Iorque, acompanhado de um dos maiores banqueiros deste país, proferiu uma palestra e falou mal do Brasil, sobre a inconsistência econômica do governo federal.

Entretanto, o que estamos vendo é que o Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados -, vinculado ao Ministério Público do Trabalho, que faz a aferição dos

níveis de emprego no Brasil, apontou que este foi o mês em que mais se gerou empregos no país nos últimos três anos. Foram criados 211 mil empregos nesse mês, gerados no governo da presidenta Dilma Rousseff.

E aí vemos esse pessoal falando que o país vai mal, que o país não gera emprego, que o país está à deriva. Eu pergunto: qual é o país do globo terrestre que tem gerado esse contingente de empregos formais? Não estou falando do microempreendedor individual. Falo de empregos formais com carteira assinada! Qual país tem gerado isso? E a estabilidade econômica? Enquanto o governo dos Estados Unidos está-se arrebatando no Congresso para tentar equacionar a sua dívida pública, o Brasil está com tudo em dia.

Entretanto, para o presidente dos tucanos, que foi a Nova Iorque falar mal do Brasil e dizer que estamos mal, esta é a resposta: geração, no último mês, do maior número de empregos dos últimos três anos!

Porém, deputada Ana Paula Lima, nossa líder que tão bem conduziu o embate na questão da saúde, é esta a resposta que o nosso governo dá: geração de emprego como resposta clara, com mais um fator relevante: as reservas cambiais brasileiras também aumentaram. É possível que cheguemos ao final do ano com R\$ 400 bilhões de reservas cambiais, com investimentos em programas efetivos como Minha Casa, Minha Vida, que está sendo ampliado, como o Pronatec, como a ampliação de universidades e como a geração de emprego com qualificação profissional.

A nossa bancada recebeu, sr. presidente, nesta semana, a reitora da Universidade Federal de Santa Catarina para solicitar-lhe o aumento do número de cursos no estado e do número de vagas no curso de Medicina de Curitiba e de Araranguá.

Se olharmos o panorama mundial, veremos que o crescimento dos países europeus e da América do Norte será menor que o do Brasil. Se pegarmos a Itália, a França, o Reino Unido e Portugal, constataremos que o crescimento deles somado não chega ao crescimento do nosso país.

Então, é com muita tranquilidade que faço a defesa clara, deputado Neodi Saretta, de um governo que inclui, que gera crescimento e que, principalmente, tem o apoio do povo, haja vista as pesquisas dos últimos meses, que mostram que a popularidade do governo só cresce.

Por isso, quero aqui, em nome da bancada, externar uma posição clara: essas manifestações que vêm ocorrendo já não são mais contra o governo, porque em nenhum momento as pessoas vão às ruas pedir emprego, pedir maior salário, pedir mais comida na mesa, porque hoje, deputada Ana Paula Lima, todo mundo pode comer três vezes ao dia, mas antes o povo almejava poder alimentar-se diariamente.

Eu estava lendo uma matéria da qual constava a informação de que a importação de salmão, que, diga-se de passagem, é bom para a saúde, tem ômega-3, é antioxidante, é recomendado pelos

médicos, aumentou muito. Sabem por quê? Porque a classe D virou classe C e passou a consumir salmão, que até então era privilégio das classes A e B.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - A preocupação agora é outra, deputado, o ministério da Saúde tem dados alarmantes sobre a obesidade em nosso país. Antes tínhamos o problema da fome, hoje temos o problema da obesidade, já que 51% da nossa população já é obesa, porque está comendo melhor, mas às vezes de forma errada.

Deputado Jailson Lima, o Brasil, nesses últimos 11 anos, vive grandes momentos. É uma pena que as manchetes dos jornais às vezes não noticiem as coisas favoráveis. Mas li uma revista de circulação nacional que o diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho disse o seguinte:

(Passa a ler.)

“O Brasil conseguiu traduzir o progresso econômico com justiça social, possibilitando às pessoas esses bens de consumo. A distribuição de renda foi feita da forma exata.”

Por isso tenho que o parabenizar pelo seu discurso, ressaltar, sim, este bom momento que vive o nosso país e dizer que essas manifestações não procedem porque não há mais briga por trabalho, por comida e por bens.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigada, deputada Ana Paula Lima.

Então, fica aqui o nosso registro sobre os dados fantásticos da grande geração de emprego no mês, quando ultrapassaremos a marca de 1,2 milhão de empregos em 2013.

Antes de encerrar, quero antecipar uma posição pessoal, deputada Ana Paula Lima, sobre os projetos que estão nesta Casa de origem do Ministério Público do Estado e do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Eu, depois do almoço da nossa bancada, resolvi estudar mais profundamente, deputado Romildo Titon, os projetos e já quero deixar claro que a minha posição é contrária ao projeto do Ministério Público, porque se trata de uma fantasia pública!

Na semana que vem vou pronunciar-me sobre isso, assim como também quero deixar claro que serei contra, deputado José Nei Ascari, os projetos do Tribunal de Justiça. Este ano o TJSC já encaminhou seis projetos para esta Casa. Parece que a Assembleia é a casa da mãe Joana, para onde todo mês mandam projetos!

Então, publicamente afirmo que sou contra esses projetos e vou pronunciar-me da tribuna desta Casa.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos à

Ordem do Dia.

Está Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0286/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari, e que o mesmo terá seu encaminhamento conforme o Regimento Interno.

A Presidência comunica também que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0060/2013; 0177/2013; 0251/2013; 0265/2013; 0316/2013; 0367/2013; 0392/2013; 0397/2013; 0418/2013; 0487/2013; 0509/2013; 0539/2013; 0542/2013; 0543/2013; 0549/2013; 0595/2013; 0619/2013; 0622/2013; 0624/2013; 0630/2013; 0638/2013; 0647/2013; 0664/2013 e 0666/2013.

Comunica ainda que comissão de Prevenção e Combate às Drogas apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0604/2013.

Esta Presidência informa que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s.: 0697/2013 e 0698/2013, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Informa também que defere de plano os Requerimentos n.s.: 1.111/2013, 1.112/2013, 1.113/2013, 1.114/2013 e 1.115/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; e 1.116/2013, 1.117/2013, 1.118/2013 e 1.119/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini.

Moção n. 0104/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao presidente do Conselho Municipal do Idoso, de Florianópolis, parabenizando-o pelos 15 anos de relevantes serviços prestados à população idosa da capital.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0105/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, a ser enviada ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, manifestando preocupação e solicitando apoio à aprovação do PL n. 3.997/12, que inclui os catadores de materiais recicláveis entre os segurados especiais da Previdência Social.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 009ª SESSÃO SOLENE

## DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2013

#### EM HOMENAGEM AO DIA DOS MÉDICOS NO MUNICÍPIO DE

#### CANOINHAS

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Convidamos para compor a mesa de honra as autoridades a seguir nominadas:

Excelentíssimo senhor secretário de estado de Desenvolvimento Regional de Canoinhas, Ricardo Pereira Martin, neste ato representado o governador João Raimundo Colombo;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor prefeito do município de Canoinhas, Beto Farias;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor vice-prefeito do município de Canoinhas, Wilson Pereira;

(Palmas)

Excelentíssimo vereador Wilmar Sudoski, representante da Câmara Municipal de Canoinhas;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor juiz de Direito Márcio Schiefler Fontes;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor prefeito do município de São Bento do Sul, Fernando Tureck;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor prefeito do município de Três Barras, Eloi José Quege;

(Palmas)

Excelentíssima senhora secretária de Saúde do município de Canoinhas, Telma Bley;

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão em homenagem ao Dia do Médico foi convocada por solicitação deste deputado e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares estaduais de Santa Catarina.

A seguir teremos a execução do Hino Nacional pela banda musical *Novos Talentos*, sob a regência do maestro sargento Paulo César Padilha.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Queremos agradecer e registrar as presenças das seguintes autoridades:

Senhor vereador do município de Porto União, Alceu Jung;

Senhor ex-prefeito do município de Canoinhas, Paulo Eduardo Rocha Faria;

Senhor presidente do Hospital Santa Cruz, Mário Scheuer;

Senhor presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de São Bento do Sul, Paulo Roberto Sheide;

Senhor presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Canoinhas, Samuel Kluczkowski;

Senhor secretário da Agricultura de Canoinhas, Joércio Mielke;

Senhor engenheiro José Carlos Ribeiro Zan, neste ato representando o presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - Crea -, Carlos Alberto Kita Xavier;

Senhor presidente da Associação Brasileira das Indústrias do Móvel, Daniel Lutz;

Senhor secretário de Habitação do município de Canoinhas, João Ary Krautchychyn;

Senhor vereador do município de Canoinhas, Neuzo Genérico.

Neste momento faço uso da palavra na qualidade de autor do requerimento que ensejou a presente sessão.

(Passa a ler.)

“Senhoras e senhores, distinta mesa que representa a Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, de modo muito especial quero cumprimentar todos os profissionais da medicina aqui presentes, parabenizar todos os médicos do nosso estado, que neste ato são homenageados pelos médicos de Canoinhas e do planalto norte.

A realização de uma sessão externa da Assembleia Legislativa para homenagear os médicos na data em que se comemora a importância da categoria para a sociedade se reveste de especial significado, num ano em que muito se tem discutido sobre o exercício profissional da medicina.

Como proponente desta sessão solene e por ter na medicina minha formação profissional, gostaria de fazer algumas considerações sobre a importância de ser médico.

Sabemos que a ciência que norteia a profissão do médico tem raízes em civilizações antigas, pois há práticas associadas à saúde registradas entre os egípcios, que prezavam seus médicos pelo asseio e pela higiene e que veneravam Asclépio, com seu bastão envolto por uma serpente, como o deus médico e dos escribas.

Há os que consideram que entre os chineses a medicina tem histórico milenar, mas é na Grécia, com Hipócrates, que teve uma vinda longa para sua época, entre 460 e 370 antes de Cristo, que surgiram os primeiros registros considerados científicos relacionados à medicina, a ponto de ele ser considerado o ‘Pai da Medicina’.

Hipócrates era um homem culto para o seu tempo, humanitário, calmo e puro de espírito e fazia parte de uma família que mantinha longa tradição na prática de cuidados em saúde. Em seus estudos pôde

constatar a relação de muitas epidemias com fatores climáticos, raciais, alimentares e do meio ambiente. Deixou descrições clínicas que permitiam o diagnóstico de doenças como malária, tuberculose, caxumba e pneumonia.

Foi Hipócrates quem criou o juramento médico, que inclui uma frase simples, mas de grande profundidade: ‘Em toda a casa entrarei para o bem dos doentes’.

Sua sabedoria estabeleceu parâmetros sobre o modo de agir dos médicos, normas como combater a raiz da enfermidade através de seus opostos; atuar habilmente; agir no organismo enfermo com equilíbrio e bom senso; oferecer ao doente a necessária educação; cuidar do indivíduo levando em conta sua singularidade, seu tipo físico, sexo, faixa etária, entre outros fatores; perceber o momento mais adequado de intervir no tratamento; levar em conta não somente a fração do organismo afetada, mas o seu todo; e, especialmente, sempre se deixar guiar pela ética.

Também deixou conselhos práticos que se aplicam aos tempos de hoje: ‘Saúde necessita de exercício e sobriedade na mesa’, disse ele, que em outra frase sábia aborda a questão da adesão ao tratamento por parte do paciente: ‘Não basta que o médico faça o que deve fazer, é preciso que o doente entenda o que ele deve obedecer’.

Vejo o médico, ainda que especializado e aprofundado em uma determinada área da medicina, como um cidadão que deve ter visão ampla, quase como um generalista, o que em parte explica minha opção por uma carreira política.

Os médicos têm uma formação que envolve anos de aprendizado, residência, especializações, mas ainda assim são cidadãos plurais, pois em suas comunidades são pessoas que se impõem pelo conhecimento amplo e abertura para a diversidade da vida.

Por tudo isso é que considero que a categoria médica deve ser valorizada, ter voz e vez! Certo é que aqueles que procuram a formação médica são movidos pelo desejo altruístico de salvar vidas e defrontam-se diariamente com grandes desafios, pois a lista de doenças para as quais não existe cura é interminável.

Aos médicos cabe explicar claramente a natureza da enfermidade e como o paciente deve agir para enfrentá-la, o que alivia a angústia de estar doente e aumenta a probabilidade de adesão ao tratamento. O paciente quer um prognóstico, geralmente mais do que um diagnóstico, pois a ele interessa mais saber o que lhe acontecerá nos dias seguintes do que o nome de sua doença.

O objetivo fundamental de nossa profissão é aliviar o sofrimento humano!

Somos médicos para ajudarmos as pessoas e, por consequência, trabalhamos por uma sociedade melhor.

Estou deputado, mas sou médico por formação. Um médico que optou atuar na vida pública com a convicção de que nesse espaço também há meio de lutar pela melhoria da qualidade de vida das pessoas e da saúde.

Sei do esforço que médicos, entidades da categoria, hospitais e clínicas de nossa região empreendem no dia a dia para avançar e melhorar o padrão de serviços, melhor atender a população e contar com equipamentos qualificados para auxiliar nos diagnósticos. É uma luta árdua e sem fim.

Trabalho intensamente pela valorização de especializações médicas na região do planalto norte, com a valorização dos centros médicos capacitados, como aqui em Canoinhas, Porto União, Mafra e São Bento do Sul. Apoio a continuidade da luta pela definição do ato médico e a prerrogativa do diagnóstico, do tratamento e do comando da equipe multidisciplinar no acompanhamento de um paciente. Também aprovo a luta pela interiorização da medicina e entendo o esforço do governo federal em oferecer vagas para que mais médicos possam atender a população em todos os cantos do país. Mas considero que essa luta deve ser levada adiante com profissionais capacitados, com diplomas validados pelas entidades representativas da categoria. Não podemos ser representados por pessoas cujo conhecimento não condiz com aquilo que se espera de um médico no Brasil. Ainda mais nós, médicos presentes nesta sessão solene da Assembleia Legislativa, que optamos por desenvolver carreiras médicas em cidades do interior, mas dignificando o exercício profissional e sempre buscando a qualificação com cursos de especialização e participação em congressos.

Por tantas razões é que os médicos merecem o justo reconhecimento da sociedade catarinense e do Poder Legislativo nesta sessão solene em que festejamos o Dia do Médico.

Nesse sentido, aqui reconhecemos os profissionais médicos homenageados desta noite, que muito fizeram pela valorização da categoria, para o bem dos catarinenses, para salvar vidas e fazer o bem.

Quero valorizar o Conselho Federal de Medicina, o Conselho Regional, a Associação Catarinense de Medicina, o Sindicato dos Médicos de Santa Catarina e a Unimed de Canoinhas, Porto União, Mafra e São Bento do Sul.

Devo nominar, em especial, entre tantos profissionais renomados aqui presentes, um médico que já conta com 50 anos de atividade profissional, dr. Antônio Merhy Seleme; o médico mais antigo de São Bento do Sul, dr. Julio Teddy Miranda Ascui; os prefeitos e médicos de São Bento do Sul, dr. Fernando Tureck, e de Três Barras, Eloi Quege; bem como a ilustre representante das mulheres médicas, dra. Tércia Consuelo Oliveira Teles.

A todos vocês que nos honram e que nos distinguem, o meu muito obrigado!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Esta Presidência gostaria de registrar e agradecer a presença do tenente-coronel Mário Renato Erzinger, comandante da Polícia Militar de Canoinhas.

Neste momento convido a mestre-de-cerimônias Soraia Boabaid para proceder à nominata dos homenageados desta noite.

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - Neste momento, o Poder Legislativo catarinense, em sessão solene de comemoração ao Dia do Médico, presta uma homenagem a personalidades que se dedicam ao exercício da medicina com humanismo, responsabilidade e ética profissional, na busca da saúde e do bem-estar de todos os catarinenses, e a entidades pela excelência dos serviços prestados à saúde, promovendo qualidade na assistência médico-hospitalar e de diagnóstico complementar oferecidos para o bem da população do planalto norte catarinense.

Convido o sr. deputado Antônio Aguiar para fazer a entrega da homenagem ao Conselho Federal de Medicina, neste ato representado pelo sr. Marcelo Galotti.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a Associação Catarinense de Medicina, neste ato representada pelo sr. Lincoln Simas.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a Regional Médica Dr. Osvaldo de Oliveira - ACM Regional de Canoinhas - neste ato representada pelo dr. Wagner Haroldo Pellagio.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a Associação Médica Celso Emílio Tagliari - ACM Regional de São Bento do Sul -, neste ato representada pelo prefeito de São Bento do Sul, Fernando Tureck.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o Conselho Regional de Medicina, neste ato representado pelo sr. Edgard Vicente de Souza.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o Sindicato dos Médicos de Santa Catarina, neste ato representado pela sra. Aline Pangrats, em homenagem ao Outubro Rosa.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a diretoria regional do Simesc em Canoinhas, neste ato representada pelo sr. Edson Flavio Colla.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a Maternidade Dona Catarina Kuss, neste ato representada pelo sr. Luiz Bernardo Mann.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o Hospital Santa Cruz de Canoinhas, neste ato representado pelo sr. Mário Scheuer.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a Unimed Canoinhas, neste ato representada pelo sr. Adriano de Aguiar.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a Unimed Porto União, neste ato representada pelo vereador Alceu Jung.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Na noite de hoje o Poder Legislativo presta homenagem aos médicos que se dedicaram e ainda se dedicam ao bem-estar do povo catarinense.

Convido para receber a homenagem o dr. Fernando Tureck, prefeito de São Bento do Sul.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o deputado Sandro Silva e o presidente da Câmara Municipal de Canoinhas, vereador Renato Pike, para também comporem a mesa.

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o dr. Julio Teddy Miranda Ascui, médico mais antigo de São Bento do Sul.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o dr. Antônio Merhy Seleme, médico com 50 anos de profissão.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a dra. Tércia Consuelo Oliveira Teles, representante das mulheres médicas do estado catarinense.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Neste momento, em nome dos médicos de Canoinhas, convido o dr. Adriano de Aguiar para entregar a homenagem ao sr. deputado Antônio Aguiar, também médico de Canoinhas.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Neste momento a banda musical *Novos Talentos* brindará a todos com a música *Moments for Morriconi*.

(Procede à interpretação da música.)

(Palmas)

Dando continuidade às homenagens, convido o sr. deputado Antônio Aguiar, acompanhado do sr. deputado Sandro Silva e do sr. prefeito Beto Faria, para fazer a entrega da homenagem ao dr. Andrei de Moraes, pela primeira captação de órgãos para transplante no Hospital Santa Cruz.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido a sra. Julita Seleme para receber a homenagem, em nome de seu filho Luís Antônio Seleme.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. Vicente Mazzaro para receber a homenagem.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Convido para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados, o sr. Fernando Tureck, médico e prefeito da cidade de São Bento do Sul.

O SR. PREFEITO FERNANDO TURECK - Saudando o deputado Antônio Aguiar, saudamos as autoridades com assento à mesa.

Em nome do anfitrião, prefeito Beto Faria, saudamos todas as autoridades dos Poderes Legislativo e Judiciário aqui presentes.

Quero iniciar, deputado, parabenizando-o pela iniciativa da realização de sessão solene em Canoinhas em comemoração ao Dia do Médico, reconhecendo e valorizando os profissionais que lutam pela vida das pessoas. Ficam, portanto, aqui registrados os nossos parabéns.

Gostaria de, em meu nome e em nome da dra. Marluce da Costa Mello, presidente da Associação Médica Celso Emílio Tagliari - Regional da Associação Catarinense de Medicina de São Bento do Sul -, que não pôde comparecer, agradecer a homenagem e dizer que levarei a ela esta placa que com certeza vai ficar num lugar de destaque na sede da nossa associação.

Quero também parabenizar todos os demais médicos homenageados nesta noite, pois, certamente, o caminho que trilharam para chegar aqui não foi fácil, desde o tempo do vestibular, o tempo passado na faculdade, as horas de estudo, as dificuldades da prova de residência e da especialização, o início de carreira, as horas de plantão, o tempo roubado da família, até chegar a este momento o sacrifício foi grande, mas certamente tudo valeu a pena.

Mas dentre os homenageados de hoje, gostaria de destacar, com a licença dos demais, o dr. Júlio Teddy Miranda Ascui, médico que atua em São Bento do Sul há 50 anos. Quando ele lá chegou, a medicina dependia somente do talento nato de cada médico. Não havia exames complementares, os recursos de tratamento eram poucos, mas ele sempre conseguiu destacar-se e ver toda a evolução da medicina. Durante todos esses anos, o dr. Júlio não perdeu o sentimento humano de verdadeira vocação e da missão que escolheu para dedicar sua vida.

Fica aqui, dr. Júlio, o nosso reconhecimento, os nossos parabéns e com certeza é muito justa a homenagem que hoje a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, através de seus deputados, presta ao senhor.

Parabéns a todos, sucesso sempre!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Convido para fazer uso da palavra o prefeito de Três Barras, o médico Eloi José Quege.

O SR. PREFEITO ELOI JOSÉ QUEGE - Quero cumprimentar o nosso deputado estadual Antônio Aguiar e usando as palavras do amigo Fernando, gostaria de agradecer em nome de todos os médicos da nossa região pela realização desta memorável sessão solene no município de Canoinhas.

Quero cumprimentar o nosso deputado Sandro Silva e dar-lhe as boas-vindas ao município; cumprimentar o presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas, Renato Pike, e o dr. Márcio Fontes, que vai ser agraciado com o título de Cidadão Honorário de Canoinhas.

Quero cumprimentar também o vice-prefeito de Canoinhas, Wilson Pereira; o nosso secretário de Desenvolvimento Regional, Ricardo Martin, neste ato representando o governador Raimundo Colombo; o colega prefeito Beto Faria; cumprimentar o Wilmar, a Telma e todos os colegas.

Obrigado, deputado Antônio Aguiar, obrigado a toda a Assembleia Legislativa! Meus parabéns a todos os colegas médicos!

Neste momento quero cumprimentar uma pessoa especial para todos em Canoinhas, pois é um exemplo de profissional, de dignidade, de pai e, principalmente, de ser humano. Refiro-me ao dr. Antônio Merhy Seleme, a quem quero dizer, sem demagogia, que ele é um exemplo na medicina, porque a exerce por vocação e trata os seus pacientes com carinho e dedicação. Parabéns e obrigado por tudo que fez pela população de Canoinhas.

Quero dividir com os colegas uma mensagem que recebi hoje cedo, na prefeitura, de um colega muito humilde e dizer que fazer o bem vale a pena. Vale a pena fazer medicina por vocação, com dignidade e saber que a recompensa vem, com certeza, pelo dever cumprido.

Quando nascemos recebemos diferentes missões e a sua, dr. Antônio, é salvar vidas. O senhor usa o talento que tem nas mãos para melhorar a vida das pessoas, sua alma não se contém diante de uma criança ou de um idoso e por isso vai operando milagres e levando esperança a corações aflitos.

Falar do ofício do médico não é fácil. Existem muitas dificuldades e seu trabalho é incansável. Sabemos que o médico age, atua, por amor ao ser humano. Altruísta sempre, não há tempo e nem momento certo para fazer o bem.

Por isso, devemos a você a nossa saúde, você não escolhe dia para exercer sua profissão. Para você todos os dias é dia para salvar vidas. Por isso, seremos sempre gratos e rendemos-lhe nossas homenagens e nossos sinceros agradecimentos de quem que sabe que sem você nossa vida não seria tão feliz. Parabéns a todos os médicos e muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o prefeito de Canoinhas, Beto Faria.

O SR. PREFEITO BETO FARIA - Quero inicialmente saudar o presidente desta sessão solene, deputado Antônio Aguiar; o deputado Sandro Silva, que também veio prestigiar a cidade de Canoinhas; o representante do governador Raimundo Colombo, secretário Ricardo Pereira Martin; e o presidente da Câmara

Municipal, vereador Renato Pike.

Quero saudar também o diretor do Fórum de Canoinhas, dr. Márcio, dizendo-lhe que é um prazer tê-lo em nossa cidade. Como o próprio prefeito disse, o dr. Márcio Fontes vai tornar-se Cidadão Honorário de Canoinhas no dia 14 de novembro e no dia seguinte, 15 do mesmo mês, comemoraremos o centenário da instalação da Comarca de Canoinhas, uma data festiva que marca a presença do Poder Judiciário em nosso município.

Quero saudar o nosso vice-prefeito, colega e amigo Wilson Pereira; os colegas prefeitos, dr. Eloi e dr. Fernando, com quem temos convivido não somente como profissionais da medicina, mas como administradores públicos, trocando experiências. Parabenizo-os pelo trabalho que vêm desenvolvendo.

Cumprimento a secretária Telma Bley, que vem fazendo um excelente trabalho na secretaria de Saúde e ao saudá-la, saúdo todos os secretários municipais aqui presentes.

Quero saudar todas as autoridades presente, o comandante Mário, dos Bombeiros Voluntários de Canoinhas, os médicos e as médicas, pois esta é, realmente, uma data memorável.

Quero também saudar o maestro Paulo, as crianças e os jovens da banda *Novos Talentos*, que é um orgulho para toda a comunidade canoinhense e que está abrilhantando a nossa noite.

Hoje tive a oportunidade de sair logo pela manhã com o dr. Aguiar, que lá pelas 7h passou lá em casa com destino à comunidade de Santa Terezinha, onde haveria uma audiência pública da Assembleia Legislativa. Chegando ao pavilhão da comunidade de rio das Antas, depois de uma hora e meia de viagem, veio uma pessoa humilde ao nosso encontro, que abraçou o deputado Antônio Aguiar e cumprimentou-o pelo Dia do Médico. Disse-lhe do prazer de encontrá-lo naquela comunidade e lembrou também de ações suas como médico junto à comunidade de Canoinhas, reconhecendo seu trabalho profissional.

Foi uma honra presenciarmos aquilo. Esse exemplo deve tocar o coração de todos os profissionais médicos que aqui estão. Não tem preço quando um médico encontra um paciente ou um familiar que demonstra reconhecimento, gratidão em resposta a uma solicitação, a um atendimento realizado. Realmente não á dinheiro que pague neste mundo a gratidão das pessoas quando fazemos algum atendimento.

Então, quero parabenizar a classe médica pela data de hoje, parabenizar seus familiares que entendem a questão da profissão. Realmente, para que o profissional possa exercer a sua atividade, muitas vezes ele acaba sacrificando o convívio diário com a família. É importante, portanto, que os médicos tenham em casa o apoio que necessitam para fazer o trabalho tranquilamente, com a consciência tranquila.

Comentei dias atrás, numa reunião, sobre um exemplo bem claro da atual situação da saúde pública, principalmente em nossa comunidade. A questão do aumento da longevidade tem muito a ver com a presença do médico e dos profissionais da saúde perto da comunidade. Mas é muito importante a questão dos leitos hospitalares. Está aqui o Mário, que representa o Hospital Santa Cruz, o Luiz, que representa a Maternidade Dona Catarina Kuss, de Mafra. Recordo-me que há 25 anos os políticos falavam em inaugurar um hospital com 100 leitos, em aumentar o número de leitos. Essa era uma condição normal de um projeto

político naquele momento. Hoje não se fala mais nisso. O nosso hospital tem 120 leitos, a população quadruplicou de lá para cá e para você preencher esses 120 leitos é muito difícil. Isso é sinal de que a saúde evoluiu muito. Os médicos sanitaristas na saúde básica promoveram a prevenção na saúde pública, fazendo com que a ocupação hospitalar seja menor. Isso se deve a vocês, médicos, e a todos os profissionais da área da saúde.

Então, desde o médico sanitarista, ao médico da alta complexidade, todos são de grande importância para a nossa comunidade. Trago, em nome do povo de Canoinhas, o reconhecimento e a gratidão pelo serviço exemplar que têm feito.

Faço ao deputado Antônio Aguiar e ao deputado Sandro Silva o agradecimento do nosso povo à Assembleia Legislativa, por haver escolhido a cidade de Canoinhas para fazer esta homenagem a uma classe tão importante.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Convido, neste momento, o representante do governador do estado de Santa Catarina, o sr. Ricardo Pereira Martin, secretário de Desenvolvimento Regional, para fazer uso da palavra.

O SR. SECRETÁRIO RICARDO PEREIRA MARTIN - Saudando o deputado Antônio Aguiar, cumprimento as demais autoridades que compõem a mesa.

Senhoras e senhores, representar o governador numa solenidade é um ato de suma importância e relevância. Hoje pela manhã, quando o governador me ligou pedindo que o representasse neste grande evento, solicitei que na minha fala eu ressaltasse a importância do médico para Santa Catarina.

Nós somos hoje, na área da saúde, um exemplo para todo o Brasil pela qualidade dos nossos médicos. Ele pediu que eu trouxesse o seu abraço a todos os profissionais médicos, que lhes agradecesse pelo trabalho que fazem em nossa região, onde há, com toda certeza, um atendimento da saúde de primeira qualidade.

Mas gostaria, se os demais profissionais me dessem licença, de falar de um médico especial para mim. Eu conheci esse médico, deputado Antônio Aguiar, que preside esta sessão, há 32 anos, e desde aquela época tenho por ele muito carinho. Ele gosta muito de esporte, nós temos uma afinidade muito grande no segmento esportivo e firmamos uma parceria e uma amizade muito forte.

O meu filho David, quando tinha dois anos, caiu de um muro e quebrou o cotovelo, necessitando de uma cirurgia muito difícil de ser realizada. Eu o levei até o hospital, o dr. Antônio Aguiar, que estava de plantão, atendeu o meu menino e o fez com uma grandeza tão grande, tão profunda, como se estivesse atendendo seu próprio filho. Eu nunca me esqueci disso. Hoje aquele menino tem 32 anos e eu tive o prazer de vê-lo, na sua formatura, entregar seu diploma ao dr. Aguiar como reconhecimento.

O deputado Antônio Aguiar é um homem extraordinário por sua vontade de lutar pela região, por sua disposição, por seu amor pela medicina e por nossa região. Além do mais, ele tem um vigor físico impressionante. Vejam só: depois de quatro dias de uma cirurgia a que se submeteu em São Paulo, que durou 12 horas, ligou-me para perguntar como estavam as coisas em Canoinhas! Que vigor

tem esse homem! Que vontade de lutar pelas causas e pelas coisas da nossa região!

Então, dr. Antônio Aguiar, homenageando-o, tenho a maior certeza do mundo que estou homenageando todos os médicos do Brasil!

Muito obrigado a vocês, médicos do Brasil, um abraço do governador Raimundo Colombo! Sejam felizes na profissão! Vocês nos dão a certeza de dizer que Santa Catarina tem uma saúde de qualidade.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o dr. Márcio Schiefler Fontes, representando o Poder Judiciário.

O SR. JUIZ DE DIREITO MÁRCIO SCHIEFLER FONTES - Boa-noite a todos! Falar como juiz é sempre fácil, já que as pessoas estão de coração aberto, de coração leve, porque sabem de antemão que o juiz fala pouco, então, todos se tranquilizam.

Eu cumprimento os cidadãos de Santa Catarina, nesta sessão solene da Assembleia Legislativa, que é do povo; cumprimento o povo catarinense, representado pelos presentes, e cumprimento a mesa, especialmente os integrantes do Poder Legislativo, deputados Sandro Silva e Antônio Aguiar, que é o centroavante no time que foi montado em Canoinhas para ver se o nosso fórum sai. E eu aproveitaria a presença de tantos médicos, pois talvez seja necessário um obstetra que possa dar cabo desse verdadeiro parto, que é novo fórum de Canoinhas, uma luta quase sangrenta.

Eu trago uma boa notícia: está publicado no Diário da Justiça de hoje que foram liberadas as primeiras verbas para a construção do novo fórum, referentes ao projeto hidráulico e ao projeto elétrico, num montante de aproximadamente R\$ 150 mil.

Mas nós estamos aqui para celebrar o Dia do Médico e eu quero cumprimentar todos os profissionais através da dra. Tércia, que guarda uma relação de parentesco e de amizade com o desembargador Francisco Oliveira Filho, que é um segundo pai para mim.

Quero dizer aos médicos que o juiz não deixa de ser um médico também. O médico é do corpo, não somente do corpo, mas, principalmente, do corpo. Os padres são os médicos da alma e os juízes são os médicos da sociedade, os médicos dos conflitos.

Assim, quero encerrar a minha fala dizendo o seguinte: os grandes atos da medicina, assim como os grandes da justiça, já nos ensinava Jesus, o Nazareno, não são praticados sobre os tapetes vermelhos ou sob os holofotes dos salões. São praticados na solidão, muitas vezes, somente entre o médico e o paciente.

O médico e o juiz deixam, muitas vezes, suas famílias muitas horas sozinhas; acompanham pouco, inclusive, o crescimento dos filhos. No entanto, sabem que têm uma missão a cumprir e o fazem com a certeza do dever cumprido.

Digo isso porque muitas vezes vemos padres, juízes e médicos velhos, não velhos de corpo, mas velhos de espírito. Vemos juízes que ao olharem para os processos, veem apenas números; vemos padres que ao olharem para os dramas da vida, veem somente números; vemos médicos que não mais enxergam nos seus pacientes seres humanos sofrendo. Então, é preciso distinguir os que são médicos dos que estão médicos; os que são

religiosos dos que estão religiosos, e os que são juízes dos que estão juízes.

Dizendo isso, agradeço comovido o fato de v.ixa. ter-me avisado há dez segundos que eu iria fazer uso da palavra.

Cumprimento calorosamente os presentes e convido-os de antemão para o dia 15 de novembro, quando estaremos mostrando ao pessoal da capital que Canoinhas merece um fórum a sua altura.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Neste momento, convido para fazer uso da palavra o sr. deputado Sandro Silva.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Gostaria de cumprimentar o deputado Antônio Aguiar, pessoa a quem admiro muito, parabenizá-lo por ter trazido esta sessão solene para Canoinhas e cumprimentá-lo pelo tratamento que dá a todas as pessoas, independentemente do seu nível hierárquico, classe social ou religião.

E eu sou testemunha disso, mesmo antes de ser deputado v.ixa. sempre me tratou muito bem e por isso fiz questão de sair de Joinville e vir até aqui prestigiar esta sessão solene.

Quero dizer que sou político, mas vou falar como cidadão, pois sei que cada catarinense, se pudesse, entregaria uma placa ao seu médico para mostrar sua gratidão e seu reconhecimento. Desde o nascimento até a morte precisamos do profissional médico, do ser humano médico. Então, reafirmo, tenho certeza de que cada conterrâneo gostaria de homenagear seu médico neste dia.

Por isso, trago em nome de cada pessoa que já foi atendida por um médico, em nome dos familiares de cada paciente o reconhecimento pelo seu trabalho denodado e incansável, sempre na busca da melhoria da qualidade de vida do seu paciente.

Quero, neste momento, em nome de minha mãe, que certa vez teve 60% do seu corpo queimado e que deve a vida a esses profissionais, agradecer de coração.

Os homenageados de hoje representam, com certeza, essa classe profissional maravilhosa, que realmente merece esta homenagem, que realmente merece ser valorizada pelo poder público e pela sociedade.

Parabéns a todos vocês!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Neste momento, gostaria de saudar a minha esposa Marilu, a minha mãe Regina, a minha irmã Cíntia e os funcionários da Alesc aqui presentes.

Convidamos a todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino de Canoinhas, pela banda *Novos Talentos* da Polícia Militar, sob a regência do maestro sargento Paulo César Padilha.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com seu comparecimento e antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 095ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2013

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Scherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Mauricio Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopsela - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência cumprimenta, em nome da Assembleia Legislativa, os alunos do 1º ano do ensino médio do Colégio Estadual Salete Scotti dos Santos, do município de Içara.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa que representa o povo catarinense.

Passaremos às Breves comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, minha saudação muito especial aos alunos do Colégio Estadual Salete Scotti dos Santos.

Quero, inicialmente, saudar os três conselheiros que hoje tomam posse no Conselho da Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Santa Catarina - Agesc -, os srs. Osmar Eduardo Santos, Jamil Marcelo Schmidt e Antônio Rubens de Almeida.

A Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Santa Catarina tem a finalidade primordial de exigir, fiscalizar, monitorar e acompanhar os serviços públicos prestados à sociedade. Temos um tripé importante: a sociedade que precisa dos serviços públicos, o governo que poderia estar executando aquele serviço, mas neste caso delega, então, a inúmeras empresas privadas a execução de determinados serviços, por exemplo, o fornecimento de gás.

O gás é fornecido por uma empresa e não dá para colocar várias empresas para prestar atendimento como se faz com lojas que vendem televisão, geladeira, arroz, feijão porque não precisa de uma estrutura fixa, permanente para fazer isso, mas para vender o gás, especialmente o encanado, como é a tendência agora, é preciso fazer licitação para

conceder para alguma empresa. Mas quem vai de fato fiscalizar é o governo, e quem faz o controle para garantir uma boa qualidade de serviço para a sociedade é justamente essa empresa, que fará a regulação para que o cidadão tenha um bom serviço na distribuição do gás, como é o serviço da concessão das empresas de ônibus, de telefonia, de energia elétrica.

Imaginem a energia elétrica deixando a concorrência, a relação exclusiva entre o consumidor e o fornecedor. Como não existe possibilidade de fazer a concorrência livre, justamente pela infraestrutura que necessária, é importante a existência da agência reguladora, o seu controle.

Foi criada, se não me falha a memória, em 2007, essa agência reguladora, era um projeto de algum tempo. Aliás, tive a honra de ser o primeiro presidente, e na época começou o seu financiamento, faltava ainda implantar o conselho que daria apoio, que auxiliaria nas decisões dessa agência.

Então, esses três conselheiros foram, seguramente, convocados pelo governo na intenção de que a Agesc cumprisse de fato a sua função, qual seja, a de regular a execução de todos os serviços públicos prestados por empresas privadas, por concessionárias que têm como finalidade principal garantir à sociedade um serviço de boa qualidade e também com preços módicos, com preços que sejam coerentes com as despesas.

Quero cumprimentar também o prefeito Rodrigo Preis, de Rio do Campo, e em seu nome saudar todos os prefeitos de rio Taió, compreendendo os municípios de Pouso Redondo, Taió, Rio do Campo e Santa Terezinha.

Na quinta-feira passada, havia uma comissão de deputados desta Casa, representados especialmente pelo deputado Aldo Schneider, líder do governo; pelo deputado Jailson Lima, que é uma liderança de todo o estado, principalmente do alto vale, e pelo deputado Antônio Aguiar, expressiva e grande liderança do planalto norte de Santa Catarina. E eu estava lá justamente pelo apreço que já recebi em inúmeras ocasiões nessa região.

Essa audiência pública de quinta-feira, convocada pelos deputados desta Casa, contou com a presença de praticamente todos os prefeitos, ou seja, de Pouso Redondo, Santa Terezinha, Taió, Rio do Campo, Monte Castelo, Papanduva, Itaiópolis e Canoinhas. Estavam lá prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, empresários em busca de algo muito óbvio, mas que é necessário acontecer.

Hoje, a ligação entre o planalto norte e o alto vale do Itajaí, duas importantes regiões para Santa Catarina... O planalto norte, uma região em franca ascensão na área agroindustrial e em diversos setores, precisa interagir mais com o estado de Santa Catarina. Porque até agora interage muito mais facilmente com Curitiba e com cidades do Paraná, pela sua proximidade, mas tem que interagir também com o mercado consumidor, justamente o alto vale do rio Itajaí.

E a comunicação, hoje, por estradas razoavelmente boas é feita através da BR-470, que faz a intersecção na BR-116, na região de São Cristóvão do Sul, Curitibaanos. E de lá, então, indo em direção ao norte, faria a comunicação com as cidades do planalto norte, a começar por Timbó Grande, Monte Castelo, Canoinhas, enfim, todas as cidades do planalto norte, através da BR-416.

Mas é importante, então, o asfaltamento de uma rodovia que já existe, e a estrada é de chão batido, que é a rodovia estadual que vai a Santa Terezinha - e de lá vai para um bairro chamado Rio das Antas, e de Rio das Antas vai a Colônia Ruthes onde há a intersecção com o rio Itajaí - e lá vai uma ponte importante. E de lá vai para Moema, e de Moema vai para Itaiópolis.

Essa é a melhor ligação do alto vale com a região serrana e, além de encurtar a distância, ainda faz a intercomunicação com diversos municípios como: Itaiópolis, Santa Terezinha, Doutor Pedrinho, Benedito Novo, enfim, todas aquelas cidades que passam próximas àquela rodovia.

Estavam presentes, então, além de deputados, prefeitos, vice-prefeitos, empresários. Enfim, uma multidão, mais de 600 pessoas estavam lá manifestando apoio.

E justamente colocávamos que o governo do estado vai investir mais de R\$ 11 bilhões oriundos de diversas fontes, mas todas decorrentes de uma grande capacidade de planejamento que o governo de Raimundo Colombo teve e tem. E graças a esse planejamento, buscou recursos para fazer os investimentos nas áreas de educação, segurança, saúde e infraestrutura.

Então, é natural e obrigatório que esse recurso chegue a todas as regiões. Especialmente, a regiões que estão economicamente deprimidas, como o vale do rio Taió, que abrange Taió, Campos Novos e Santa Terezinha. Uma região bonita e de um grande potencial humano e de produção agroindustrial, que, no entanto, tem dificuldades no escoamento dos seus produtos.

Tenho certeza de que essa rodovia vai ser boa para eles e todo o estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o deputado Sargento Amauri Soares.

Fizeram uma coligação aqui o deputado Edison Andrino com o deputado sargento Amauri Soares. Trocaram o horário.

Com a palavra o deputado Edison Andrino, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobres srs. deputados, trago a esta Casa um assunto que, provavelmente, vai mexer com quase todo o litoral de Santa Catarina, para não dizer o litoral brasileiro.

O governo federal tem uma facilidade para arrumar encrencas que vocês não

acreditam. Esta Casa sabe que me envolvo muito nessas questões de terrenos de Marinha. Recentemente, tive a oportunidade de fazer aqui uma audiência pública onde foi discutido um projeto de lei do governo federal que mexe na estrutura de receita de terrenos de Marinha no Brasil inteiro.

Terrenos de Marinha, para que os estudantes aqui saibam, são os terrenos que se localizam na beira do mar - lagos, lagoas e rios, que sofrem influências de maré. Esses terrenos são da União e quem os ocupa paga uma taxa de ocupação. Ou seja, paga uma espécie de aluguel para o governo.

Mas, deputado Dirceu Dresch, um assunto que provavelmente 95% dos brasileiros e quem tem trapiches, marinas, *decks* dentro da água desconhece é uma portaria do governo federal de n. 0404/2012, publicada no dia 28 de dezembro 2012.

Dessa portaria, vou ler o art. I.

(Passa a ler.)

"[...] estabelece normas e procedimentos para instrução de processos visando à asserção de espaços físicos em águas públicas e fixa parâmetros para o cálculo do preço devido a título de retribuição à União."[sic]

Resumindo, essa portaria permite, deputado Sargento Amauri Soares, requerer a construção de um trapiche na beira da sua casa, na beira de um lago, lagoa, rio, e não é só no litoral catarinense, mas no interior do estado também, em todo o Brasil.

Tudo bem! É uma portaria que tem um sentido importante, porque permite que você faça uma nova marina, faça um trapiche, faça um *deck*. O mais complicado é você fazer isso, porque as regras aqui estabelecidas, sr. presidente, são de uma exigência tamanha que é quase impossível você legalizar um trapiche dessa natureza.

Agora, o mais sério dessa portaria, deputado Maurício Eskudlark, v.exa. que circula muito na região de Porto Belo, Bombas, Bombinhas e Piçarras... Tive a oportunidade de encontrar v.exa. na audiência pública da Pesca, em Balneário Camboriú...

Eu chamaria a atenção para o art. 17 dessa portaria. É aí que está o problema.

(Passa a ler.)

"As estruturas náuticas irregulares existentes, ou instalação, terão prazo até 31 de dezembro de 2013 para regularizar a sua situação."

Então, todos os trapiches, todos os *decks* dos pescadores na beira dos rios, os restaurantes da Costa da Lagoa, do Rio da Barra, de Balneário Camboriú, de Joinville, têm prazo até 31 de dezembro de 2013, daqui a dois meses, para regularizar a sua situação. Se não regularizar, fica ilegal e vão ser demolidos.

Mesmo porque isso é um prato cheio para o Ministério Público Federal. Se a prefeitura não tomar providências, o SPU, o Ministério Público, baseado nesta portaria, vai mandar demolir todos os trapiches porque, pode até parecer exagero meu, 90% dos trapiches são irregulares, uma vez que não existia nenhuma norma que regularizasse essas construções.

Isso é um problema muito sério para todos os que moram na beira da praia, ou casas particulares, ou restaurantes, ou marinas, ou pescadores, que têm a sua estrutura do lado da sua casa. E o prazo encerra daqui a dois meses.

Então, o que nós estamos propondo? Ontem eu acabei mantendo um contato com o senador Luiz Henrique para poder, quem sabe, fazer uma audiência pública aqui em Santa

Catarina, com o Ministério do Planejamento, junto com o SPU, os prefeitos dos balneários, porque isso aí, queira ou não queira, deputado Padre Pedro Baldissera, vai acabar na mão dos prefeitos. São os prefeitos que vão ser procurados pelos moradores.

No rio de Camboriú existem centenas de trapiches, todos eles vão ficar irregulares, mesmo porque se você quiser regularizar agora, com as exigências que essa portaria traz, é um absurdo! A burocracia que eles exigem para regularizar um trapiche desses é inviável. É inviável!

Então, nós fizemos a solicitação dessa audiência pública, mas o senador Luiz Henrique sugeriu que marcássemos uma audiência com a ministra do Planejamento antes de fazermos esta audiência pública. E é isso que pretendemos fazer.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Gostaria de parabenizar v.exa., deputado Edison Andrino, pela preocupação com essas questões. Parabenizo também pela condução da audiência pública com as colônias de pescadores de todo litoral norte, realizada na Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú, e parabéns pela iniciativa de buscar um encaminhamento.

Acho que essa audiência com a ministra é importantíssima para resolver, porque vamos chegar ao limite do período, e a grande maioria dos moradores, da população, nem está sabendo dessa portaria e acabará sendo surpreendida.

Então, parabéns pelo zelo e estamos incluídos neste trabalho para ajudar a solucionar este problema, mais um problema criado por pensadores de portaria, que não vivem, na verdade, a nossa realidade.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Eu agradeço o aparte de v.exa.!

Quando tomei conhecimento dessa portaria, tive o entendimento de que ela permitia a regularização dos trapiches, só que eu não tinha lido, sr. presidente, que se você não regularizar dentro do prazo estabelecido, que era um ano, se você não regularizar esses trapiches, essas marinas, esses *decks* na beira do mar...

Então, é para todo o Brasil. Mas nós estamos aqui tratando desta questão em Santa Catarina. Claro que a solução não é para Santa Catarina, vai ser uma solução nacional, mas onde é que vão desaguar essas reclamações? Na prefeitura, na Câmara Municipal, na Assembleia Legislativa.

Antes de acontecer isso, vamos tentar conversar com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, e quem sabe realizar uma audiência pública em Santa Catarina para que o povo, para que aqueles que ocupam esses terrenos na beira do mar, dos rios, dos lagos, tomem conhecimento dessa portaria.

E esta portaria do governo federal é publicada onde? No Diário Oficial da União. Quem lê o Diário Oficial da União? Isso não foi divulgado! Provavelmente muita gente, e gente esclarecida das marinas de Santa Catarina, não conhecem essa portaria.

Por isso é importante que antecipemos, e já estamos atrasados nesse processo porque o prazo de vigência dessa portaria expira dia 31/12/2013, ou seja, temos mais dois meses para tentar regularizar os trapiches. Provavelmente durante esse tempo é

impossível tentar fazer com que o governo se sensibilize e prorogue o prazo de vigência para mais um ano.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera, que conduz esta sessão na tarde de hoje.

Quero aproveitar, deputado, para cumprimentar os alunos do curso de Agente de Desenvolvimento Cooperativista do Instituto Federal de Santa Catarina, do município de Otacílio Costa, representados pelo professor Valter Pereira.

Também quero cumprimentar o Luiz Carlos de Oliveira, presidente do Sindicato Rural de Otacílio Costa, o Mazinho da Silva, tesoureiro, e o Tibúrcio, ex-vice-prefeito de Otacílio Costa.

Esses 165 alunos estão se preparando para entender o cooperativismo, eles têm 160 horas para conhecer a importância do cooperativismo. Acho muito importante termos uma grade curricular/escolar sobre a importância do cooperativismo.

Quero agradecer, deputado Padre Pedro Baldissera, e cumprimentar mais uma vez toda a turma de Otacílio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro, deputado Moacir Sopelsa.

Esta Presidência também deseja a todos os estudantes, professores do Instituto Federal uma boa estada em nosso Parlamento. A presença de vocês engrandece sempre este Poder.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, presidente! Cumprimento v.exa., os demais pares deputados, sra. deputada Luciane Carminatti, servidores e servidoras deste Poder, quem nos acompanha nesta sessão de terça-feira aqui, pela TVAL e pela Rádio Digital.

Evidentemente, vou falar sobre o leilão da Petrobras, do Campo de Libra, realizado ontem pelo governo federal. E se o discurso da presidente convenceu muitos, a mim não. Foi um conjunto de argumentos que apresentaram números gigantescos. Para nós, deputado Moacir Sopelsa, que somos da roça, acostumados a fazer a safra inteira para ver se no final do ano sobrava meio conto de réis, quando a presidente da República fala em muitos milhões, em bilhões de reais, evidentemente cria impacto.

No entanto, o Brasil no dia de ontem deixou de preservar para si e para os seus uma riqueza que poderia frutificar muito mais ao longo dos tempos. Já vêm pressionando, nas últimas semanas, os argumentos que têm sido usados pelos meios de comunicação, especialmente pela grande mídia. Eu peço atenção para o argumento que critica o governo do PT, o governo da Dilma, por ter colocado muita regra no leilão. Mas bota ser entreguista, direitista, reacionário em cima disso.

A presidente Dilma Rousseff está entregando, mas ainda não está bom, teria que entregar e pagar o frete, que era o que faziam no governo anterior, da última década. Entregavam o patrimônio público e ainda

pagavam o frete para levar. Agora a Dilma só está entregando e talvez pagando um pouquinho do frete, só uma parte.

Então, tem essa gritaria repetindo argumentos, aliás, reacionários da pior espécie, mas com alguma erudição. Argumentos de 60 anos atrás, daqueles conservadores que diziam que o Brasil não tinha petróleo e que se tivesse não conseguiria explorar. Sim, quem era contra a criação da Petrobras dizia isso há 60 anos.

Eu ouvi argumento parecido na última semana de uma figura iluminada, Arnaldo Jabor. Iluminado, supramundo da erudição nacional que disse: "Nem foi a Petrobras que achou o pré-sal". Estava alguém passeando lá e acabou encontrando! E que "o brasileiro não sabe também como explorar, porque não é inteligente o suficiente, assim como são os americanos". E ele estava bravo porque os americanos não vieram para levar. Isso era brabeza, irritação do Arnaldo Jabor, porque os gringos, os americanos, aqueles imperialistas dos quais ele mais gosta, aliás, é apaixonado, não vieram para levar o petróleo do pré-sal. Vieram os chineses, os holandeses, alguns franceses, mas os gringos, americanos do norte não vieram. Ele estava irritado por causa disso.

Com argumentos da mesma essência daqueles argumentos reacionários de 60 anos atrás que diziam que não tinha petróleo e que se tivesse o Brasil não conseguiria explorar. Tudo mentira! E precisa comprovação maior de que é mentira, de que o fato concreto é que a Petrobrás descobriu o pré-sal? A Petrobrás achou, foi lá e disse é aqui, cave aqui que tem. Cavou 11 vezes e nas 11 vezes veio petróleo. Está lá, é só buscar! E a presidente Dilma tentando nos convencer de que 80% dessa riqueza ficará com o Brasil.

Não é verdade presidenta. Se for fazer a conta bem direitinha, é o contrário, 20% ficarão com o Brasil, porque o governo vai ter 41% do lucro, que se estima em torno de 45%. No cálculo da presidenta é como se a Petrobras fosse 100% estatal. Não é. É uma empresa no mercado de ações, e menos de metade das ações pertence à União, pertence ao estado brasileiro. Portanto, é ao contrário.

Mas vamos supor que seja 41% do lucro! Por que ceder 59% do lucro líquido para os outros, se pela lei é a Petrobras que pode explorar? Ora, se é uma reserva de 8 a 12 bilhões, como o governo divulga, um patrimônio nacional, porque pela Constituição nos pertence, é inalienável. Se quem vai explorar é a empresa Petrobras, embora mais da metade das ações já tenham ido para o capital internacionalizado, para monopólios de fora e daqui também, e se quem manda na Petrobras, em tese, deve ser o governo, o estado brasileiro, por que se precisa entregar o produto, o óleo pronto para os outros?

Se o estado é incompetente como alegam esses arautos da sabedoria, se o estado não deve cavar petróleo, por que a estatal chinesa quer? De fato os chineses não devem ser dos mais inteligentes, tanto que se tornaram a segunda maior economia do mundo nas últimas décadas.

Então, é preciso fazer o registro de que o Brasil não precisava ter leiloado o Campo de Libra. "Mas precisamos explorar, porque essa dinheirama toda é para a saúde, a educação. E mesmo assim vai demorar cinco anos para começar, dez anos para estar no pico e 30 anos para terminar. O petróleo é nosso, deveria ser nosso, quem vai explorar é a Petrobras. Mas precisamos de investimentos internacionais!"

A Petrobras está entrando, de

qualquer forma, com pelo menos um terço do investimento. Por que dividir? Por que entregar para os outros? Por que a pressa, se o Brasil já é autossuficiente em produção de petróleo? Por que desgastar rápido um patrimônio que é escasso em termos mundiais? Por que entregar para os chineses, franceses, holandeses um patrimônio que é escasso, se temos condições econômicas, humanas, tecnológicas de fazer esse trabalho? Que demore 20 anos a mais. Ao invés de esgotar e terminar em 30 anos, por que não ter o Campo de Libra ainda produzindo daqui a 50 ou 100 anos, mas sobre a soberania do povo brasileiro?

É privatização, sim, presidenta Dilma Rousseff. Não troque o nome das coisas porque no Brasil ainda há inteligência e patriotismo suficiente para entender que o que a presidenta fez foi privatizar um pedaço do Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra a deputado Silvio Dreveck, por oito minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada.

Deputado Sargento Amauri Soares, a quem tenho admiração e respeito, embora nem sempre haja convergência em alguns assuntos, é bom que haja pensamentos e ideias, como no caso da Petrobras. A Petrobras é uma empresa importante para o Brasil, mas hoje necessita de recursos de parceiros da iniciativa privada para a realização de algumas atividades. Que bom se a empresa tivesse todos os recursos necessários, mas não é a realidade, como é o caso do gás no Brasil, que está num momento de estagnação pela falta de investimentos.

O gás é uma energia limpa e a Petrobras fez um grande esforço para trazê-lo da Bolívia, isso foi importante para o Brasil, e houve incentivo para sua utilização tanto na indústria como em outras atividades. Entretanto, acabou se limitando a explorar mais gás no Brasil pela falta de recursos da empresa, pois a Petrobras tem várias atividades. Ela domina 20 distribuidoras de gás e isso acaba limitando os investimentos, não há recursos suficientes para tudo isso.

Por outro lado, em Santa Catarina temos muitos pedidos de utilização do gás natural, mas a capacidade do gasoduto já está totalmente tomada, praticamente 100%, pelo gás existente. Teríamos que aumentar essa capacidade de vazão.

Quero crer que se esse modelo de partilhamento que foi feito, onde houve apenas um consórcio, fosse parecido com o que existia, certamente teríamos mais empresas e investimentos na exploração do Pré-Sal, que é uma riqueza do Brasil, reconheço, mas apenas terá utilidade para a sociedade brasileira se for extraída e transformada em produtos e subprodutos para utilização da população. E, em contrapartida, o quanto antes iniciar essa exploração e utilização, tanto antes termos a participação desses recursos na saúde e educação.

Então, é importante que o Brasil amplie e realize novos leilões, com um modelo no qual tenhamos a maior participação, e maiores atrativos para grandes empresas com recursos para investir com tecnologia. E nesse caso, principalmente a França, que é um país muito avançado nessa tecnologia do Pré-Sal.

Em que pese a China não ter tecnologia, mas tem um interesse muito grande também, até para o futuro do próprio país.

E não é diferente também na nossa matriz energética, é preciso dar mais celeridade às nossas hidrelétricas. O petróleo é uma fonte de energia importante, e está aí o Pré-Sal. A hidrelétrica produz uma energia limpa, renovável, mas o Brasil tem grande dificuldade para dar andamento a projetos e a obras que já estão em construção, algumas de forma muito lenta por conta de problemas ambientais, pois no Brasil tudo é difícil, tudo não pode. Agora até para duplicar uma BR tem que contratar uma empresa para fazer captura de animais silvestres.

Mas é um exemplo que estou dando, deputado Reno Caramori, porque na questão energética não é diferente. O problema é que temos um potencial, uma capacidade enorme de produzir energia limpa renovável, mas, infelizmente estamos com várias hidrelétricas em estágio avançado de recuo, a exemplo da Belo Monte. A confiança dos grandes investidores brasileiros e estrangeiros fica abalada, porque eles não querem se arriscar a fazer empreendimentos tão importantes para o país, como é o caso da energia elétrica, através das hidrelétricas, porque podem aplicar o dinheiro e não ter retorno nem em médio ou longo prazo, por não saber quando vai iniciar ou terminar, pois a cada passo que se avança alguém diz que não pode, ora é um órgão ambiental, ora são as manifestações. No caso da Belo Monte é uma manifestação ideológica.

Na Belo Monte, com todo respeito, houve uma subdivisão de 14 aldeias, que se transformaram em 45, porque estão recebendo recursos, não do governo, mas do nosso povo que paga impostos. Eles se aliam a ONGs internacionais para dizer que a usina não pode continuar e paralisam por uma, duas semanas, depois volta a funcionar e depois paralisa novamente. Mas aqueles que estão lá recebendo o nosso dinheiro para fazer esses movimentos, estão com celular, falando inglês, andando de avião e impedindo o avanço e o desenvolvimento do nosso país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark por até doze minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, pessoas que nos acompanham no plenário da Assembleia Legislativa, quero dizer que concordo com as palavras do deputado Silvio Dreveck com relação à questão da exploração do pré-sal, das nossas riquezas, no sentido de que nada valem riquezas a 7.000m do fundo do mar para o cidadão brasileiro, para aquele que está numa emergência de um hospital, para aquele que está aguardando uma cirurgia, para aquele que precisa de um medicamento e não recebe nada, para aquele que quer uma educação de melhor qualidade para os seus filhos.

Precisamos, sim, mas não daqui a 30 anos, 50 anos, explorar agora essas riquezas, explorar as economias e transformá-las em benefício do nosso cidadão, da nossa população.

O cidadão não quer saber se há petróleo lá, quem é que está explorando. Claro que é importante que haja controle, e ninguém

vai abrir mão disso, quanto ao atendimento de interesses escusos. Pelo menos é o que todos nós esperamos, o que todos querem fiscalizar e o que todos querem acompanhar.

Nós queremos educação com qualidade, hospital com qualidade, estradas com qualidade, segurança! Então, não adianta riqueza a 7.000m porque é nossa, porque somos patrióticos e o nosso cidadão, no dia a dia, com o seu filho numa emergência de um hospital sem receber atendimento. Temos que explorar, temos que buscar países e empresas que tenham esse *know-how* e transformar essa riqueza em bem-estar, em qualidade de vida ao cidadão brasileiro.

Então, entendo que quanto mais rápido encontrarmos esses recursos, mais temos que fazer. O governo federal já não aplica tudo que o devia, o que poderia na educação, na saúde, nas estradas. Por isso, não pode deixar de buscar parcerias, correndo o risco, se não o fizer, de tirar dinheiro da educação, da saúde. Isso, sim, é um absurdo, isso, sim, é uma calamidade. Então, temos que buscar parcerias.

Nós vivemos num mundo, numa economia globalizada, com fiscalização, com critérios e essa renda tem que servir ao nosso cidadão, à nossa população. Deixar a riqueza lá porque é nossa, porque temos atos de bravura, não é isso que o cidadão quer. Ele não quer bravura nenhuma, quer um hospital com qualidade, quer educação com qualidade, quer oportunidade de trabalho, melhores rodovias, comunicação, qualidade de vida. Nós queremos ver o nosso cidadão chegando à média de 80 anos, 90 anos, 100 anos com qualidade de vida.

Assim sendo, as riquezas que existem têm que ser exploradas. Temos que buscar, sim, um caminho para que, o mais rápido, essas riquezas, se existem, sejam transformadas em bem-estar para a nossa população, para o nosso cidadão.

Então, vejo que o governo federal, neste ponto, busca essa exploração e utilizou um processo transparente. Todos estão vendo o que está sendo feito e com essas empresas, que têm condições de investir sem que o brasileiro tire da saúde, que já é precária, da educação e dos transportes, pode sim, efetivamente, investir em benefício da nossa população.

Há um segundo registro que quero fazer. Gostaria de dizer que estive, hoje, visitando o meu amigo, o vereador Arcendino José Cerino, o Zunga, do município de Palhoça, um vereador ativo, trabalhador e muito próximo da população. Entre os vários assuntos que tratei com a sua equipe de gabinete, com o meu amigo Agnaldo que ajuda o nosso gabinete e o gabinete do vereador Zunga no município de Palhoça, foi abordado o assunto de que ele hoje ele está entrando com um documento com referência aos acessos do município de Palhoça à BR-101.

Em Balneário Camboriú ocorreu o mesmo e, por uma pressão da comunidade, foi possível evitar o pior: a Polícia Rodoviária Federal e o DNIT querendo deixar o município de Balneário Camboriú com um único acesso à BR-101.

Se hoje já existem nas vias marginais congestionamentos, o cidadão estressando-se porque não há acessos condizentes com o tamanho do município, a pretexto de desafogar a BR-101, nós não podemos sacrificar o cidadão do município.

Em toda extensão de Palhoça, um município cortado pela BR-101, estamos vendo que o projeto da Polícia Rodoviária Federal e do

DNIT é deixar aquele grande município com um único acesso. Hoje os moradores, os estudantes, os trabalhadores que saem pela manhã para ir ao serviço, para vir a Florianópolis ou para ir à faculdade estão encontrando as vias próximas à BR-101 totalmente congestionadas, e isso é inadmissível!

Em Balneário Camboriú foi preciso que os moradores trancassem a BR-101 e exigissem a abertura do acesso ao município para que houvesse um entendimento.

Ora, iria ficar um único acesso. Imaginem o dia em que houvesse um congestionamento ou um acidente de trânsito naquele acesso, o caos que se transformaria o município, as ruas próximas, e também a própria BR-101, porque o trânsito iria parar!

Em Palhoça ocorreria a mesma coisa. Infelizmente, a Polícia Rodoviária Federal, a pretexto de tornar rápida a BR-101, causaria um dano, um prejuízo muito grande à população do município.

Então, debatemos esse assunto com o vereador Zunga e ele vai apresentar a Moção n. 39/2013 na sessão da Câmara de Vereadores de Palhoça, pedindo uma mobilização buscando junto ao governo do estado e ao governo federal uma solução para essa questão.

Então, é necessário que todos nós nos mobilizemos em prol de tornar a qualidade de vida melhor para a população da Grande Florianópolis.

Enquanto o contorno viário, que já deveria ter sido iniciado, não ocorre, a população da Grande Florianópolis não pode ser penalizada por ações como essa de querer transformar a BR-101 mais rápida, mas, em contrapartida, engessando todo o sistema viário dos municípios de Florianópolis, São José e Palhoça.

Parabenizo o vereador Zunga pela mobilização em prol da população do município de Palhoça. Vamos endossar e pedir o apoio desta Casa nessa questão que é muito importante para todo o cidadão. Precisamos nos habituar com uma nova realidade, com mais cautela no trânsito, despendendo tempo a mais no deslocamento para o trabalho, para a casa, e vice-versa.

Precisamos também da colaboração de quem administra esse trânsito para deixá-lo cada vez mais viável à população local. Aqui em Florianópolis o prefeito Cesar Souza adotou uma providência com referência à população de Coqueiros, quando os veículos que vinham da BR-101, através da via expressa, começaram a cortar pelo Abraão e vir por Coqueiros, transformando num caos para os moradores locais aquele acesso. Ele determinou que a Guarda Municipal trancasse aquele acesso na via expressa, próximo ao bairro Abraão, dando melhor qualidade de trânsito, de tranquilidade para o deslocamento da população, principalmente do Abraão e de Coqueiros, em direção ao centro da cidade.

Então, o administrador tem que ter essa sensibilidade. Fazer o trânsito fluir mais rapidamente, principalmente dando atenção especial ao morador das vias locais, das vias próximas às suas residências.

Apoiamos essa ação do prefeito Cesar Souza aqui na capital e as ações do vereador Zunga em benefício dos moradores de Palhoça.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado padre Pedro Baldissera) - Ainda no horário reservado

aos Partidos Políticos, o próximo horário pertence ao PMDB.

Com a palavra o deputado Aldo Schneider, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Obrigado! Gostaria de saudar o nosso presidente deputado Padre Pedro Baldissera, as sras. deputadas e os srs. deputados, os telespectadores da TVAL, os ouvintes da Rádio Digital.

É uma satisfação poder voltar à tribuna desta Casa para relatar a audiência pública ocorrida no município de Santa Terezinha, na última sexta-feira, uma proposição do deputado Jailson Lima, juntamente com o deputado Antônio Aguiar e este deputado, e de toda a Bancada do PT, corroborando para que essa audiência pública se concretizasse através da comissão de Transporte, por delegação do nosso presidente, deputado Reno Caramori.

E naquela sexta-feira fomos ao distrito de Rio da Anta, no município de Santa Terezinha, que foi palco de discussão extremamente pertinente para toda a sociedade catarinense, em especial a sociedade de Itajaí e do Planalto Norte. Tivemos a participação de, mais ou menos, 500 a 400 pessoas, incluindo muitos prefeitos do planalto norte e do vale do Itajaí, vice-prefeitos, vereadores, ex-prefeitos, lideranças comunitárias, sindicais, comerciais. O que se discutiu naquele momento ali? Discutiu-se o alongamento e a possibilidade de o governo do estado de Santa Catarina, através da secretaria de Infraestrutura, determinar a conclusão de um projeto de 14km da rodovia, da ponte do Ruthes até a SC-477, que liga Itaiópolis ao planalto norte.

Houve a participação de vários deputados, entre os já citados também o deputado Serafim Venzon. Ouvimos atentamente a manifestação das lideranças políticas, empresariais, sociais e agrícolas.

Logicamente, todos sabemos que o papel da Assembleia Legislativa, no que se refere às audiências públicas, é ouvir a comunidade. E a partir desse momento é preparar um relatório e ir ao Executivo estadual, através do departamento de Infraestrutura, através da secretaria de Infraestrutura, e também do gabinete do vice-governador e do governador, e reivindicar a solução daquilo que foi amplamente debatido na última sexta-feira, no município de Santa Terezinha.

Quero ressaltar que houve por parte da comunidade muita informação importante e pertinente ao projeto. Já estamos com 30km de projetos executados naquela estrada, faltando 14km para ligarmos Santa Terezinha à SC-477.

Após as discussões, formamos uma comissão de oito a dez pessoas com moradores da região, com lideranças que estavam participando daquele evento, e iremos marcar uma audiência com o secretário de Infraestrutura do governo de Santa Catarina, juntamente com o governador e com o vice, para levarmos o relatório dessa audiência pública e pedirmos providências para que se proceda à conclusão do projeto de engenharia desses 14km.

Por iniciativa do sr. governador, recentemente houve uma audiência liderada pelo presidente da Amavi, pelo próprio secretário de Infraestrutura, onde já pré-discutimos esse assunto. É um assunto que o governo de Santa Catarina vê com bons olhos, até porque quando olhamos o mapa de Santa Catarina, observamos que toda região do planalto norte tem um vazio no que se refere à pavimentação asfáltica, tem um vazio no que se refere a mobilidade, e tem um vazio no que se

refere a desenvolvimento. E logicamente, nós, o governo, temos que ter um olhar diferente, principalmente para as regiões mais oprimidas do estado de Santa Catarina.

Como podemos falar em desenvolvimento, em qualidade de vida, em crescimento, se não dotarmos de infraestrutura esses bolsões de Santa Catarina? E infraestrutura básica e essencial para o desenvolvimento de qualquer região no mundo é através de estrada asfaltada, energia elétrica, água, telefonia, e é essa infraestrutura que nós estamos discutindo, iniciando pela nossa estrada. Até porque em termos de energia elétrica temos subestações da Celesc que atendem bem a região. No quesito água, temos condições de perfurar poços artesianos. Temos solução para a água. No quesito estrada, infelizmente, dependemos do governo no sentido de determinar a conclusão desses 14km do projeto, e logicamente, quem sabe, ainda, inserir no Pacto por Santa Catarina recursos para que possamos iniciar a obra ligando as regiões do planalto norte à região do vale do Itajaí.

Logicamente, todos sabemos que esse é um conclave da sociedade catarinense, é uma reclamação de muitas décadas, mas também sabemos da dificuldade de qualquer governo, porque se fosse uma decisão simples, deputado Sílvio Dreveck, com certeza os governadores que antecederam o governador Raimundo Colombo já a teriam tomado.

Sabemos da importância dessa estrada para o desenvolvimento do planalto norte, mas também sabemos que é uma estrada ligando duas regiões e que depende de muitos recursos, porque não é uma estrada que se faz com 20 milhões, com 30 milhões. É uma estrada que depende de muito dinheiro, mas o que importa neste momento é que o governo do estado está com um olhar diferente para aquela região oprimida em termos de desenvolvimento em Santa Catarina.

E nós, deputados, que representamos o norte, que representamos o vale, temos que nos juntar, temos que mostrar ao governador, mostrar a Santa Catarina que é possível, sim, buscarmos mais uma região de desenvolvimento através desta estrada, ligando essas duas regiões.

Então, quero parabenizar todos os deputados que comigo subscreveram a solicitação dessa audiência pública. Cumprimentar o deputado Reno Caramori, o deputado Jailson Lima, que presidiu a audiência, e tanto o deputado Jailson Lima como os deputados Serafim Venzon, Antônio Aguiar e este deputado tivemos condição de nos expressar sobre o compromisso que o governo do estado tem em levar o desenvolvimento às regiões.

Estamos sofrendo neste momento na região do vale de Itajaí pela desativação de alguns aviários, e a Tyson do Brasil, localizada em Itaiópolis, já assumiu uma boa parte deles. Mas, infelizmente, não temos condições de transportar a nossa produção. Sem esquecer que o governo anterior, de Luiz Henrique da Silveira e Leonel Pavan, juntamente com o secretário Mauro Mariani, deram os passos iniciais nos projetos de engenharia dessa estrada, prova disso é que já temos 30km prontos.

Obviamente nesses 14km restantes vamos ter alguns problemas ambientais. E não adianta neste momento assumirmos o compromisso de que está resolvida aquela questão sem consultarmos os órgãos responsáveis.

Mas o que quero deixar registrado

nos anais da Assembleia Legislativa, através desta tribuna, é que há boa vontade do sr. governador, do sr. vice-governador, do governo, dos deputados que representam essas regiões, de ligarmos o mais rápido possível o alto vale de Itajaí, o vale do Itajaí ao planalto norte, exatamente por entendermos que é mais um corredor de desenvolvimento, haja vista a grande área de terra que existe naquela região e poderíamos perfeitamente utilizá-la para a agricultura, como também levarmos para lá, quem sabe, um novo parque industrial de Santa Catarina. Só que para isso, claro, dependemos das questões básicas que já relatei.

Então, sr. presidente, seriam essas as minhas manifestações. Agradeço a todos que estão me ouvindo e quero dizer a você, catarinense que está nos assistindo pela TVAL, que uma das funções do parlamentar e do Parlamento Catarinense é ir até as comunidades de Santa Catarina para ouvir, e que através dessa mobilização é que as autoridades locais, juntamente com Assembleia, tomam as grandes decisões no sentido do desenvolvimento em todas as áreas governamentais.

Por isso, de forma especial, quero agradecer a todos que deixaram os seus afazeres naquele momento para se dirigirem até Rio das Antas, em Santa Terezinha, para assumir, acima de tudo, juntamente com a Assembleia Legislativa, o compromisso na solução desse problema.

Também não poderia deixar de citar aqui a participação efetiva da Câmara Municipal de Santa Terezinha, da Câmara Municipal de Rio do Campo e dos srs. prefeitos e vice-prefeitos dos respectivos municípios que fizeram a grande mobilização de todas aquelas autoridades que lá estavam para que pudéssemos extrair daquela audiência pública um documento. Esperamos que tão logo o sr. governador tenha acesso a essas informações, determine o término do contrato para executar aquilo que está faltando e levar alento àquela região de Santa Catarina no que se refere a desenvolvimento.

Muito obrigado! Boa-tarde e um abraço a todos.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Obrigado, deputado Aldo Schneider, líder do governo que se manifestou em nome do PMDB.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero registrar a presença do nosso querido e jovem prefeito de Rio do Campo, Rodrigo Preis; também da bióloga Francieli, que trabalha com alguns projetos junto à prefeitura; do Ivan, que é coordenador de Urbanismo daquele município; e do vereador Alemão, que estão no visitando.

Quero agradecer a presença de todos e desejar-lhes boas-vindas a esta Casa.

Também temos a presença de toda a delegação de Santo Amaro, coordenados pelo presidente da Câmara de Vereadores, o Manoel. Queremos agradecer a presença. Queremos também registrar que não fomos a Santa Terezinha na audiência pública. Participamos da audiência pública em Criciúma sobre ICMS ecológico na sexta-feira. Mas

estamos dando o nosso apoio, o nosso empenho àquela luta da população daquela região pela rodovia estadual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Na ausência de oradores do PSDB, o próximo horário pertence ao PT.

Coma palavra a deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o presidente, os srs. deputados e a todos que nos acompanham.

Minha manifestação no dia de hoje refere-se a um tema muito importante que ganhou bastante força nos últimos anos, que é a infância brasileira. Cada vez mais o Brasil vem se preocupando com a infância brasileira. Temos uma dívida histórica. Somente na década de 90 conseguimos atingir a universalização do ensino fundamental. Porém, o tema da qualidade da educação ainda é bastante atual. Mas a sociedade vem percebendo que não basta ir à escola aos seis anos de idade. Precisamos cuidar bem e mais das nossas crianças pequenas. Cuidar desde cedo traz um significado extraordinário para a alfabetização, para o desenvolvimento cognitivo e o desenvolvimento do ser humano como um todo. Ao invés de construirmos mais presídios - Santa Catarina precisa de cinco mil vagas - vamos construir mais creches. Lá nas creches os bebês aprenderão a socialização, a partilhar, a se alimentar adequadamente e estimulados a continuar num ambiente educativo.

As crianças são especialmente vulneráveis às violações de direitos, à pobreza e à iniquidade do país. Por exemplo: Hoje no Brasil temos 29% da população vivendo em famílias pobres. Mas entre as crianças esse número chega a 45.6%. As crianças negras têm quase 70% mais chances de viver na pobreza do que as brancas. O mesmo pode ser observado para as crianças que vivem em áreas rurais. Na região do semi árido, onde vivem 13 milhões de crianças, mais de 70% delas e dos adolescentes são classificados como pobres. Essas iniquidades são o maior obstáculo para o alcance dos objetivos e desenvolvimento do país.

O Brasil está no rumo de alcançar o objetivo quatro do desenvolvimento do milênio, que trata da redução da mortalidade infantil. O país fez grandes avanços. A taxa da mortalidade infantil caiu de 47 por 1.000 em 90 para 19 por 1.000 em 2008. Contudo as disparidades continuam. As crianças pobres têm mais do que o dobro de chance de morrer em comparação às crianças ricas, e as crianças negras 50% a mais em relação às brancas.

Aproximadamente uma em cada quatro crianças de quatro a seis anos está fora da escola; 64% das crianças pobres não vão à escola durante a infância. A desnutrição entre crianças menores de um ano diminuiu em mais de 60% nos últimos cinco anos. Mas ainda temos cerca de 60 mil crianças com menos de um ano desnutridas. O Brasil tem 21 milhões de adolescentes com idade entre 12 e 17 anos. De cada cem estudantes que entram no ensino fundamental, apenas 59 terminam a 8ª série e apenas 40 o ensino médio.

A evasão escolar e a falta de aulas ocorrem por diferentes razões, incluindo violência e gravidez na adolescência. O país registra anualmente o nascimento de 300 mil crianças que são filhas e filhas de mães adolescentes.

As crianças e os adolescentes são especialmente afetados pela violência. Mesmo com os esforços do governo brasileiro e da sociedade em geral para enfrentar o problema,

as estatísticas ainda apontam um cenário desolador em relação à violência contra crianças e adolescentes. A cada dia, 129 casos de violência psicológica e física, incluindo a sexual, e negligência contra crianças e adolescentes são reportados em média ao Disque Denúncia 100.

Isso quer dizer que, a cada hora, cinco casos de violência contra meninas e meninos são registrados no país. Esse quadro pode ser ainda mais grave se levarmos em consideração que muitos desses crimes nunca chegaram a ser denunciados.

O governo brasileiro, em especial do presidente Lula e agora da presidente Dilma, estão construindo várias ações positivas: o Bolsa Família; o Proinfância, que constrói creches; a elevação do salário mínimo; o Mais Médicos; o Minha Casa Minha Vida; todas ações de impacto positivo na vida das famílias, e portanto no cuidado da infância.

Importante dizer que até 2016 será obrigatório que crianças de 4 e 5 anos sejam matriculadas pelos pais. Hoje já temos 80% de crianças de 4 e 5 anos nas escolas sendo cuidadas e educadas. Mas temos que atingir 100% até 2016. E o Plano Nacional de Educação que temos a perspectiva de aprovar até dezembro deste ano no Congresso Nacional, estima a garantia de 50% das crianças de zero a 3 anos serem atendidas até 2020. Entre todas essas metas, temos também o Brasil Carinhoso, cujo objetivo é cuidar das crianças mais pobres e carentes.

Mas quero destacar, além desse belíssimo exemplo do governo federal, vários exemplos que temos encontrado nas prefeituras deste país. Recentemente estive no município de Saudades.

O município de Saudades tem 9.016 habitantes. Naquela ocasião, vários parlamentares, de vários partidos, puderam presenciar o lançamento de um programa maravilhoso, o programa Primeiros Passos. Essa sacola que tenho aqui representa o programa que foi lançado em Saudades. Vejam o que temos de riqueza nesta prefeitura: acompanhamento de gestantes, das crianças do primeiro ano até o décimo ano de vida; qualificação e valorização dos profissionais; déficit zero de vagas na educação infantil, ou seja, atendimento no município de Saudades em creches; integração com todas as famílias urbanas e rurais.

Quais as ações: três consultas a nutricionistas durante o pré-natal, acompanhamento pós-parto, nas creches, pré-escola e escolas, atendimento de nutricionistas, dentistas, enfermeiros, psicólogos, oficinas, 12 horas de atendimento nas creches e unidades básicas de saúde, seis refeições diárias, 190 profissionais e 818 crianças.

É coisa de outro mundo. Município de Saudades, 12h em atendimento de creches e unidades básicas de saúde. Não quer dizer com isso, deputado Dirceu Dresch, que uma criança precise ficar 12h, mas a creche vai ofertar esse período de atendimento profissionalizado e seis refeições diárias para essas crianças; 190 profissionais envolvidos e 818 crianças atingidas.

Quero aqui enaltecer esse programa como professora, mãe, e como quem acredita e luta para que a infância seja bem cuidada para este país ter futuro.

A administração municipal de Saudades dá, sim, os primeiros passos na garantia dos cuidados e proteção à infância, um exemplo que precisa ser seguido pelo país afora.

Neste momento, quero mostrar o que

tem nessa sacola, que fez parte do lançamento do programa. Todas as mães grávidas ganharam um enxoval completo do programa Primeiro Passos.

(Procede-se à mostra dos itens.)

Os pais ganharam uma mudinha de árvore. Vejam como é bonito isso para envolver o pai, a mãe no crescimento das crianças, e também no acompanhamento à vida e à preservação do nosso mundo. Um programa que precisa ser parabenizado, copiado e elogiado. Parabéns ao prefeito Daniel, sua esposa, Liliane, e toda equipe de governo.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, quero registrar a presença aqui, na Casa Legislativa, dos vereadores de Santo Amaro da Imperatriz: Wanderlei Carpes Júnior, Manoel Eugênio Bossle, Odir Solano Folster, Adailton Machado, Leopoldo Bruggemann, João Gabriel Abreu e Valdir Pedro da Silva; e ainda nosso companheiro de partido, Alfredo Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Muito obrigado, deputado Renato Hinnig.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o deputado Sandro Silva, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham pela TVAL, ouvintes da Rádio AleSc Digital e visitantes.

Quero, inicialmente, agradecer à professora Jerusa Romão, que me visitou na semana passada e trouxe um exemplar do livro de sua autoria, *Africanidade Catarinense*, que conta a história de vários ícones da raça negra no estado de Santa Catarina e suas contribuições culturais. Assim, a referida professora, que conheci depois de assumir como deputado estadual, tornou-se minha amiga e uma referência para mim como já o era para todo movimento negro de Santa Catarina.

Portanto, o meu agradecimento à professora Jerusa Romão e solicito ao estado que adquira esses livros, como já o fez, para distribuir às escolas estaduais, municipais e às universidades para que eles tenham conhecimento das pessoas que contribuem e contribuíram para a cultura catarinense da raça negra.

Quero também, sr. presidente, falar sobre algo que vem tirando o sono dos moradores de Joinville, especialmente da zona sul, em Paranaguamirim, que é o bairro onde moro, sobre a questão da insegurança que vem acontecendo em nossas cidades. Isso não acontece somente em Joinville, mas no estado e no país inteiro.

Mas quero citar o caso do comerciante, que representa um entre tantos cidadãos que a cada dia vêm sendo vítimas de assaltos à mão armada e arrombamentos em seus estabelecimentos comerciais, o Haley Michels, que teve seu comércio assaltado várias vezes.

Na primeira vez o assaltante entrou durante a tarde no seu comércio e com uma faca ameaçou sua filha, e levou o dinheiro do caixa. Mas não conseguiram pegá-lo.

Na segunda vez, de madrugada, os bandidos quebraram o vidro da loja, que tinha alarme, entraram e levaram 100 calças. Chamaram a Polícia, foram atrás, e no outro dia recuperaram 60 calças. Prenderam o bandido, que dois dias depois estava solto e ameaçando agredi-lo.

Na terceira vez, aquele bandido que não conseguiram pegar da primeira vez, entrou na loja novamente, apontou uma arma para a cabeça do comerciante e mais uma vez levou dinheiro do caixa.

Então, com esse exemplo quero dizer que o governo do estado está fazendo sua parte colocando mais de cem câmeras de vigilância em Joinville, mas é preciso mais efetivo policial, um policiamento mais ostensivo da Polícia Militar não só no centro de Joinville, mas nos bairros também, porque cada bairro da cidade tornou-se um minicentro e necessita dessa vigilância.

A Polícia Militar tem feito seu trabalho, seu papel arduamente, mas é necessário que o governo do estado ajude também na questão do envio de mais efetivo, de viaturas em condições de fazer essa ronda mais ostensiva, deputado Sargento Amauri Soares, para que realmente os moradores de Joinville e de todo estado possam ter um pouco mais de segurança.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSOL.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSc Digital, público presente, tinha outro assunto preparado para o debate, deputado Sandro Silva, mas quero entrar nesta questão da segurança, que de fato é motivo de desespero, especialmente nos bairros populares das grandes cidades, e no meio rural também já é um problema bastante grave. O próprio deputado Dirceu Dresch trouxe a esta Casa a situação de Saudades no começo deste ano, e agora na cidade de Quilombo houve uma situação parecida.

V.Exa. traz um caso específico que nos faz recordar diversos de natureza semelhante aqui na Grande Florianópolis também. E eu queria trazer para uma reflexão, não sei nem se devo, por uma questão até de não expor pessoas e questões.

Fui a um enterro sábado à tarde, deputados Altair Guidi e Luciane Carminatti, de um jovem de 16 anos de idade. Ele tinha sido morto quando realizava um assalto na madrugada daquele dia na Grande Florianópolis. E é evidente que se eu fui ao enterro é porque tenho uma relação de proximidade com a mãe dele.

Dezesseis anos de idade com cinquenta e poucas passagens pela Polícia; 16 anos de idade e assassinado quando foi fazer um assalto justamente num local onde estava um policial, evidentemente que fora do horário de serviço, confraternizando com amigos. E esse policial usou o que tinha e matou esse jovem que estava armado. Um jovem de 16 anos cuja mãe tinha ido várias vezes ao Conselho Tutelar pedir socorro! A mãe tinha ido ao Juizado de Menores pedir ao juiz que determinasse a sua internação.

Veja a situação a que chegou essa mãe, deputada Luciane Carminatti - v.exa. que

é mãe três vezes, eu sou pai também, e creio que todos os deputados aqui têm filhos ou filhas e alguns netos, inclusive -, que foi ao juiz pedir a ele que recolhesse o seu filho e ele não o fez porque não há abrigo para recolhimento de menor em São José. Existe o Pliat na Agrônômica, mas é o único na Grande Florianópolis. Então, o próprio juiz não tinha nada a fazer. Os próprios pais e mães não têm nada a fazer, a não ser esperar chegar o dia fatal da notícia de que o filho foi morto ou que matou alguém porque daí, nessa situação, se faz alguma coisa.

Esse é o drama que a nossa sociedade passa, e com a ausência, evidentemente, do estado, com a ausência do poder público no local necessário, ela está vivendo esse drama e essa proximidade cada vez maior da barbárie. Essa é uma situação que precisa ser refletida, e a sério, não apenas como uma frase mais bonita e mais fácil de encontrar e colocar num programa de governo e muito menos como forma de ir empurrando com a barriga o problema com números e dizer que instalamos câmeras, contratamos mais policiais, que são insuficientes, compramos viaturas, compramos equipamentos, compramos armamentos, vamos construir mais uma penitenciária.

Se tudo isso é necessário, é preciso que a sociedade reflita sobre uma solução efetiva para o problema crescente da marginalidade, do ingresso da juventude, inclusive da infância, no mundo da drogadição e no mundo do crime, que é uma forma de sustentar a drogadição.

Se nós, a sociedade inteira, os partidos, todos eles, não refletirmos uma forma efetivamente capaz de começar a reverter esse quadro, a barbárie tomará conta e serão dizimadas, com uma proporção cada vez maior, as futuras gerações que precisam tocar este país, a sociedade e a humanidade para frente.

É lamentável a situação que vivemos. É preciso uma política séria na área da segurança pública que atenda, que aborde a questão de forma abrangente, de forma ampla, de forma integral, passando pela educação, pela assistência, pelo acolhimento, pela construção de creches, pelo apoio a pais e mães, pela assistência social, pela psicologia, pelos psicólogos.

É preciso uma política multidisciplinar para resolver o problema cada vez mais grave da falta de segurança. É preciso uma política multidisciplinar para resolver os problemas de saúde, e não uma MP n. 192, que foi aprovada aqui na semana passada. E era disto que eu iria falar: o governo pensando que vai melhorar a saúde pública dando gratificação exclusiva para médicos e gestores. Não vai melhorar! Vai somente criar índices e estatística para dizer que está fazendo. Na prática não vai melhorar por esse caminho.

Muito obrigado, sr. presidente!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0438/2013 e 0495/2013.

Comunica, outrossim, que a comissão de Agricultura e Política Rural apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0277/2013.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0699/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer e outros;

0700/2013, de autoria do deputado Sandro Silva; 0701/2013 e 0702/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0703/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0704/2013, de autoria do deputado Renato Hinnig; 0705/2013, 0706/2013, 0707/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0708/2013, 0709/2013, 0710/2013, 0711/2013, 0712/2013, 0713/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0714/2013 e 0715/2013, de autoria do deputado Sílvio Dreveck.

Comunica, ainda, que defere os Requerimentos n.s: 1.120/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 1.121/2013 e 1.122/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 1.123/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 1.125/2013, de autoria do deputado Sílvio Dreveck; 1.126/2013 e 1.127/2013 de autoria do deputado Antônio Aguiar; 1.128/2013, 1.129/2013 e 1.130/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlar.

Pedido de Informação n. 0098/2013, de autoria do deputado Renato Hinnig, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes aos valores nominais das dívidas das empresas de transporte coletivo de passageiros com o Deter.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 099/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre as empresas beneficiadas com incentivos fiscais, por meio do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - Prodec -, no período compreendido entre 1988 e 2013.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim da pauta da Ordem do Dia.

Passamos à Explicação Pessoal.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, quero apenas fazer uma colocação em nome do deputado Aldo Schneider, líder do governo. Na última semana fizemos um acordo que até quarta-feira última, nosso governador do estado estaria dando uma posição final com relação às militares mulheres que passaram no concurso e que não foram ainda chamadas.

Eu e a deputada Dirce Heiderscheidt fizemos uma reunião com o governador e o acordo foi de que até na quarta-feira, final da noite, teríamos a resposta. Pois bem, aguardarei quinta-feira e sexta-feira, a promessa veio na segunda-feira. Agora, a última informação é que amanhã teremos a resposta.

Quero insistir nisso deputado, é uma preocupação de vários parlamentares da base

do governo também, mas as mulheres estão muito ansiosas porque a academia está andando e elas perdendo esse período. E o governo mostra-se bastante sensível.

Então, quero reiterar esse nosso pedido.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Inicialmente sra. deputada, acho extremamente louvável a atuação de v.exa., juntamente com a deputada Dirce Heiderscheidt, diretamente com o sr. governador, sobre o pleito das policiais militares.

Mas fui pego de surpresa porque não estava sabendo que v.exas. tinham audiência com o governador, que iriam tratar com o governador.

A sra. Deputada Luciane Carminatti - Desculpe-me, deputado.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Infelizmente, ainda não tenho uma bola de cristal para poder adivinhar e dar respostas aos meus colegas deputados. Mas vou fazer contato com o governador, e quem sabe acelerar essa resposta. Até porque desconheço esse assunto.

A sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Deputado Aldo Schneider, se trata na verdade do chamamento do concurso. Nós não tínhamos agenda com o governador. Nós fomos intrometidas mesmo. Fomos conversar e...

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Com certeza falaremos com o governador e vamos tentar o retorno o mais rápido possível.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Fim do horário destinado aos Partidos Políticos

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia. Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sandro Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores que nos acompanham pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Quero registrar que na sexta-feira, dia 18, o prefeito Udo Döhler assinou um contrato, por intermédio da secretaria de Habitação e Assistência Social, com o governo do estado para desenvolver o programa Lar Legal.

É um programa que vai desenvolver ações integradas para tomar medidas administrativas e judiciais para regularização fundiária no município de Joinville.

No município de Joinville temos aproximadamente 40 de imóveis que estão assentados de forma irregular.

Então, num acordo entre prefeitura municipal, através de sua secretaria de Habitação e o governo do estado, através da secretaria de Assistência Social, será formada uma grande força tarefa para que os imóveis irregulares da cidade sejam regularizados e que as pessoas que hoje moram em situação irregular, que não têm o seu título de posse,

passem a tê-lo. Através desse convênio, desse credenciamento da prefeitura junto ao governo do estado, as pessoas terão o seu título de posse do terreno podendo, deputado Darci de Matos, contrair financiamentos, dar nome à sua rua, e fazer reformas nas suas casas também.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Muito obrigado, deputado Sandro Silva.

Sei que v.exa. participou, na sua região, no Paranaguamirim, onde mora, apesar de que a sua região é toda cidade, de uma reunião com o prefeito Udo Döhler, tratando da regularização fundiária de algumas comunidades, e esta reunião foi muito importante. Infelizmente, não pude estar presente. Mas como v.exa. colocou, existem outros bairros com inúmeros loteamentos irregulares e pessoas que não têm o seu título, não têm o seu endereço, não têm a sua rua.

Então, essa ação que a prefeitura está coordenando com a secretaria da Habitação, com o Ippuj, e com a participação de v.exa., com quem gostaria de me associar a este trabalho, com certeza vamos dar dignidade e cidadania a centenas ou milhares de famílias joinvilenses, regularizando o seu lote, a sua casa.

Parabéns por levantar este tema, deputado Sandro Silva.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

Nós temos um caso emblemático lá em Joinville, v.exa. conhece, que é o loteamento Juquiá, onde existem centenas de famílias morando, que não têm possibilidade de conseguir energia, de conseguir água, de conseguir regularizar os seus imóveis.

Quero também registrar, sr. presidente, que Joinville receberá mais de R\$ 8 milhões do Fundam, que serão investidos em infraestrutura. Então, o prefeito Udo Döhler investirá esses R\$ 8 milhões em quatro eixos viários de Joinville, e um deles, que vai custar R\$ 940 mil, será a construção e a implantação de um binário entre a rua Major Gercino e Átila Urban e Rio Velho, lá no Paranaguamirim.

Este deputado conseguiu com o governo do estado R\$ 750 mil para que essa obra fosse implementada, o que vai possibilitar, através da pavimentação do Rio do Morro, maior mobilidade aos automóveis. A partir do momento em que a estrada do Rio do Morro estiver pavimentada, dará maior fluxo aos veículos naquela região do Paranaguamirim, e a implantação do binário vem de encontro a isso, contribuindo com a fluidez dos veículos.

Por isso, o nosso agradecimento ao governo do estado e também ao prefeito Udo Döhler por atender este pedido, para que realmente esta obra tão importante para a região sul de Joinville seja implementada.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Maurício Eskudlark, a quem concedemos a palavra por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputadas, sras. deputadas.

Eu conversava com as deputadas Ana Paula Lima e Luciane Carminatti, que estão muito empenhadas na questão das mulheres aprovadas no concurso da Polícia Militar, assim

como todos os deputados, querendo fazer justiça a essas 211 que conseguiram aprovação, passaram em todas as etapas do concurso, e que estão pleiteando a nomeação imediata ante o não preenchimento das vagas pelos candidatos homens. Ficaram 258 vagas em aberto nos candidatos homens e 211 mulheres conseguiram aprovação.

Juntamente com todos os deputados e deputadas, mantivemos contato com o governador Raimundo Colombo, com o procurador-geral do estado, com o secretário de Segurança, e segundo palavras do procurador, essas aprovadas têm precedência no chamamento do concurso a quaisquer outras que venham a ser aprovadas ou que venham a fazer concurso.

Queremos resolver esta questão, e esperamos que no decorrer desta semana possamos fazer um encaminhamento junto ao governo na busca de uma solução. Já que o estado de Santa Catarina clama por segurança pública e por mais efetivo, assim como todo o país, com mais mulheres policiais teremos melhores condições de prestar segurança pública aos cidadãos.

Então, há um empenho de todos os deputados nesta questão.

Quero registrar o e-mail que recebi de minha colega delegada de Polícia, Fedra Luciana Konell Alcântara da Silva:

(Passa a ler.)

"Boa-tarde, Maurício!

Espero encontrá-lo com saúde e paz!

Abaixo, encaminhado matéria do *Diário Catarinense* a respeito de um transporte de órgão realizado pelo SAER que, graças a Deus, à determinação e coragem do comandante Djalma salvaram a vida de uma mãe de família na última sexta-feira. A notícia foi veiculada nos principais jornais do estado e repercutiu ainda hoje no *Diário Catarinense*.

Diante da mídia positiva que enobrece a nossa instituição e, em especial, o orgulho que nessas horas sentimos de sermos delegados de Polícia, acredito que o assunto mereça as suas considerações no plenário da Assembleia Legislativa, também como forma de reconhecimento à dedicação e ao engajamento do delegado Djalma na função policial de 22 anos de trabalho na Polícia Civil.

Até a última sexta-feira, ele falava diariamente em aposentar-se. Para minha alegria, desde o episódio, acabou mudando de ideia, pois a vida encarregou-se de mostrar-lhe o quanto é útil a nossa gente.

Um forte abraço e obrigada.

Fedra L. Konell A. da Silva"

A delegada Fedra é casada com o delegado Djalma, comandante do Serviço Aerotático da Polícia Civil, que ajuda em muitas operações de segurança no estado de Santa Catarina, e também participa de outras ações. E na última sexta-feira, foi possível transplantar um coração graças ao transporte do Serviço Aerotático de Joinville para o hospital de Blumenau. O período máximo que um coração aguenta até o transplante são quatro horas.

O tempo estava bastante nebuloso, mas mesmo assim o comandante Djalma aceitou a missão, levou o coração e dois médicos no helicóptero em direção a Blumenau. Para maior segurança, solicitou uma ambulância em Blumenau para ir ao seu encontro, caso não conseguisse fazer todo o trajeto. E foi o que ocorreu, pois precisou fazer a aterrissagem num posto na BR-101, onde pediu ajuda ao gerente que de imediato se prontificou a levar no carro dele os médicos e o coração até Blumenau. E enquanto preparava o

carro, o gerente do posto falou que a esposa de um funcionário do posto estava aguardando o transplante.

Veja a coincidência, obra de Deus, a pessoa que estava aguardando o transplante era esposa do funcionário daquele posto onde o helicóptero teve que aterrissar em razão do mau tempo. E no trajeto para o hospital de Blumenau, encontraram a ambulância e levaram o coração para ser transplantado.

Obviamente, o comandante ficou preocupado querendo saber se tinha dado tudo certo, se aquela operação tinha salvado uma vida ou não. No outro dia recebeu uma mensagem: "Bom-dia, comandante Djalma, a paciente que transplantei o coração ontem já está acordada da anestesia e tomou um leve café na UTI, sentada no leito. Parabéns pelo esforço." A mensagem foi enviada pelo médico Frederico que fez o transplante desse coração.

Parabéns ao comandante, parabéns ao SAER que além das operações, das missões de segurança pública, também faz essas operações humanitárias ajudando em questões de saúde. Nós sabemos que muitas vezes o serviço de transplante, os médicos do estado acabam acionando o helicóptero da Polícia Civil e a equipe tem-se deslocado para fazer esses atendimentos.

Queremos parabenizar, mais uma vez, o comandante Djalma Alcântara da Silva, delegado de Polícia e coordenador do SAER, que proporcionou esse transporte ajudando o dr. Frederico a fazer esse transplante com sucesso, salvando mais uma vida.

A alegria que um servidor da segurança tem de ajudar uma família, de salvar uma vida é algo impossível de descrever, não tem dinheiro que pague, porque trabalhar na segurança pública, assim como na saúde, é fundamental.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Agradeço a todos que nos acompanham, srs. deputados, sras. deputadas.

Quero hoje aproveitar para falar de um momento especial que as nossas prefeituras municipais vivem. Mas antes disso não posso deixar de registrar nossas ações deste final de semana, especialmente na última sexta-feira e na segunda-feira. Tivemos uma bela audiência pública na prefeitura municipal de Criciúma que tratou do ICMS ecológico. Foi uma audiência pública com muitos debates sobre o tema, uma participação importante das lideranças dos municípios, assessores da área contábil da Fazenda municipal, quatro prefeitos e vários vice-prefeitos daquela região.

Então, foi uma atividade extraordinária. Tivemos bons debates. Conseguimos tirar encaminhamentos muito positivos porque os municípios estão preocupados com ações de sustentabilidade. Muitos municípios já têm áreas preservadas, os *canyons*. Portanto, querem contribuir com o projeto.

Além disso, quero registrar a realização de uma audiência pública na sexta-feira pela manhã, em Santa Terezinha, na qual não pudemos estar presentes. Mas estamos junto com os agricultores dos municípios da região e, inclusive, assinamos também o requerimento. Não pudemos comparecer, mas estivemos lá representados, apoiando. Há pouco estivemos conversando com o prefeito Rodrigo, de Rio do Campo, e assumimos com

ele, bem como com todos os prefeitos da região, com os agricultores, com as entidades, a luta pelo asfaltamento da rodovia estadual ligando o alto vale com o planalto norte.

Gostaria de registrar também que ontem realizamos uma visita a dois investimentos importantes em Xanxerê. Fizemos uma visita ao terreno onde será instalada a Conab. Felizmente, o governo federal está retomando o investimento na armazenagem de grãos para os agricultores, criadores de suínos, de aves, de leite. Então, Xanxerê será sede de um grande armazém da Conab. O terreno está sendo repassado pela Cooperativa Alfa ao município, e será colocado à disposição da Conab para que seja construída a estrutura.

Estivemos visitando aquele espaço e também as obras da BR-282, que estão paradas. Infelizmente, a empresa quebrou, não deu conta do contrato e tiveram que fazer uma nova licitação. Está em processo de abertura a licitação para o início de novembro, e a expectativa da população é de que a empresa vencedora faça a obra o mais rápido possível porque é uma necessidade de toda a região, especialmente de Xanxerê.

Gostaria ainda de falar de um evento que vai marcar a história do oeste catarinense neste final de semana. Trata-se da entrega de máquinas para os municípios. Há uma grande expectativa. A grande maioria dos municípios já recebeu as retroscavadeiras. E, na sexta-feira e no sábado, mais 86 retroscavadeiras serão entregues em Concórdia, Pinhalzinho e Maravilha, dos 269 municípios com menos de 50 mil habitantes que recebem esse maquinário.

Também no extremo oeste teremos o início da entrega das motoniveladoras, as populares patrôlas. Serão as primeiras 50 motoniveladoras dos 269 municípios que vão receber essas máquinas. E mais no final do ano serão entregues as caçambas. São três equipamentos entregues a cada município. Quero destacar que esse recurso é do PAC 2, do governo federal, totalmente a fundo perdido. Os municípios não precisam dar contrapartida. Se cada município fosse hoje adquirir esses equipamentos, gastaria em torno de R\$ 2 milhões.

Quero destacar a fala da única prefeita do PT, do município de Ouro Verde, que dizia que tem uma máquina, uma patrôla com mais ou menos 40 anos que está sempre na oficina e o município, pequeno, não tem condições de comprar uma máquina dessas. O interior e os agricultores precisam e têm o direito de ter uma estrada de qualidade.

Então, esse programa do governo federal que a presidente Dilma Rousseff criou no Brasil todo, via ministério de Desenvolvimento Agrário - que foi uma luta dos prefeitos e prefeitadas, mas em especial das organizações dos agricultores do Brasil -, têm a função especial de cuidar das estradas do interior e assim os produtores poderem escoar sua produção, adquirir carros de melhor qualidade e também para as crianças irem para as escolas. Existem municípios em Santa Catarina que no inverno as crianças ficam, às vezes, de uma a duas semanas sem aula porque não tem como o ônibus transitar pelas estradas do interior.

Queremos registrar mais uma vez e agradecer esse empenho da presidente Dilma Rousseff, em fazer esses investimentos para os municípios. Isso é um direito dos municípios receber esses recursos, os benefícios dos impostos que pagam.

Mas a pergunta é a seguinte: como isso antes não era feito, e agora conseguimos esses recursos para a armazenagem, como citei? Infelizmente, o Brasil privatizou 50 armazéns públicos e, hoje, temos 32 armazéns; aqui em Santa Catarina temos somente dois, um em São José e outro em Herval D'Oeste, pequeno armazém, e o governo reconstrói esses armazéns.

A mesma questão é esse maquinário que está vindo para os municípios. Nós já tivemos o maquinário da pesca, temos licitados mais 1.400 kits, que é um trator de esteira e uma retroscavadeira giratória sobre esteira para fazer programa de açudagem para os municípios, e um bom número de municípios de Santa Catarina receberão essas máquinas. Assim, receberão patrôla, motoniveladora, retroscavadeira, caçamba e vários municípios do estado receberão um trator esteira e uma máquina giratória do ministério da Pesca e Aquicultura.

Então, isso representa uma nova perspectiva de desenvolvimento para os municípios do Brasil e do nosso estado catarinense. Por isso, estamos felizes e estaremos acompanhando essa agenda do ministro Pepe Vargas e de outras lideranças, que estarão participando desses atos junto com os prefeitos municipais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados.

Gostaria de, na tarde de hoje, trazer presente que em contato com o superintendente do DNIT em Santa Catarina, João José dos Santos, depois de termos feito uma reunião extremamente positiva e esclarecedora no que diz respeito às desapropriações e indenizações da BR-163, que liga São Miguel do Oeste até o município de Dionísio Cerqueira, iniciamos uma discussão tendo em vista o encaminhamento do governo do estado a esta Casa, que trata da federalização do trecho que liga São Miguel do Oeste a Itapiranga.

Então, queremos iniciar todo esse processo de diálogos, de conversas, até mesmo no sentido de ouvir as lideranças ligadas aos diferentes municípios visando contribuir para que todo esse processo seja melhor.

Além disso, quero registrar que na manhã de hoje realizamos uma audiência extremamente positiva junto à corregedoria-geral do Ministério Público Estadual, na pessoa da corregedora-geral, procuradora da Justiça Gladys Afonso, que estava assessorada pela procuradora Amélia, juntamente com um grupo de pessoas ligadas à hidrelétrica Garibaldi, situada no planalto serrano, no município de Abdon Batista e que liga outros municípios, e estava acompanhado de pessoas atingidas pelo alagamento, que perfazem mais de duzentas famílias, juntamente com o bispo Irineu, numa audiência que nossa equipe procurou levar informações fidedignas, ou seja, a realidade vivida, enfrentada por todas essas pessoas cujos direitos não foram respeitados.

Srs. deputados, essas famílias estão acampadas há mais de 70 dias na região de Abdon Batista, mas infelizmente as coisas não estão andando, estão truncadas. Não dá para admitir ou permitir que 200 famílias sejam

expulsas de suas terras, onde foi construída a barragem e o lago tomou conta, e que não tenham ninguém para ouvi-las ou lutar por elas.

Houve, recentemente, uma audiência com o Ministério Público Federal, ocasião em foi relatada toda essa situação. O Ministério Público Federal foi até o local ouvir as famílias que estão acampadas sem ter onde reclinar a sua cabeça, as águas tomaram conta de suas propriedades, de suas residências, foram lá para ouvir, mas como se encaminhou ao Conselho Superior do Ministério Público que em sessão vai definir o acordo estabelecido das partes interessadas, que são as famílias atingidas, não houve uma representação legal dessas famílias. Não sei que acordo é esse, onde foi construído esse acordo, se não há efetivamente a participação dos atingidos.

Quero aqui parabenizar a corregedoria-geral, procuradora de Justiça, dra. Gladys, e a procuradora Amélia, pela forma atenciosa que têm ouvido toda a comissão e orientado alguns procedimentos que deverão ser feitos agora, nos primeiros dias, sensibilizadas pela problemática enfrentada e vivida por aquelas famílias.

Tenho ido várias vezes até o local, acompanhado de perto e quero aqui dizer que o limite já chegou, as famílias já não aguentam mais; famílias estão enfrentando problemas de depressão por causa dessa realidade, dessa situação ao verem seu espaço que há 70 anos, 80 anos, 100 anos vivem lá sem nada! Infelizmente, deputado Sargento Amauri Soares, mais uma vez o capital manda, domina, pisoteia, massacra e não está nem aí com a dignidade e a vida das pessoas! Tudo em nome do capital, tudo por causa do capital. Se a empresa dá tanto lucro, como que não há recurso, dinheiro para indenizar aquelas famílias?!

Então, está-se chegando ao limite e não sabemos as consequências disso tudo, no que vai dar. As famílias estão extremamente desesperadas. Crianças fora de aula porque não têm como chegar até a escola, não há como transportá-las! É o caos que se vive naquela região.

Portanto, mais uma vez, quero agradecer à corregedoria-geral, na pessoa de Gladys Afonso e da procuradora, pela forma respeitosa e atenta com que receberam aquelas pessoas, sendo que passaram basicamente duas horas documentando e ouvindo os depoimentos daquelas pessoas que representam todas aquelas famílias. E, ao mesmo tempo, também gostaria de agradecer pela orientação que tem passado aos atingidos.

Esperamos poder minimizar a situação violenta de injustiça enfrentada por aquelas famílias e que possamos fazer um pouco de justiça àquelas pessoas desapropriadas e expulsas de seu chão, de sua terra.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem ao Sescon da Grande Florianópolis, pela passagem dos 25 anos de fundação.

Está encerrada a presente sessão.

# A T O S D A M E S A

## A T O S D A P R E S I D Ê N C I A

### ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 12, de 4 de dezembro de 2013

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:**

**AUTORIZAR** o servidor **MAURICIO NASCIMENTO**, matrícula nº 2039, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Coordenador de Tesouraria, código PL/DAS-6, com fundamento no art. 45, incisos II e VIII da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, a realizar despesas sob o regime de adiantamento no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), para pagamento de diárias a deputados e servidores, no mês de dezembro do corrente ano, por conta da dotação orçamentária 1138 - Administração de Pessoal e Encargos, 339014 - Diárias Civil.

Deputado **JOARES PONTICELLI**

**Presidente**

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 13, de 4 de dezembro de 2013

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:**

Considerar **PONTO FACULTATIVO** para os servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, os dias 23, 24, 26, 27, 30, e 31 de dezembro de 2013, por ocasião do Recesso Parlamentar.

Deputado **JOARES PONTICELLI**

**Presidente**

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 14, de 4 de dezembro de 2013

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:**

**ESTABELECE**R **TURNO ÚNICO** para os servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a ser cumprido das 13:00h às 19:00h de segunda a quinta-feira, e das 07:00h às 13:00h às sextas-feiras, no período de 02 a 31 de janeiro de 2014, por ocasião do Recesso Parlamentar.

Deputado **JOARES PONTICELLI**

**Presidente**

\*\*\* X X X \*\*\*

## A T O S D A P R E S I D Ê N C I A D L

### ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 049-DL, de 2013

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições ALTERA o Ato da Presidência nº 004, de 5 de março de 2013.

Substitui o Deputado Gelson Merisio, na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, pelo Deputado Darci de Matos.

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Deputado Narcizo Parisotto

Deputado Jorge Teixeira

Deputado *Darci de Matos*

Deputado Valmir Comin

Deputada Luciane Carminatti

Deputado Volnei Morastoni

Deputado Moacir Sopelsa

Deputado Antonio Aguiar

Deputado Dóia Guglielmi

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 4 de dezembro de 2013

Deputado **JOARES PONTICELLI**

**Presidente**

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 050-DL, de 2013

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições ALTERA o Ato da Presidência nº 003-DL, de 5 de março de 2013.

Substitui o Deputado Darci de Matos, na Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, pelo Deputado Gelson Merisio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Deputado Mauro de Nadal

Deputado Silvio Dreveck

Deputado Narcizo Parisotto

Deputado Jean Kuhlmann

Deputado José Nei A. Ascari

Deputada Ana Paula Lima

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Serafim Venzon

Deputado Aldo Schneider

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Deputado Gilmar Knaesel

Deputado Darci de Matos

Deputada Angela Albino

Deputado Marcos Vieira

Deputado Silvio Dreveck

Deputado Neodi Saretta

Deputada Luciane Carminatti

Deputado Renato Hinnig

Deputado Antonio Aguiar

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Deputado Maurício Eskudlark

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado Reno Caramori

Deputada Ana Paula Lima

Deputado Renato Hinnig

Deputado Carlos Chiodini

Deputado Marcos Vieira

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Deputado Moacir Sopelsa

Deputado Narcizo Parisotto

Deputado José Nei A. Ascari

Deputado José Milton Scheffer

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Mauro de Nadal

Deputado Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Deputada Angela Albino

Deputado Jorge Teixeira

Deputada Luciane Carminatti

Deputada Dirce Heiderscheidt

Deputado Antonio Aguiar

Deputado Gilmar Knaesel

Deputado José Milton Scheffer

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Deputado Reno Caramori

Deputado *Gelson Merisio*

Deputado Volnei Morastoni

Deputado Carlos Chiodini

Deputado Aldo Schneider

Deputado Marcos Vieira

Deputado Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Deputado Antonio Aguiar

Deputada Luciane Carminatti

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado Ismael dos Santos

Deputado Valmir Comin

Deputado Carlos Chiodini

Deputado Dado Cherem

COMISSÃO DE SAÚDE

Deputado Volnei Morastoni

Deputado Antonio Aguiar

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado Jorge Teixeira

Deputado José Milton Scheffer

Deputado Mauro de Nadal

Deputado Serafim Venzon

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Deputado Marcos Vieira

Deputada Angela Albino

Deputado Ciro Roza

Deputado Silvio Dreveck  
 Deputado Dirceu Dresch  
 Deputado Aldo Schneider  
 Deputado Renato Hinnig  
COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA.

Deputado Dado Cherem  
 Deputado Gelson Merisio  
 Deputado José Milton Scheffer  
 Deputado Dirceu Dresch  
 Deputado Carlos Chiodini  
 Deputado Moacir Sopelsa  
 Deputada Angela Albino

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL,  
 COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL.

Deputado Maurício Eskudlark  
 Deputado Silvio Dreveck  
 Deputado Neodi Saretta  
 Deputado Aldo Schneider  
 Deputado Edison Andrino  
 Deputado Dado Cherem  
 Deputado Altair Guidi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Deputado Altair Guidi  
 Deputado Ciro Roza  
 Deputado Valmir Comin  
 Deputado Neodi Saretta  
 Deputada Dirce Heiderscheidt  
 Deputado Edison Andrino  
 Deputado Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Deputado Maurício Eskudlark  
 Deputado Dirceu Dresch  
 Deputado Edison Andrino  
 Deputado Moacir Sopelsa  
 Deputado Reno Caramori  
 Deputado Dóia Guglielmi  
 Deputado Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Deputada Angela Albino  
 Deputada Dirce Heiderscheidt  
 Deputado Jean Kuhlmann  
 Deputado Reno Caramori  
 Deputado Volnei Morastoni  
 Deputado Edison Andrino  
 Deputado Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Deputado Altair Guidi  
 Deputado Jean Kuhlmann  
 Deputado Silvio Dreveck  
 Deputado Volnei Morastoni  
 Deputado Mauro de Nadal  
 Deputado Aldo Schneider  
 Deputado Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Deputado José Nei A. Ascari  
 Deputado José Milton Scheffer  
 Deputado Altair Guidi  
 Deputada Luciane Carminatti  
 Deputada Dirce Heiderscheidt  
 Deputado Antonio Aguiar  
 Deputado Serafim Venzon

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Deputado Serafim Venzon  
 Deputada Dirce Heiderscheidt  
 Deputado Ismael dos Santos  
 Deputado Valmir Comin  
 Deputada Ana Paula Lima  
 Deputado Carlos Chiodini  
 Deputado Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Deputado Antonio Aguiar  
 Deputado Dado Cher  
 Deputado Reno Caramori  
 Deputada Ana Paula Lima  
 Deputado Ismael dos Santos  
 Deputado Gelson Merisio  
 Deputado Sargento Amauri Soares  
 PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 4 de dezembro de 2013.

**Deputado JOARES PONTICELLI**

Presidente  
 \*\*\* X X X \*\*\*

## ATO DA MESA DL

### ATO DA MESA Nº 055-DL, de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 50 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Volnei Morastoni para ausentar-se do País, no período de 27 de janeiro a 3 de fevereiro de 2014, para participar, na condição de Presidente da Comissão de Saúde e como Vice-Presidente da Comissão de Saúde e Previdência Social da Confederação Parlamentar das Américas (COPA), da Assembleia Geral da COPA na Cidade de Paramaribo, no Suriname. PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 4 de dezembro de 2013.

**Deputado JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Nilson Gonçalves - 2º Secretário

Deputado Jailson Lima - 4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## ATOS DA MESA

### ATO DA MESA Nº 629, de 16 de outubro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1693/2013,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005,

**CONCEDER APOSENTADORIA** por tempo de contribuição, ao servidor **JOSE GARIBALDINO DE OLIVEIRA**, matrícula nº. 1041, no cargo de Técnico Legislativo/Motorista, código PL/TEL-49, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 1º de novembro de 2013.

**Republicado por Incorreção**

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 630, de 16 de outubro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2204/2013,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005,

**CONCEDER APOSENTADORIA** por tempo de contribuição, à servidora **ELIANA DE FREITAS RIBEIRO**, matrícula nº. 1491, no cargo de Analista Legislativo/Taquígrafa, código PL/ALE-66, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 1º de novembro de 2013.

**Republicado por Incorreção**

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 674, de 31 de outubro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2065/2013,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005,

**CONCEDER APOSENTADORIA** por tempo de contribuição, à servidora **MARIA DO BONSUCESSO VITOR KOERICH**, matrícula nº. 0631, no cargo de Técnico Legislativo/Habilitação Técnico Legislativo, código PL/TEL-50, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 1º de novembro de 2013.

**Republicado por Incorreção**

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 690, de 6 de novembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2132/2013,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005,

**CONCEDER APOSENTADORIA** por tempo de contribuição, à servidora **ARLINDA SANDRI**, matrícula nº. 1133, no cargo de Técnico Legislativo/Habilitação Técnico Legislativo, código PL/TEL-48, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 15 de novembro de 2013.

**Republicado por Incorreção**

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 699, de 19 de novembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2352/2013,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005,

**CONCEDER APOSENTADORIA** por tempo de contribuição, à servidora **ZILA FALCK BORTOLINI**, matrícula nº. 1959, no cargo de Analista Legislativo/Habilitação Analista Legislativo, código PL/ALE-61, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 15 de novembro de 2013.

**Republicado por Incorreção**

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 736, de 26 de novembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2434/2013,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005,

**CONCEDER APOSENTADORIA** por tempo de contribuição, à servidora **ANNA SORAYA BACHA**, matrícula nº. 1162, no cargo de Analista Legislativo/Enfermeiro, código PL/ALE-70, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 1º de dezembro de 2013.

**Republicado por Incorreção**

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 737, de 26 de novembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2424/2013,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005,

**CONCEDER APOSENTADORIA** por tempo de contribuição, ao servidor **WILFREDO MEDEIROS DA SILVA**, matrícula nº. 589, no cargo de Analista Legislativo/habilitação Analista Legislativo, código PL/ALE-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 1º de dezembro de 2013.

**Republicado por Incorreção**

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 751, de 4 de dezembro de 2013**

Fixa o valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo e adota outras providências.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e com amparo no parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno, assim como no art. 3º da Resolução nº 014, de 14 de dezembro de 2011, c/c a Resolução nº 1344, de 21 de outubro de 1993,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** O valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo a que se refere art. 1º, caput, da Resolução nº 008, de 30 de setembro de 2009, com a redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 014, de 14 de dezembro de 2011, é fixado em R\$ 442,08 (quatrocentos e quarenta e dois reais e oito centavos), correspondente ao incremento de 2,00% (dois por cento), do índice acumulado de 7,30% (sete vírgula trinta por cento) do IGP/M - FGV, referente ao período de maio de 2012 a abril de 2013, assegurado pelo disposto no art. 3º da Resolução nº 14, de 14 de dezembro de 2011, observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 002, de 24 de fevereiro de 2011.

**Art. 2º** As despesas decorrentes da aplicação deste Ato correrão à conta da dotação orçamentária da Assembleia Legislativa.

**Art. 3º** Este Ato entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de dezembro de 2013.

Sala das reuniões,

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 752, de 4 de dezembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DISPENSAR** a servidora **JULIANA CASCAES DE AQUINO SCHNEIDER**, matrícula nº 6802, da função de Chefe de Seção - Processos e Atos, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01/12/2013 (DRH - Diretoria de Recursos Humanos).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 753, de 4 de dezembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.

**DESIGNAR** a servidora **JULIANA CASCAES DE AQUINO SCHNEIDER**, matrícula nº 6802, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a Chefia de Seção - Nutrição e Tecnologia Alimentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de dezembro de 2013 (DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 754, de 4 de dezembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DISPENSAR** a servidora **ANE CAROLINE SCHEFFER**, matrícula nº 6811, da função de Assistência Técnica-Administrativa - Acompanhamento de Admissão e Posse, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de dezembro de 2013 (DRH - Diretoria de Recursos Humanos).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Manoel Mota - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 755, de 4 de dezembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.*

**DESIGNAR** a servidora **ANE CAROLINE SCHEFFER**, matrícula nº 6811, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a Chefia de Seção - Processos e Atos, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de dezembro de 2013 (DRH - Diretoria de Recursos Humanos).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Manoel Mota - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 756, de 4 de dezembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, concede

**RESOLVE:**

Art. 1º Diploma Mérito Legislativo aos Ex-Presidentes da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A homenagem aos Ex-Presidentes e a entrega do Diploma ocorrerá na Sessão Especial em 03 de dezembro de 2013, no Plenário Deputado Osni Régis.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Manoel Mota - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 757, de 4 de dezembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**DISPENSAR** o servidor **JORGE LUIZ BIELLA**, matrícula nº 1097, da função de Assistência técnica de Comissão Permanente, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de dezembro de 2013 (DL - CC - Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Manoel Mota - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 758, de 4 de dezembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**DISPENSAR** a servidora **FABIOLA PROBST**, matrícula nº 7210, da função de Assessoria técnica-administrativa - Assistência ao Plenário, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de dezembro de 2013 (DL - Coordenadoria de Apoio ao Plenário).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Manoel Mota - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 759, de 4 de dezembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.*

**DESIGNAR** a servidora **FABIOLA PROBST**, matrícula nº 7210, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assistência técnica de Comissão Permanente, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de dezembro de 2013 (DL - CC - Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Manoel Mota - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 760, de 4 de dezembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2508/2013,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,*

**CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO** à servidora **MARIA ANGELA DE ARAUJO BORTOLUZZI**, matrícula nº 984, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-66, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 9,17% (nove vírgula dezessete por cento) do valor da Função de Confiança, nível PL/FC-3, mediante substituição de 9,17% (nove vírgula dezessete por cento) da diferença de seu cargo efetivo e o cargo em comissão, código PL/DCA-1, concedido pela Resolução nº 608/1990, de 3/7/1990, mantendo incólumes os demais percentuais adquiridos, totalizando 100%(cem por cento), com eficácia financeira a contar de 1º de dezembro de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Manoel Mota - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 761, de 4 de dezembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2582/2013,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005,*

**CONCEDER APOSENTADORIA** por tempo de contribuição, à servidora **ALAIR NAZARETE PACHECO**, matrícula nº. 1447, no cargo de Técnico Legislativo/habilitação Técnico Legislativo, código PL/TEL-44, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 16 de dezembro de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Manoel Mota - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2013

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ALESC (GASOLINA E ETANO COMUNS)**

**DATA:** 16/12/2013 - **HORA:** 09:00 horas

**ENTREGA DOS ENVELOPES:** Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 16 de dezembro de 2013. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico ([www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)).

Florianópolis, 04 de dezembro de 2013.

Lonarte Sperling Veloso  
Coordenador de Licitações  
\*\*\* X X X \*\*\*

### AVISO DE PUBLICAÇÃO

#### AVISO DE PUBLICAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Centro - Florianópolis/SC, CEP 88020-900, com base no art. 14, §2º, da Lei 12.232/10, convoca a todos os interessados para abertura do envelope que será realizado no dia 09/12/2013, na Diretoria de Comunicação Social às 14h, para PRODUÇÃO de 01 COMERCIAL 30" intitulado "Procura" contendo 01 diária de captação em locações, cachê de 01 atriz, 08 modelos, 15 figurantes adultos, 12 figurantes crianças, diretor de cena, diretor de fotografia, diretor de arte/objetos, diretor de produção, assistente de direção, produtor de locação, produtor de elenco, produtor de set, figurinista, maquiadora, primeiro assistente de câmera, segundo assistente de câmera, logger, eletricitista, maquinista, assistente de elétrica, assistente de maquiagem, ajudantes, câmera Red Epic, iluminação, edição, finalização, computação gráfica, trilha sonora produzida, cópias DVD, transporte aéreo e terrestre, alimentação, hospedagem, seguros, impostos e registro na Ancine. Maiores informações entrar em contato com Sidney da Agência Neovox, fone: (48) 3224.8877

Cessão de direitos de veiculação

Período: 01 ano

Praça: SC

Meios: TV aberta, fechada, cinema, mídia indoor (TVs indoor como Info TV, Elemídia, e etc), rádio (audio liberado para uso no rádio), mídia outdoor (painéis externos eletrônicos) e internet em geral (sites de mídia e site e páginas em redes sociais do cliente).

Florianópolis, 04 de dezembro de 2013.

André Fretta May  
Diretor de Comunicação Social  
\*\*\* X X X \*\*\*

### AVISO DE RESULTADO

#### AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 2590/2013, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 035/2013, obteve o seguinte resultado:

**REF: PREGÃO Nº 0035/2013**

**OBJETO: FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO NA MODALIDADE DE SOFTWARE COMO SERVIÇO, ABRANGENDO AINDA O LICENCIAMENTO COM USO ILIMITADO.**

Vencedora: NEO WAY TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA.

Valor do Último Lance: R\$ 6.333.144,00  
Florianópolis, 04 de dezembro de 2013  
ANTONIO HENRIQUE C. BULCÃO VIANNA  
PREGOEIRO  
\*\*\* X X X \*\*\*

### EXTRATOS

#### EXTRATO Nº 341/2013

REFERENTE: Contrato CL nº 123/2013-00 celebrado em 27/11/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: VH Informática Ltda.

OBJETO: Serviço de apoio à atividade de informática compreendendo: a) Implementação de solução de tecnologia da informação com aquisição de licenças de uso de softwares para gestão de Compras, Patrimônio, Almoxarifado, Licitações, Contratos, Gestão de Gabinetes Parlamentares e Gestão RFID com vistas à adequação às novas legislações e normativas aplicáveis ao setor público; b) Serviços de desenvolvimento, reengenharia, customização, aperfeiçoamento e integração dos softwares já pertencentes à CONTRATANTE; c) Customização em *Business Intelligence*; d) "Tagueamento" RFID, catalogação e padronização dos bens de acordo com a classificação Federal Supply, e) demais especificações constantes no Edital, seus anexos e condições exaradas na proposta da **CONTRATADA**.

VALOR: R\$ 10.300.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/6/1993 e suas alterações, que regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.520 de 17/7/2002; Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006; Autorização Administrativa para processo licitatório nº 0100/2013, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem e; Edital de Pregão Presencial nº 31 de 12/11/2013.

Florianópolis, 02 de dezembro de 2013.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente ALESC

Valdir Antônio Haubert- Sócio Administrador  
\*\*\* X X X \*\*\*

#### EXTRATO Nº 342/2013

REFERENTE: Inexigibilidade nº 095/2013 celebrado em 25/11/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense.

OBJETO: Aquisição de cota de participação e de espaço físico no evento denominado de "Grandes Nomes - Ciclo de Palestras" a ser realizado pela AMESC no dia 01 de dezembro de 2013, às 20 horas, na cidade de Sombrio/SC.

VALOR GLOBAL: R\$ 49.500,00

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 0151/2013 - LIC

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais). Item Orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), subelemento 3.3.90.39.55 (Patrocínio).

Florianópolis, 04 de dezembro de 2013.

Joares Ponticelli - Presidente da ALESC  
\*\*\* X X X \*\*\*

#### EXTRATO Nº 343/2013

REFERENTE: Contrato CL nº 122/2013-00 celebrado em 25/11/2013, oriundo da Inexigibilidade nº 095/2013 celebrado em 25/11/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense.

OBJETO: Adquirir cota de participação e de espaço físico no evento "Grandes Nomes - Ciclo de Palestras" - AMESC, a realizar-se no dia 01 de dezembro de 2013 às 20 horas na cidade de Sombrio - SC.

VALOR: R\$ 49.500,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93; Autorização para Processo Licitatório nº 0151/2013-LIC; Inexigibilidade de Licitação nº 095/2013 e; Autorização Administrativa.

Florianópolis, 04 de dezembro de 2013.

Deputado Joares Ponticelli- Presidente ALESC

Ronaldo Carlessi- Presidente  
\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO**

**OFÍCIO Nº 721/13**

Joinville, 20 de novembro de 2013.

Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Conselho Comunitário do Bairro Costa e Silva, de Joinville, referente aos exercícios de 2011 e 2012.

Leonel Millnitz  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 26/11/13

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIAS**

**PORTARIA Nº 2706, de 4 de dezembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.

**DESIGNAR** o servidor **ELIAS BRUNO STEINBACH**, matrícula nº 1622, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia de Seção - Supervisão de Plenário, Plenarinho e de Auditório, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, LUIZ ROBERTO SILVEIRA, que se encontra em licença para tratamento de saúde por sessenta dias, a contar de 14 de outubro de 2013 (DA - Coordenadoria de Serviços Gerais).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2707, de 4 de dezembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **ELIDIO EMILIO RIFFEL**, matrícula nº 6026, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 3 de dezembro de 2013 (Gab Dep Marcos Vieira).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2708, de 4 de dezembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ELIDIO EMILIO RIFFEL**, matrícula nº 6026, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 3 de dezembro de 2013 (Gab Dep Marcos Vieira - Piratuba).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2709, de 4 de dezembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **ANDRE LUIZ RIBEIRO**, matrícula nº 5648, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 3 de dezembro de 2013 (Gab Dep Marcos Vieira).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2710, de 4 de dezembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ANDRE LUIZ RIBEIRO**, matrícula nº 5648, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-16, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 3 de dezembro de 2013 (Gab Dep Marcos Vieira - Santo Amaro da Imperatriz).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2711, de 4 de dezembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **VALDACIR ANTONIO ANDRES**, matrícula nº 3333, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 3 de dezembro de 2013 (Gab Dep Marcos Vieira).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2712, de 4 de dezembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR VALDACIR ANTONIO ANDRES**, matrícula nº 3333, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 3 de dezembro de 2013 (Gab Dep Marcos Vieira - Tangará).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2713, de 4 de dezembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **ROZANE BERNARDETE DA SILVA**, matrícula nº 5279, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 3 de dezembro de 2013 (Gab Dep Marcos Vieira).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2714, de 4 de dezembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ROZANE BERNARDETE DA SILVA**, matrícula nº 5279, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-56, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 3 de dezembro de 2013 (Gab Dep Marcos Vieira).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2715, de 4 de dezembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **PAULO ROBERTO DA SILVA**, matrícula nº 5567, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 3 de dezembro de 2013 (Gab Dep Marcos Vieira).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2716, de 4 de dezembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR PAULO ROBERTO DA SILVA**, matrícula nº 5567, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 3 de dezembro de 2013 (Gab Dep Marcos Vieira - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2717, de 4 de dezembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **JOÃO VALDOMIRO NICODEM**, matrícula nº 5526, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 3 de dezembro de 2013 (Gab Dep Neodi Saretta).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2718, de 4 de dezembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR JOÃO VALDOMIRO NICODEM**, matrícula nº 5526, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 3 de dezembro de 2013 (Gab Dep Neodi Saretta - Ipumirim).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2719, de 4 de dezembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **JUNIOR ROBISON DA SILVA**, matrícula nº 6586, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-76, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 4 de dezembro de 2013 (Gab Dep Angela Albino).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2720, de 4 de dezembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR JUNIOR ROBISON DA SILVA**, matrícula nº

6586, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-91, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 4 de dezembro de 2013 (Gab Dep Angela Albino - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2721, de 4 de dezembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**TORNAR SEM EFEITO** a Portaria nº 2674, de 02 de dezembro de 2013, que nomeou o servidor **AZAIR LUCIANO DE SOUZA**, matrícula nº 7506.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2722, de 4 de dezembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **JORGE SERGIO TURATTI**, matrícula nº 3025, do cargo de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-86, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2013 (DL - Colegiado de Bancadas).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2723, de 4 de dezembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR JORGE SERGIO TURATTI**, matrícula nº 3025, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-36, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de dezembro de 2013 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2724, de 4 de dezembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR MIRIAN LOPES PEREIRA**, matrícula nº 3547, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/GAS-86, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2013 (DL - Colegiado de Bancadas).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2725, de 4 de dezembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **ELI MARI DIAS**, matrícula nº 6174, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-47, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 4 de dezembro de 2013 (Gab Dep Jailson Lima da Silva).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2726, de 4 de dezembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR MANOEL JESUS DA CONCEICAO** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jailson Lima da Silva - Itajaí).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2727, de 4 de dezembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** na Biblioteca da **ALESC VANDA REGINA MACHADO PACHECO SETUBAL**, servidora da Fundação Catarinense de Cultura, colocada à disposição na Assembleia Legislativa, no período de 04 de dezembro de 2013 a 31 de dezembro de 2014.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2728, de 4 de dezembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** a servidora a disposição **MARISA BASEI**, matrícula nº 9199, na Coordenadoria das Comissões, a partir de 03 de dezembro de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2729, de 4 de dezembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

**PUBLICAR** que a servidora abaixo relacionada exerce **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 9 de dezembro de 2013.

**Gab Dep Nilson Gonçalves**

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
6471	AMANDA PONCIANO	JOINVILLE

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2730, de 4 de dezembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

**DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 038/2013.

Matr	Nome do Servidor	Função
1332	Hélio Estefano Becker Filho	Pregoeiro
1039	Victor Inácio Kist	Pregoeiro substituto
1998	Bernadete Albani Leiria	Equipe de apoio
1877	Antonio Henrique Costa Bulcão Vianna	
0947	Valter Euclides Damasco	

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>PROJETOS DE LEI</b>
------------------------

**PROJETO DE LEI Nº 0542.4/13**

Institui o Dia Estadual de Conscientização e Preservação do Aquífero Guarani no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído no Dia da Água, 22 de Março, o Dia Estadual de Conscientização e Preservação do Aquífero Guarani no Estado de Santa Catarina, a ser comemorado anualmente nesse dia.

Parágrafo Único. O Dia Estadual de Conscientização e Preservação do Aquífero Guarani visa destacar a importância da preservação da água deste reservatório e, conseqüentemente, adotar medidas nas atividades humanas, sobretudo, industriais e agrícolas, que têm provocado a contaminação dessa reserva d'água.

Art. 2º O Dia Estadual de Conscientização e Preservação do Aquífero Guarani passa a integrar o calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Luciane Carminatti

Lido no Expediente

Sessão de 03/12/13

## JUSTIFICATIVA

Embora o Meio Ambiente esteja assegurado pela Constituição do Estado de Santa Catarina, a instituição do dia Estadual do Aquífero Guarani chama a atenção para esse importante reservatório de água, propondo estudos e maior preservação sobre suas águas que tende a ser de boa qualidade para o consumo humano e desenvolvimento de atividades industriais e agrícolas.

Neste contexto, mostra-se indispensável promover diversas medidas de divulgação dessa política de preservação e formas de manutenção da pureza dessa água mineral, fazendo-se necessário assegurar que as pessoas tenham acesso à informação que previna a contaminação desse manancial de água subterrânea e, conseqüentemente, possam planejar, de forma coerente, o uso desse potencial hídrico voltado às famílias catarinenses.

Tal proposição, além de ser pertinente e extrema urgência e necessidade, foi levantada pelos Parlamentares Jovens da Escola Educação Básica Maria Madalena Ferro, do município de Jupiá, por meio da Escola do Legislativo "Deputado Lício Mauro da Silveira", que demonstraram grande preocupação com a preservação deste imenso aquífero que abrange partes dos territórios do Uruguai, Argentina, Paraguai e principalmente Brasil, ocupando 1.200.000 km², abrangendo os Estados do Mato Grosso do Sul (213.700 km²), Rio Grande do Sul (157.600 km²), São Paulo (155.800 km²), Paraná (131.300 km²), Goiás (55.000 km²), Minas Gerais (51.300 km²), Mato Grosso (26.400 km²) e Santa Catarina (49.200 km²).

Pelas razões aqui expostas, solicito aos nobres colegas parlamentares a aprovação deste Projeto de Lei.

Deputada Luciane Carminatti

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 543.5/2013**

Altera a Lei nº 4.498, de 18 de agosto de 1970, que declara de utilidade pública a "Ação Social Paroquial de Capoeiras", de Florianópolis.

Art. 1º A Lei nº 4.498, de 18 de agosto de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Obras de Assistência Social Dom Orione de Capoeiras, de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Obras de Assistência Social Dom Orione de Capoeiras, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para

o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
  - II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;
  - III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
  - IV - balancete contábil.
- Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação." (NR)  
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Sala das Sessões,

Deputado Mauro de Nadal

Lido no Expediente  
Sessão de 03/12/13

#### JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que visa alterar a Lei nº 4.498, de 18 de agosto de 1970, em razão da mudança da sua denominação, demonstrada nos documentos anexos.

Deputado Mauro de Nadal

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 544/13

#### ESTADO DE SANTA CATARINA GABINETE DO GOVERNADOR MENSAGEM Nº 1166

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Criciúma".

Florianópolis, 29 de novembro de 2013

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

Lido no Expediente  
Sessão de 03/12/13

#### ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO GABINETE DO SECRETÁRIO EM Nº 205/13

Florianópolis, 17 de outubro de 2013.

Senhor Governador

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que autoriza a conceder gratuitamente ao Centro Social Urbano Adolfo Lineburguer (CSU), localizado no Município de Criciúma, pelo prazo de 10 (dez) anos, o uso compartilhado do imóvel com área de 20.000,00 m<sup>2</sup> (vinte mil quadrados), matriculado sob o nº 6.654 no 1º Registro de Imóveis da Comarca de Criciúma e cadastrado sob o nº 00733 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

A presente concessão de uso tem por finalidade regularizar a atual ocupação por parte da entidade no desenvolvimento de projetos sociais.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Criciúma manifestou-se favorável à concessão de uso.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

**Derly Massaud Anuniação**

Secretário de Estado da Administração

#### PROJETO DE LEI Nº 544/2013

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Criciúma.

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder gratuitamente ao Centro Social Urbano Adolfo Lineburguer, localizado no Município de Criciúma, pelo prazo de 10 (dez) anos, o uso compartilhado do imóvel com área de 20.000,00 m<sup>2</sup> (vinte mil metros quadrados), matriculado sob o nº 6.654 no 1º Registro de Imóveis da Comarca de Criciúma e cadastrado sob o nº 00733 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. De acordo com o inciso I do parágrafo único do art. 7º da Lei nº 5.704, de 28 de maio de 1980, fica dispensada a concorrência para concessão de uso de que trata esta Lei por ser a entidade constituída de fins sociais e declarada de utilidade pública pela Lei municipal nº 1.909, de 17 de outubro de 1983.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por finalidade regularizar a ocupação do imóvel por parte da entidade.

Art. 3º O concessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

- I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;
- II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e
- III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 4º O concedente retomará a posse do imóvel, nos casos em que:

- I - ocorrer uma das hipóteses previstas no art. 3º desta Lei;
- II - findarem as razões que justificaram a concessão de uso;
- III - findar o prazo concedido para a concessão de uso;
- IV - o Estado necessitar do imóvel para uso próprio;
- V - houver desistência por parte do concessionário; ou
- VI - ocorrer a reversão antecipada.

Parágrafo único. Retomada a posse do imóvel pelos motivos constantes dos incisos do *caput* deste artigo e diante da gratuidade da concessão de uso, as benfeitorias realizadas no imóvel pelo concessionário serão incorporadas ao patrimônio do Estado, sem qualquer direito a indenização.

Art. 5º Serão de responsabilidade do concessionário os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso, observado o disposto no parágrafo único do art. 4º desta Lei.

Art. 6º Enquanto durar a concessão de uso, o concessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 7º Após a publicação desta Lei, concedente e concessionário firmarão contrato para estabelecer os seus direitos e as suas obrigações.

Art. 8º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Criciúma.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 545/13

#### ESTADO DE SANTA CATARINA GABINETE DO GOVERNADOR MENSAGEM Nº 1167

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a doação de imóvel no Município de Ipuauçu".

Florianópolis, 29 de novembro de 2013

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

Lido no Expediente  
Sessão de 03/12/13

#### ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO GABINETE DO SECRETÁRIO EM Nº 252/13

Florianópolis, 01 de novembro de 2013.

Senhor Governador

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que autoriza a desafetar e doar, ao Município de Ipuauçu, o imóvel com área total de 9.600,00 m<sup>2</sup> (nove mil e seiscentos metros quadrados), com benfeitorias, transcrito sob o nº 16.659, fls. 51 no Livro 3 - I, no Registro de Imóveis da Comarca de Xanxerê e cadastrado sob o nº 03721 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

A presente doação tem por finalidade o desenvolvimento de atividades educacionais de Ensino Fundamental por parte do Município que aderiu ao Programa de Parceria Educacional Estado - Município por meio de Convênio nº 16.930/2011 - 7, celebrado com a Secretaria de Estado da Educação.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Xanxerê manifestou-se favorável.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

**Derly Massaud Anuniação**

Secretário de Estado da Administração

**PROJETO DE LEI Nº 545/2013**

Autoriza a doação de imóvel no Município de Ipuçu.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Ipuçu o imóvel com área de 9.600,00 m<sup>2</sup> (nove mil e seiscentos metros quadrados), com benfeitorias, transcrito sob o nº 16.659, às fls. 51 do Livro 3-I do Registro de Imóveis da Comarca de Xanxerê e cadastrado sob o nº 3721 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. Caberá ao Município promover e executar as ações necessárias a titularização da propriedade.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade o desenvolvimento de atividades educacionais de Ensino Fundamental por parte do Município que aderiu ao Programa de Parceria Educacional Estado-Município por meio do Convênio nº 16930/2011-7, celebrado com a Secretaria de Estado da Educação.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir a finalidade da doação no prazo de 3 (três) anos, contados a partir da publicação desta Lei; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder, de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorgará ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Xanxerê.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 546/13****ESTADO DE SANTA CATARINA****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 1168**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Florianópolis".

Florianópolis, 29 de novembro de 2013

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 03/12/13*

**ESTADO DE SANTA CATARINA****SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO****GABINETE DO SECRETÁRIO****EM Nº 209/13**

Florianópolis, 07 de novembro de 2013.

Senhor Governador

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a aquisição, por doação da União, o imóvel localizado na rua Santa Rita de Cássia, bairro Estreito, no Município de Florianópolis, onde se encontra instalado o Hospital Florianópolis, com área de 8.695,65 m<sup>2</sup> (oito mil, seiscentos e noventa e cinco metros e sessenta decímetros quadrados), matriculado sob o nº 43.573 no 3º Registro de Imóveis da Comarca da Capital.

A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem como finalidade regularizar a atual ocupação do imóvel por parte do Estado.

A Secretaria de Estado da Saúde manifestou-se favorável à aquisição.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

**Derly Massaud Anuniação**

Secretário de Estado da Administração

**PROJETO DE LEI Nº 546/2013**

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Florianópolis.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação da União, o imóvel localizado no Município de Florianópolis, onde se encontra instalado o Hospital Florianópolis, com área de 8.695,65 m<sup>2</sup> (oito mil, seiscentos e noventa e cinco metros e sessenta e cinco decímetros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 43.573 no 3º Registro de Imóveis da Comarca da Capital.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem como finalidade regularizar a atual ocupação do imóvel por parte do Estado, para dar continuidade à prestação de serviços de saúde.

Art. 3º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 547/13****ESTADO DE SANTA CATARINA****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 1169**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Barra Velha".

Florianópolis, 29 de novembro de 2013

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 03/12/13*

**ESTADO DE SANTA CATARINA****SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO****GABINETE DO SECRETÁRIO****EM Nº 202/13**

Florianópolis, 13 de novembro de 2013.

Senhor Governador

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo adquirir, por doação do Município de Barra Velha, o imóvel composto pelos lotes nº 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 com área de 1.539,72 m<sup>2</sup> (mil e quinhentos e trinta e nove metros e setenta e dois decímetros quadrados), a ser desmembrada de uma área maior, matriculada sob o nº 9.312 no Registro de Imóveis da Comarca de Balneário Piçarras.

A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem como finalidade regularizar a atual ocupação por parte da EEB. David Pedro Espindola, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 1.285, de 09 de agosto de 2013.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

**Derly Massaud Anuniação**

Secretário de Estado da Administração

**PROJETO DE LEI Nº 547/2013**

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Barra Velha.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Barra Velha, o imóvel composto pelos lotes nºs 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8, com área de 1.539,72 m<sup>2</sup> (mil, quinhentos e trinta e nove metros e setenta e dois decímetros quadrados), a ser desmembrado de uma área maior, matriculada sob o nº 9.312 no Registro de Imóveis da Comarca de Balneário Piçarras.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem como finalidade regularizar a ocupação do imóvel por parte da Escola de Educação Básica David Pedro Espindola, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 1.285, de 9 de agosto de 2013.

Art. 3º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Joinville.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 548/13**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**GABINETE DO GOVERNADOR**

**MENSAGEM Nº 1170**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a doação de imóvel no Município de Nova Erechim".

Florianópolis, 29 de novembro de 2013

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 03/12/13*

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**EM Nº 198/13**

Florianópolis, 12 de novembro de 2013.

Senhor Governador

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a desafetar e doar ao Município de Nova Erechim o imóvel com área total de 619,22 m<sup>2</sup> (seiscentos e dezenove metros e vinte e dois decímetros quadrados), com benfeitorias não averbadas, matriculado sob o nº 3.760 no Registro de Imóveis da Comarca de Pinhalzinho e cadastrado sob o nº 3600 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

A presente doação tem por objetivo regularizar a atual ocupação por parte do Município de Nova Erechim e dar continuidade ao desenvolvimento das atividades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Conselho Tutelar.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Chapecó manifestou-se favorável à doação.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

**Derly Massaud Anuniação**

Secretário de Estado da Administração

**PROJETO DE LEI Nº 548/2013**

Autoriza a doação de imóvel no Município de Nova Erechim.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Nova Erechim o imóvel com área de 619,22 m<sup>2</sup> (seiscentos e dezenove metros e vinte e dois decímetros quadrados), com benfeitorias não averbadas, matriculado sob o nº 3.760 no Registro de Imóveis da Comarca de Pinhalzinho e cadastrado sob o nº 3600 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. Caberá ao Município beneficiado com a doação promover e executar as ações necessárias à titularização da propriedade, bem como à averbação das benfeitorias existentes sobre o imóvel.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade regularizar a ocupação do imóvel por parte do Município e dar continuidade ao desenvolvimento das atividades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Conselho Tutelar.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir a finalidade da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder, de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorgará ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Chapecó.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 549/13**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**GABINETE DO GOVERNADOR**

**MENSAGEM Nº 1171**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a doação de imóvel no Município de Lages".

Florianópolis, 29 de novembro de 2013

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 03/12/13*

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**EM Nº 218/13**

Florianópolis, 13 de novembro de 2013.

Senhor Governador

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a desafetar e doar ao Município de Lages o imóvel com área total de 986,93 m<sup>2</sup> (novecentos e oitenta e seis metros e noventa e três decímetros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 2.467, no 1º Registro de Imóveis da Comarca de Lages e cadastrado sob o nº 00723 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

A presente doação tem por finalidade viabilizar a instalação de órgãos públicos municipais.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

**Derly Massaud Anuniação**

Secretário de Estado da Administração

**PROJETO DE LEI Nº 549/2013**

Autoriza a doação de imóvel no Município de Lages.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Lages o imóvel com área de 986,9335 m<sup>2</sup> (novecentos e oitenta e seis metros, nove mil, trezentos e trinta e cinco centímetros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 2.467 no 1º Registro de Imóveis da Comarca de Lages e cadastrado sob o nº 00723 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. Caberá ao Município beneficiado com a doação promover e executar as ações necessárias à titularização da propriedade.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade a instalação de órgãos públicos municipais.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder, de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorgará ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Lages.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Fica revogada a Lei nº 16.125, de 16 de setembro de 2013.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 550/13**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**GABINETE DO GOVERNADOR**

**MENSAGEM Nº 1172**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a cessão de uso de imóvel nos Municípios de Curitiba e Florianópolis".

Florianópolis, 29 de novembro de 2013

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 03/12/13*

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**EM Nº 212/13**

Florianópolis, 07 de novembro de 2013.

Senhor Governador

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a ceder gratuitamente à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) o uso dos seguintes imóveis:

I - imóvel localizado no Município de Curitiba, pelo prazo de 4 (quatro) anos, sendo o uso compartilhado, onde se encontra edificado o prédio para futura instalação do CEDUP de Curitiba, registrado sob o nº 701 no Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba e cadastrado sob o nº 2381 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA); e

II - parte do imóvel localizado no Município de Florianópolis, pelo prazo de 15 (quinze) anos, onde estava instalada a extinta Delegacia do Ministério da Educação em Santa Catarina (DEMEC), ficando excluída a área onde se encontra edificado um casarão tombado, matriculado sob os nºs 33.754 e 33.755 no 1º Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrado sob o nº 1394 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

A presente cessão de uso tem por finalidade regularizar a ocupação, no Município de Florianópolis, permitindo que a UFSC desenvolva atividades nas áreas da tecnologia educacional, da saúde da mulher, da TV UFSC e pesquisas e extensão relacionadas a riscos e desastres e, no Município de Curitiba, permitir a instalação, em caráter temporário, do Campus Universitário de Curitiba.

A cessão de uso ora proposta é fruto de acordo a ser firmado entre o Governo do Estado e a UFSC que prevê contrapartida do Estado em razão do acidente ambiental ocorrido na área de propriedade da CELESC, que será transferida à UFSC, viabilizando com isto o acesso ao novo aeroporto Hercílio Luz de Florianópolis.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

**Derly Massaud Anuniação**

Secretário de Estado da Administração

**PROJETO DE LEI Nº 550/2013**

Autoriza a cessão de uso de imóveis nos Municípios de Curitiba e Florianópolis.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder gratuitamente à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) o uso dos seguintes imóveis:

I - terreno localizado no Município de Curitiba, pelo prazo de 4 (quatro) anos, sendo o uso compartilhado, onde se encontra edificado o Centro de Educação Profissionalizante de Curitiba, matriculado sob o nº 701 no Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba e cadastrado sob o nº 02381 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA); e

II - terreno localizado no Município de Florianópolis, pelo prazo de 15 (quinze) anos, onde funcionava a Delegacia do Ministério da Educação em Santa Catarina, ficando excluída a área onde se encontra

edificado um casarão tombado, matriculado sob os nºs 33.754 e 33.755 no 1º Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrado sob o nº 01394 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA.

Art. 2º A presente cessão de uso tem por finalidade regularizar a ocupação dos imóveis da seguinte forma:

I - no Município de Curitiba: para a instalação do *Campus Universitário* de Curitiba; e

II - no Município de Florianópolis: para o desenvolvimento de atividades nas áreas de tecnologia educacional e saúde da mulher, bem como das atividades da TV UFSC e de pesquisas e extensão relacionadas a riscos e desastres.

Art. 3º A cessão, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;

II - oferecer os imóveis como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 4º O cedente retomará a posse dos imóveis, nos casos em que:

I - ocorrer uma das hipóteses previstas no art. 3º desta Lei;

II - findarem as razões que justificaram a cessão de uso;

III - findar o prazo concedido para a cessão de uso;

IV - o Estado necessitar dos imóveis para uso próprio;

V - houver desistência por parte da cessionária; ou

VI - ocorrer a reversão antecipada.

Parágrafo único. Retomada a posse dos imóveis pelos motivos constantes dos incisos do *caput* deste artigo e diante da gratuidade da cessão de uso, as benfeitorias realizadas nos imóveis pela cessionária serão incorporadas ao patrimônio do Estado, sem qualquer direito a indenização.

Art. 5º Serão de responsabilidade da cessionária os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso, observado o disposto no parágrafo único do art. 4º desta Lei.

Art. 6º Enquanto durar a cessão de uso, a cessionária defenderá os imóveis contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 7º Após a publicação desta Lei, cedente e cessionária firmarão contrato para estabelecer os seus direitos e as suas obrigações.

Art. 8º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da SEA ou por quem for legalmente constituído.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 551/13**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**GABINETE DO GOVERNADOR**

**MENSAGEM Nº 1173**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a doação de imóvel no Município de Timbó".

Florianópolis, 29 de novembro de 2013

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 03/12/13*

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**EM Nº 255/13**

Florianópolis, 20 de novembro de 2013.

Senhor Governador

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a desafetar e doar, ao Município de Timbó, o imóvel com área total de 5.674,32 m<sup>2</sup> (cinco mil e seiscentos e setenta e quatro metros e trinta e dois decímetros quadrados), com benfeitorias, onde se encontra instalado o Centro Social Urbano, a ser desmembrada de uma área maior, matriculado sob o nº 1070, no Registro de Imóveis da Comarca de Timbó e cadastrado sob o nº 02029 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

A presente doação tem por finalidade viabilizar atividades sócio-educativas e educação infantil.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Timbó manifestou-se favorável à doação.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

**Derly Massaud Anuniação**

Secretário de Estado da Administração

**PROJETO DE LEI Nº 551/2013**

Autoriza a doação de imóvel no Município de Timbó.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Timbó o imóvel com área de 5.674,32 m<sup>2</sup> (cinco mil, seiscentos e setenta e quatro metros e trinta e dois décimos quadrados), com benfeitorias, onde se encontra instalado o Centro Social Urbano, a ser desmembrado de uma área maior, matriculada sob o nº 1070 no Registro de Imóveis da Comarca de Timbó e cadastrado sob o nº 02029 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. Caberá ao Município beneficiado com a doação promover e executar as ações necessárias à titulação da propriedade.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade o desenvolvimento de atividades sócio-educativas e de educação infantil por parte do Município.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir a finalidade da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder, de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorgará ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional Timbó.

Art. 8º Fica revogada a Lei nº 15.074, de 30 de dezembro de 2009.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 552/13**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**GABINETE DO GOVERNADOR**

**MENSAGEM Nº 1174**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Joinville".

Florianópolis, 29 de novembro de 2013

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 03/12/13*

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**EM Nº 219/13**

Florianópolis, 20 de novembro de 2013.

Senhor Governador

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a adquirir, por doação da Fundação Educacional Regional de Joinville (FURJ), o imóvel com área de 8.464,00 m<sup>2</sup> (oito mil,

quatrocentos e sessenta e quatro metros quadrados), sem benfeitorias, matriculada sob o nº 141.895 no 1º Registro de Imóveis da Comarca de Joinville.

A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem como finalidade viabilizar a edificação de um prédio por parte Estado, o qual abrigará o Centro de Inovação de Joinville, concebido no âmbito dos programas "Pacto por Santa Catarina e Programa INOVA@SC, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 7.407, de 12 de abril de 2013.

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável manifestou-se favorável à aquisição.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

**Derly Massaud Anuniação**

Secretário de Estado da Administração

**PROJETO DE LEI Nº 552/2013**

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Joinville.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação da Fundação Educacional da Região de Joinville (FURJ), o imóvel com área de 8.464,00 m<sup>2</sup> (oito mil, quatrocentos e sessenta e quatro metros quadrados), sem benfeitorias, a ser desmembrado de uma área maior, matriculada sob o nº 141.895 no 1º Registro de Imóveis da Comarca de Joinville.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem como finalidade a edificação de um prédio por parte do Estado, o qual abrigará o Centro de Inovação de Joinville e região, concebido no âmbito dos programas Pacto por Santa Catarina e INOVA@SC, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 7.407, de 12 de abril de 2013.

Parágrafo único. As obras a serem edificadas na fração do imóvel descrito no *caput* do art. 1º desta Lei deverão ser iniciadas no prazo máximo de 2 (dois) anos, contados a partir da publicação da Lei municipal nº 7.407, de 2013, e concluídas no prazo de 2 (dois) anos, a contar do início das obras.

Art. 3º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Joinville.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 553/13**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**GABINETE DO GOVERNADOR**

**MENSAGEM Nº 1175**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a concessão de uso do imóvel no Município de Florianópolis".

Florianópolis, 29 de novembro de 2013

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 03/12/13*

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**EM Nº 221/13**

Florianópolis, 20 de novembro de 2013.

Senhor Governador

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que autoriza a conceder gratuitamente à Sociedade da Divina Providência, localizada no Município de Florianópolis, pelo prazo de 10 (dez) anos, o uso do imóvel com área de 3.500,00 m<sup>2</sup> (três mil e quinhentos metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 22.867 no 1º Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrado sob o nº 01393 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

A presente concessão de uso tem por finalidade regularizar a atual ocupação pela Sociedade da Divina Providência, mantenedora do Centro Social e Educativo Nossa Senhora do Monte Serrat.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

**Derly Massaud Anuniação**

Secretário de Estado da Administração

**PROJETO DE LEI Nº 553/2013**

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder gratuitamente à Sociedade Divina Providência, localizada no Município de Florianópolis, pelo prazo de 10 (dez) anos, o uso do imóvel com área de 3.500,00 m² (três mil e quinhentos metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 22.867 no 1º Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrado sob o nº 01393 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. De acordo com o inciso I do parágrafo único do art. 7º da Lei nº 5.704, de 28 de maio de 1980, fica dispensada a concorrência para a concessão de uso de que trata esta Lei por ser a entidade constituída de fins sociais e declarada de utilidade pública pela Lei nº 734, de 5 de setembro de 1952.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por finalidade regularizar a ocupação do imóvel pela Sociedade Divina Providência, mantenedora do Centro Social e Educativo Nossa Senhora do Monte Serrat.

Art. 3º A concessionária, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 4º O concedente retomará a posse do imóvel, nos casos em que:

I - ocorrer uma das hipóteses previstas no art. 3º desta Lei;

II - findarem as razões que justificaram a concessão de uso;

III - findar o prazo concedido para a concessão de uso;

IV - o Estado necessitar do imóvel para uso próprio;

V - houver desistência por parte da concessionária; ou

VI - ocorrer a reversão antecipada.

Parágrafo único. Retomada a posse do imóvel pelos motivos constantes dos incisos do *caput* deste artigo e diante da gratuidade da concessão de uso, as benfeitorias realizadas no imóvel pela concessionária serão incorporadas ao patrimônio do Estado, sem qualquer direito a indenização.

Art. 5º Serão de responsabilidade da concessionária os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso, observado o disposto no parágrafo único do art. 4º desta Lei.

Art. 6º Enquanto durar a concessão de uso, a concessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 7º Após a publicação desta Lei, concedente e concessionária firmarão contrato para estabelecer os seus direitos e as suas obrigações.

Art. 8º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da SEA ou por quem for legalmente constituído.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 554/13****ESTADO DE SANTA CATARINA****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 1176**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a doação de imóvel no Município de Agrônômica".

Florianópolis, 29 de novembro de 2013

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 03/12/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA****SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO****GABINETE DO SECRETÁRIO****EM Nº 216/13**

Florianópolis, 20 de novembro de 2013.

Senhor Governador

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a desafetar e doar ao Município de Agrônômica os seguintes imóveis:

I - o imóvel com área de 1.979,75 m², onde se encontrava instalado um posto de saúde, benfeitorias não averbadas, matriculado sob o nº 4.205 no Registro de Imóveis da Comarca de Rio do Sul e cadastrado sob o nº 2303 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA, onde será instalada uma unidade de educação infantil.

II - o imóvel com área de 5.000,00 m², onde se encontra instalada a extinta EI. Valada Mosquito, benfeitorias não averbadas, transcrito sob o nº 61.443, fls. 43, Livro 3 - AF no Registro de Imóveis da Comarca de Rio do Sul e cadastrado sob o nº 2273 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA, onde será instalado equipamentos comunitários.

A presente doação tem por finalidade a prestação de serviços em benefício da população local, sendo o primeiro para a instalação de uma unidade de educação infantil e o segundo para equipamentos comunitários.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional manifestou-se favorável à doação.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

**Derly Massaud Anuniação**

Secretário de Estado da Administração

**PROJETO DE LEI Nº 554/2013**

Autoriza a doação de imóveis no Município de Agrônômica.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Agrônômica os seguintes imóveis:

I - o terreno com área de 1.979,75 m² (mil, novecentos e setenta e nove metros e setenta e cinco decímetros quadrados), com benfeitorias não averbadas, matriculado sob o nº 4.205 no Registro de Imóveis da Comarca de Rio do Sul e cadastrado sob o nº 02303 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA), onde funcionava um posto de saúde, com a finalidade de instalar uma unidade de educação infantil; e

II - o terreno com área de 5.000,00 m² (cinco mil metros quadrados), com benfeitorias, transcrito sob o nº 61.443, às fl. 43 do Livro 3-AF no Registro de Imóveis da Comarca de Rio do Sul e cadastrado sob o nº 02273 no Sistema de Gestão Patrimonial da SEA, onde funcionava a Escola Isolada Valada Mosquito, com a finalidade de instalar equipamentos comunitários.

Parágrafo único. Caberá ao Município promover e executar as ações necessárias às titularizações das propriedades, bem como à averbação das benfeitorias existentes sobre o imóvel de que trata o inciso I do *caput* deste artigo.

Art. 2º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar os imóveis, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder, de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, os imóveis.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar das escrituras públicas de doação dos imóveis, sob pena de nulidade dos atos.

Art. 3º A reversão de que trata o art. 2º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 4º A edificação de benfeitorias não outorgará ao donatário o direito de retenção no caso de reversão dos imóveis.

Art. 5º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 6º O Estado será representado nos atos de doação pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 555/13**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**GABINETE DO GOVERNADOR**  
**MENSAGEM Nº 1177**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Ipuacu".

Florianópolis, 29 de novembro de 2013

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 03/12/13*

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**EM Nº 246/13** Florianópolis, 20 de novembro de 2013.

Senhor Governador

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a ceder gratuitamente ao Município de Ipuacu, pelo prazo de 5 (cinco) anos, o uso compartilhado do imóvel onde se encontra instalado o Ginásio de Esportes Estadual da Escola Básica Padre Antonio Vieira, as benfeitorias não estão averbadas, transcrito sob o nº 13.347, fl. 167, Livro nº 3G no Registro de Imóveis da Comarca de Xanxerê, e cadastrado sob o nº 03679 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

A presente cessão tem por finalidade o uso de 2 (duas) salas de aula do ginásio de esportes para instalação da Inclusão Digital.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Xanxerê foi favorável à cessão de uso.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

**Derly Massaud Anuniação**

Secretário de Estado da Administração

**PROJETO DE LEI Nº 555/2013**

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Ipuacu.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder gratuitamente ao Município de Ipuacu, pelo prazo de 5 (cinco) anos, o uso compartilhado do imóvel onde se encontra instalado o ginásio de esportes da Escola de Educação Básica Padre Antonio Vieira, com benfeitorias não averbadas, transcrito sob o nº 13.347 às fls. 167 do Livro nº 3-G do Registro de Imóveis da Comarca de Xanxerê e cadastrado sob o nº 3679 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Art. 2º A presente cessão de uso tem por finalidade disponibilizar 2 (duas) salas de aula do ginásio de esportes para promover atividades de inclusão digital.

Art. 3º O cessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;  
 II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e  
 III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 4º O cedente retomarà a posse do imóvel, nos casos em que:

I - ocorrer uma das hipóteses previstas no art. 3º desta Lei;  
 II - findarem as razões que justificaram a cessão de uso;  
 III - findar o prazo concedido para a cessão de uso;  
 IV - o Estado necessitar do imóvel para uso próprio;  
 V - houver desistência por parte do cessionário; ou  
 VI - ocorrer a reversão antecipada.

Parágrafo único. Retomada a posse do imóvel pelos motivos constantes dos incisos do *caput* deste artigo e diante da gratuidade da cessão de uso, as benfeitorias realizadas no imóvel pelo cessionário serão incorporadas ao patrimônio do Estado, sem qualquer direito a indenização.

Art. 5º Serão de responsabilidade do cessionário os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso, observado o disposto no parágrafo único do art. 4º desta Lei.

Art. 6º Enquanto durar a cessão de uso, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 7º Após a publicação desta Lei, cedente e cessionário firmarão contrato para estabelecer os seus direitos e as suas obrigações.

Art. 8º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Xanxerê.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 556/13**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**GABINETE DO GOVERNADOR**  
**MENSAGEM Nº 1178**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a concessão de uso do imóvel no Município de Florianópolis".

Florianópolis, 29 de novembro de 2013

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 03/12/13*

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**EM Nº 222/13** Florianópolis, 21 de novembro de 2013.

Senhor Governador

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que autoriza a conceder gratuitamente à Associação Brasileira de Educação e Cultura (ABEC), localizada no Município de Florianópolis, pelo prazo de 10 (dez) anos, o uso do imóvel com área de 7.305,08 m<sup>2</sup> (sete mil, trezentos e cinco metros e oito decímetros quadrados), com benfeitorias não averbadas, onde se encontra instalada a EEB. Lucia do Livramento Mayvorne, matriculado sob o nº 20.136 no 1º Registro de Imóveis da Comarca de Florianópolis e cadastrado sob o nº 00946 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

A presente concessão de uso tem por finalidade regularizar a atual ocupação por parte da Associação Brasileira de Educação e Cultura no desenvolvimento de atividades educacionais.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

**Derly Massaud Anuniação**

Secretário de Estado da Administração

**PROJETO DE LEI Nº 556/2013**

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder gratuitamente à Associação Brasileira de Educação e Cultura (ABEC), localizada no Município de Florianópolis, pelo prazo de 10 (dez) anos, o uso do imóvel com área de 7.305,08 m<sup>2</sup> (sete mil, trezentos e cinco metros e oito decímetros quadrados), com benfeitorias não averbadas, onde se encontra instalada a Escola de Educação Básica Lucia do Livramento Mayvorne, matriculado sob o nº 20.136 no 1º Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrado sob o nº 00946 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. De acordo com o inciso I do parágrafo único do art. 7º da Lei nº 5.704, de 28 de maio de 1980, fica dispensada a concorrência para a concessão de uso de que trata esta Lei por ser a entidade constituída de fins sociais e declarada de utilidade pública pelo Decreto federal de 27 de maio de 1992.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por finalidade regularizar a ocupação do imóvel por parte da ABEC para manter o desenvolvimento de atividades educacionais.

Art. 3º A concessionária, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 4º O concedente retomarà a posse do imóvel, nos casos em que:

I - ocorrer uma das hipóteses previstas no art. 3º desta Lei;

II - findarem as razões que justificaram a concessão de uso;

III - findar o prazo concedido para a concessão de uso;

IV - o Estado necessitar do imóvel para uso próprio;

V - houver desistência por parte da concessionária; ou

VI - ocorrer a reversão antecipada.

Parágrafo único. Retomada a posse do imóvel pelos motivos constantes dos incisos do *caput* deste artigo e diante da gratuidade da concessão de uso, as benfeitorias realizadas no imóvel pela concessionária serão incorporadas ao patrimônio do Estado, sem qualquer direito a indenização.

Art. 5º Serão de responsabilidade da concessionária os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso, observado o disposto no parágrafo único do art. 4º desta Lei.

Art. 6º Enquanto durar a concessão de uso, a concessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 7º Após a publicação desta Lei, concedente e concessionária firmarão contrato para estabelecer os seus direitos e as suas obrigações.

Art. 8º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 557/13**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**GABINETE DO GOVERNADOR**

**MENSAGEM Nº 1179**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Porto União".

Florianópolis, 29 de novembro de 2013

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 03/12/13*

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**EM Nº 229/13**

Florianópolis, 25 de novembro de 2013.

Senhor Governador

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Porto União, pelo prazo de 10 (dez), o imóvel com área de 1.440,00 m<sup>2</sup> (Um mil quatrocentos e quarenta metros quadrados), com benfeitoria de 138,00 m<sup>2</sup> (cento e trinta e oito metros quadrados), registrado sob o nº 8.373 no Registro de Imóveis da Comarca de Porto União e cadastrado sob o nº 4.203 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

A presente cessão de uso tem por finalidade atender a comunidade do Bairro Vice King, para construção de uma Capela Mortuária e recuperação do Centro Comunitário.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

**Derly Massaud Anuniação**

Secretário de Estado da Administração

**PROJETO DE LEI Nº 557/2013**

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Porto União.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder gratuitamente ao Município de Porto União, pelo prazo de 10 (dez) anos, o uso do imóvel com área de 1.440,00 m<sup>2</sup> (mil, quatrocentos e quarenta metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 8.373 no Registro de Imóveis da Comarca de Porto União e cadastrado sob o nº 4203 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Art. 2º A presente cessão de uso tem por finalidade a construção de uma capela mortuária e a recuperação do Centro Comunitário do Bairro Vice King.

Art. 3º O cessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 4º O cedente retomarà a posse do imóvel, nos casos em que:

I - ocorrer uma das hipóteses previstas no art. 3º desta Lei;

II - findarem as razões que justificaram a cessão de uso;

III - findar o prazo concedido para a cessão de uso;

IV - o Estado necessitar do imóvel para uso próprio;

V - houver desistência por parte do cessionário; ou

VI - ocorrer reversão antecipada.

Parágrafo único. Retomada a posse do imóvel pelos motivos constantes dos incisos do *caput* deste artigo e diante da gratuidade da cessão de uso, as benfeitorias realizadas no imóvel pelo cessionário serão incorporadas ao patrimônio do Estado, sem qualquer direito a indenização.

Art. 5º Serão de responsabilidade do cessionário os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso, observado o disposto no parágrafo único do art. 4º desta Lei.

Art. 6º Enquanto durar a cessão de uso, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 7º Após a publicação desta Lei, cedente e cessionário firmarão contrato para estabelecer os seus direitos e as suas obrigações.

Art. 8º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Canoinhas.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 558/13**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**GABINETE DO GOVERNADOR**

**MENSAGEM Nº 1180**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a doação de imóvel no Município de Urussanga".

Florianópolis, 29 de novembro de 2013

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 03/12/13*

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**EM Nº 247/13**

Florianópolis, 04 de novembro de 2013.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que autoriza a desafetar e doar, ao Município de Urussanga, o imóvel com área total de 13.000,00 m<sup>2</sup> (treze mil metros quadrados) com benfeitorias, matriculado sob nº 1.456 no Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga e cadastrado sob o nº 03934 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

A presente doação tem por objetivo atender a população com áreas de lazer e construção do centro poliesportivo do município.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional manifestou-se favorável à doação.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

**Derly Massaud Anuniação**

Secretário de Estado da Administração

**PROJETO DE LEI Nº 558/2013**

Autoriza a doação de imóvel no Município de Urussanga.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Urussanga o imóvel com área de 13.000,00 m² (treze mil metros quadrados), com benfeitorias não averbadas, matriculado sob o nº 1.456 no Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga e cadastrado sob o nº 03934 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

§ 1º Caberá ao Município promover e executar as ações necessárias à titularização da propriedade, bem como à averbação das benfeitorias existentes sobre o imóvel.

§ 2º As ações previstas no § 1º deste artigo somente poderão ser executadas após cessados os efeitos da Lei nº 12.908, de 22 de janeiro de 2004, cujo prazo expirará em 22 de janeiro de 2014.

§ 3º Ficam preservados os direitos de uso assegurados pelas Leis nº 12.908, de 2004, e nº 14.686, de 5 de maio de 2009, até o término de suas vigências.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade a construção de uma área de lazer e de um centro poliesportivo para atender à população do Município.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir a finalidade da doação no prazo de 3 (três) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder, de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorgará ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Criciúma.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 559/13**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**GABINETE DO GOVERNADOR**

**MENSAGEM Nº 1181**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a doação de imóvel no Município de Rio do Sul".

Florianópolis, 29 de novembro de 2013

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 03/12/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**EM Nº 255/13**

Florianópolis, 13 de novembro de 2013.

Senhor Governador

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a desafetar e doar ao Município de Rio do Sul o imóvel

com área total de 6.690,50 m² (seis mil, seiscentos e noventa metros e cinquenta decímetros quadrados), sem benfeitorias, matriculado sob o nº 2625 no Registro de Imóveis da Comarca de Rio do Sul e cadastrado sob o nº 0763 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

A presente doação tem por finalidade viabilizar a ligação urbana das principais vias, com a construção da ponte ligando o bairro Jardim América ao Canta Galo.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul manifestou-se favorável à doação.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

**Derly Massaud Anuniação**

Secretário de Estado da Administração

**PROJETO DE LEI Nº 559/2013**

Autoriza a doação de imóvel no Município de Rio do Sul.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Rio do Sul o imóvel com área de 6.690,50 m² (seis mil, seiscentos e noventa metros e cinquenta decímetros quadrados), sem benfeitorias, matriculado sob o nº 2625 no Registro de Imóveis da Comarca de Rio do Sul e cadastrado sob o nº 00763 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. Caberá ao Município beneficiado com a doação promover e executar as ações necessárias à titularização da propriedade.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade a construção de uma ponte que ligará os bairros Jardim América e Canta Galo.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir a finalidade da doação no prazo de 5 (cinco) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder, de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorgará ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 560/13**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**GABINETE DO GOVERNADOR**

**MENSAGEM Nº 1182**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a cessão de uso do software denominado Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH)".

Florianópolis, 29 de novembro de 2013

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 03/12/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**EM Nº 328/13**

Florianópolis, 19 de novembro de 2013.

Senhor Governador

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Instituto de Tecnologia em

Informática e Informação do Estado de Alagoas - ITEC, pelo prazo de 01 (um) ano, o uso gratuito do software denominado Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH.

A presente cessão de uso tem por objetivo permitir a utilização do software, na implementação e acompanhamento da política de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde, de Alagoas, devido a sua abrangência e facilidade de operacionalização.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

**Derly Massaud Anuniação**

Secretário de Estado da Administração

**PROJETO DE LEI Nº 560/2013**

Autoriza a cessão de uso do *software* denominado Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH).

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado da Administração (SEA) e do Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. (CIASC), autorizado a ceder gratuitamente ao Instituto de Tecnologia em Informática e Informação do Estado de Alagoas (ITEC), o uso do *software* denominado Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH), pelo período de 1 (um) ano.

Art. 2º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e as obrigações do cedente e do cessionário.

Art. 3º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da SEA, à qual o *software* SIGRH está vinculado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 561.7/2013**

Institui a Política de Desenvolvimento Regional da Bacia Leiteira da Mesorregião do Oeste Catarinense - PDR-LEITE OESTE e adota outras providências.

**CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º A Política de Desenvolvimento Regional da Bacia Leiteira da Mesorregião do Oeste Catarinense - PDR-LEITE OESTE tem como objetivo a redução dos gargalos da produção do leite e seus derivados, a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, orientar os programas e ações dos órgãos públicos estaduais e municipais.

Art. 2º A redução dos gargalos da bacia leiteira da mesorregião do oeste catarinense se norteia pelas seguintes estratégias:

I - estimular e apoiar processos e oportunidades de desenvolvimento na cadeia produtiva do leite, em múltiplas escalas e verticalização; e

II - articular ações que, no seu conjunto, promovam uma melhor distribuição da ação pública e investimentos no território mesorregional, com foco particular nos municípios selecionados e de ação prioritária na produção de leite e seus derivados.

Art. 3º A Política de Desenvolvimento Regional da Bacia Leiteira da Mesorregião do Oeste Catarinense - PDR-LEITE OESTE comportará a definição de estratégias de desenvolvimento regional da cadeia produtiva do leite nas escalas seguintes:

I - na escala mesorregional deverão ser elaborados Planos Estratégicos de Desenvolvimento da Bacia Leiteira do Oeste Catarinense, atendendo ao disposto no dos artigos 138 e 139 da Constituição Estadual, cuja elaboração e implementação serão coordenadas pelas instituições responsáveis pelo desenvolvimento das respectivas áreas de abrangência, sob orientação do órgão estadual do desenvolvimento rural.

II - na escala microrregional, o Governo Estadual e os municípios atuarão, prioritariamente, por meio de seus Programas, ações do Plano Plurianual de Investimentos e integração do conjunto das atuações estruturantes das Associações de Municípios, consórcios municipais, empresas públicas, empresas de economia mista e autarquias.

§ 1º O Governo Estadual em conjunto com o setor produtivo poderá definir os limites territoriais das ações Mesorregional na bacia leiteira do Oeste e outros espaços microrregionais.

§ 2º A definição dos limites territoriais da mesorregião da bacia leiteira do Oeste Catarinense, bem assim de outros espaços microrregionais de que trata o parágrafo anterior serão ratificados pela Câmara Setorial do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural;

Art. 4º A Política de Desenvolvimento Regional da Bacia Leiteira da Mesorregião do Oeste Catarinense - PDR-LEITE OESTE se pauta pelos enfoques territoriais e pela articulação intersetorial, e será executada mediante promoção e implementação de planos, programas, ações e instrumentos financeiros.

Art. 5º O conjunto dos órgãos e instituições públicas e privadas com atuação, direta ou indireta, instituirá um fórum permanente para apresentar os planos, programas e ações de desenvolvimento regional, com a inclusão da sua expressão financeira no Plano Plurianual, e com sua priorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ao Governador do Estado, para que este considere quanto à sua apresentação conjunta na Assembleia Legislativa, nos termos do inciso XI do art. 71 da Constituição Estadual.

§ 1º O fórum da bacia leiteira da mesorregião do Oeste Catarinense poderá sugerir ao Governador do Estado e aos Prefeitos Municipais a apresentação de revisões e complementação dos planos, programas e ações de desenvolvimento regional, bem como do Plano Plurianual, na forma da legislação específica.

§ 2º A apresentação dos planos, programas e ações de desenvolvimento regional ao Governador do Estado se dará noventa dias antes do término do prazo de encaminhamento do Plano Plurianual à Assembleia Legislativa.

**DOS GARGALOS**

Art. 6º A identificação dos gargalos na produção leiteira da mesorregião Oeste Catarinense terá como premissa os indicadores técnico-científicos e os da prática cotidiana da atividade na propriedade rural, a fim de mitigar a falta do que segue:

I - introdução de pastagens perenes e melhoramento das pastagens naturais;

II - utilização de silagem;

III - projeto de irrigação;

IV - correção do solo;

V - controle da sanidade animal;

VI - organização da escala de produção;

VII - matéria-prima para produtos lácteos;

VIII - programa específico de assistência técnica;

IX - melhoramento genético do rebanho bovino;

X - laboratório de análise do leite, derivados e antibiograma;

XI - capacitação de mão de obra.

**CAPÍTULO II**

**DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS E FISCAIS**

Art. 7º Os planos, programas e ações da Política de Desenvolvimento Regional da Bacia Leiteira da Mesorregião do Oeste Catarinense - PDR-LEITE OESTE voltados para a redução dos gargalos da cadeia produtiva do leite e ampliação das oportunidades de desenvolvimento regional serão executados, dentre outros, por meio dos seguintes instrumentos:

I - Orçamento Estadual;

II - Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina criado pela Lei nº 6.288 de 30 de outubro de 1983;

III - Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural criado pela LEI Nº 8.676, de 17 de junho de 1992;

IV - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina - FADESC criados pela Lei nº 9.885, de 19 de julho de 1995;

V - Fundo Estadual de Sanidade Animal - FUNDESA criado pela Lei Complementar Nº 204, de 08 de janeiro de 2001;

VI - Fundo de Apoio à Microempresa, à Empresa de Pequeno Porte, às Cooperativas e às Sociedades de Autogestão, do Estado de Santa Catarina - FUNDO PRÓ-EMPREGO criado pela Lei Complementar nº 249, de 15 de julho de 2003;

VII - Fundo Estadual de Apoio aos Municípios - FUNDAM criado pela LEI Nº 16.037, de 24 de junho de 2013;

VIII - Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - PRODEC criado pela Lei nº 9.885, de 19 de julho de 1995;

IX - Programa de Fomento e de Desenvolvimento da Pequena Agroindústria Familiar e Pesqueira - PROPAGRO criado pela Lei nº 10.731 de 30 de março de 1998;

X - Certificação de Qualidade, Origem e Identificação de Produtos Agrícolas e de Alimentos instituída pela Lei nº 12.117 de 07 janeiro de 2002;

XI - Programa Juro Zero para Microempreendedor Individual da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável e da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina - Badesc;

XII - Programa Juro Zero Agricultura/Piscicultura da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca

XIII - Programa Economia Verde e Solidária da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação - FAPESC;

XIV - Programa Santa Catarina Rural da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca.

XV - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf;

XVI - financiamento da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina - Badesc;

CAPITULO III  
METODOLOGIA DA PDR-LEITE OESTE

Art. 8º A metodologia tem o propósito de estabelecer um quadro referencial dos gargalos regionais da cadeia produtiva do leite e utilizará os indicadores econômicos e sociais para propor ações mitigadoras.

Art. 9º O prazo de execução da PDR-LEITE OESTE será de dez anos e com revisões bienais e se constituirá no plano estratégico de desenvolvimento mesorregional da cadeia produtiva do leite do Oeste Catarinense.

Art. 10 O plano estratégico apontará ações mesorregional, microrregional, municipal e de integração com outras mesorregiões do Estado de Santa Catarina.

Art.11 O plano estratégico e suas revisões serão protocolados na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, no Gabinete do Governador do Estado e nas Prefeituras até o dia 30 de maio de cada ano e será utilizado na elaboração dos planos plurianuais e nos orçamentos públicos.

Parágrafo único. Os Fundos e programas estaduais e municipais em andamento, tipificados no art. 6º desta lei, adotarão ações do plano estratégico de desenvolvimento mesorregional da cadeia produtiva do leite do Oeste Catarinense na definição da aplicação dos recursos públicos e dos financiamentos.

Art. 12 O prazo de execução da PDR-LEITE OESTE poderá ser prorrogada por ato do Governador do Estado após proposição do fórum mesorregional e será elaborado em até doze meses da publicação desta Lei.

DO FÓRUM DA BACIA LEITEIRA DO OESTE CATARINENSE

Art. 13 O fórum da bacia leiteira se subdividirá em escala municipal, microrregional, mesorregional e serão constituídos de representantes por delegação, de forma que a sociedade civil organizada possua dois terços da composição e, indicados por órgãos e entidades em um número máximo de cinquenta delegados, como segue:

- I - Governo do Estado;
- II - Prefeitura;
- III - Sindicato de Trabalhadores Rurais;
- IV - Sindicato Rural;
- V - Cooperativa;
- VI - Associação;
- VII - Movimento Social;
- VIII - Epagri;

Parágrafo único. Fica limitado em um o número de delegados indicados por órgãos e entidades participantes do fórum mesorregional, que escolherão um coordenador por um período de um ano.

Art. 14 O fórum poderá ser apoiado financeiramente por órgãos públicos e contribuição da iniciativa privada para ações específicas e a participação dos delegados não será remunerada.

Art. 15 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16 Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputado Padre Pedro Baldissera

Lido no Expediente

Sessão de 03/12/13

JUSTIFICATIVA

No ano de 2005 os atores sociais da cadeia produtiva do leite do Oeste Catarinense lançaram uma carta de alerta para os problemas da atividade, que apesar do tempo ainda é atual.

Vejamos que na integra os gargalos apontados, mesmo com avanços alcançados, merecem um política pública de desenvolvimento regional para mitigação dos pontos ainda em aberto, como segue nas linhas que seguem:

**“CARTA DO LEITE DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA**

*O setor leiteiro catarinense tem expressiva importância econômica e social para o estado de Santa Catarina. O estado é o sexto produtor nacional, com produção estimada em mais de 1,5 bilhão de litros para o ano de 2005, o que representa 7% da produção brasileira.*

*Atualmente, a produção de leite disputa com a fomicultura a condição de primeira atividade em número de famílias envolvidas no meio rural catarinense. Considerando apenas os produtores que comercializam leite para as indústrias, são mais de 50 mil famílias.*

*A região Extremo Oeste de Santa Catarina responde por cerca de 25% da produção estadual; ano a ano, esta participação vem aumentando. A atividade leiteira envolve também um expressivo número de empresas com inspeção federal, estadual e municipal que recebem e comercializam o leite e derivados.*

*Além disso, existem outros aspectos de grande importância na*

*produção leiteira da região: a atividade leiteira está concentrada na pequena e média propriedade; utiliza mão-de-obra da família de forma intensiva e distribuída uniformemente ao longo do ano; através do leite, há o ingresso mensal de recursos financeiros na propriedade; usa terras acidentadas consideradas não-nobres; é uma alternativa de grande alcance social, pois mais de 85% das 30 mil famílias da região se dedicam à atividade; tem um efeito multiplicador na economia regional, pois gera emprego, fixa as famílias, movimenta o comércio, indústrias e prestadores de serviço.*

*Por sua importância no desenvolvimento econômico e social do estado e, de maneira especial, para a nossa região, consideramos estratégico e indispensável o desenvolvimento e a manutenção de forma sustentável desse sistema produtivo. Para tanto, o setor vem se organizando e trabalhando no sentido de buscar a competitividade necessária neste contexto de concorrência nacional e internacional. Isso pode ser potencializado se alguns compromissos e ações forem adotados.*

*Reunidos no SEMINÁRIO REGIONAL DO LEITE, realizado em São Miguel do Oeste no dia 21 de setembro de 2005, com a participação de mais de 500 lideranças do setor, representando mais de 30 municípios, os agricultores, suas representações, as indústrias, o sistema cooperativo, o serviço de extensão rural, os poderes públicos municipal e estadual, técnicos de instituições públicas e privadas consideram que há uma série de ameaças rondando o setor. Entre elas, citam as seguintes:*

*1º) Acesso desigual ao crédito rural;*

*2º) Ações de fomento que privilegiam os produtores capitalizados e as maiores produções;*

*3º) Pagamento por quantidade de leite produzido e não por qualidade, beneficiando os produtores maiores em detrimento dos menores. Esta política se mantém contribuindo para a concentração da atividade leiteira excluindo grande número de famílias do setor, a exemplo do que aconteceu na suinocultura;*

*4º) Muitos freteiros na mesma comunidade, provocando desperdício de energia, tempo, material, infra-estrutura e serviços públicos e encarecendo os custos;*

*5º) Endividamento dos produtores em investimentos não-produtivos;*

*6º) Livre importação do leite e derivados sem a devida taxação e fiscalização quanto à qualidade;*

*7º) Dificuldades e burocracia na implantação e no fortalecimento de agroindústrias familiares;*

*8º) Indústrias não oferecem nenhum tipo de garantia aos produtores;*

*9º) Falta de capacitação técnica e gerencial de muitas famílias para desenvolver a atividade;*

*10º) Ausência de laboratório oficial regional para análises de rotina do leite, derivados e antibiogramas;*

*11º) Poder público municipal despreparado para controlar a produção e a arrecadação;*

*12º) Ausência de um campo experimental na região voltado à pesquisa para a atividade leite;*

*13º) Vulnerabilidade no controle sanitário do rebanho;*

*14º) Inexistência de marketing municipal, estadual e federal do produto leite e derivados que incentive o consumo;*

*15º) Não-observância, na íntegra, da legislação para os produtos lácteos;*

*Em razão do quadro acima e do momento crítico que a atividade atravessa, os participantes propõem as seguintes ações a serem postas em prática pelas famílias, pelo Poder Público Municipal, pelas Indústrias, pelo Governo Estadual e pelo Governo Federal.*

**“AÇÕES A SEREM POSTAS EM PRÁTICA PELAS FAMÍLIAS ENVOLVIDAS COM A ATIVIDADE**

*Buscar capacitação visando gerenciar adequadamente a atividade.*

*- Baixar o custo de produção, produzindo leite à base de pasto, tornando-se o mais independente possível de insumos externos à propriedade.*

*- Fazer investimentos planejados e com acompanhamento técnico.*

*- Não fazer investimentos improdutivos.*

*- Organizar-se na comunidade para barganhar preços na compra de materiais, equipamentos, insumos e na venda do produto.*

*- Ter conhecimento pleno da normativa 51 e adequar-se a ela.*

*- Planejar o plantel de acordo com a pastagem disponível.*

*- Eliminar os animais improdutivos.*

*- Usar os financiamentos nos objetivos propostos.*

*- Criar centros comunitários e ou municipal de recebimento, estocagem, beneficiamento e comercialização do leite.*

*- Uniformizar a produção de leite ao longo do ano.*

**AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL**

- Incentivar o plantio e a compra local de sementes de pastagens produzidas pelas próprias famílias.
- Adotar mecanismos de acompanhamento e controle da produção e da comercialização do leite, aplicando os valores arrecadados no próprio setor.
- Criar programas de compras local do leite e derivados visando a merenda escolar, creches, hospitais, cestas básicas e outros.
- Incentivar os municípios ao consumo do leite e derivados privilegiando as indústrias da região.
- Priorizar a assistência médica veterinária em ações abrangentes de caráter preventivo.

**AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DAS INDÚSTRIAS**

- Pagar pela qualidade do produto.
- Assegurar em Contrato ou Termo de Compromisso a compra do produto.
- Prestar assistência técnica gratuita e de qualidade aos produtores, não vinculada a pacotes tecnológicos e interesses comerciais, levando em conta a realidade de cada família.

**AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DO GOVERNO DO ESTADO**

- Fortalecer as pequenas indústrias que agreguem valor ao produto, destinando profissionais do quadro da Secretaria da Agricultura da região para acompanhamento, vistoria e liberação, seguindo a linha de descentralização adotada pelo Governo do Estado.
- Monitorar as análises lácteas rotineiras efetuadas nos laboratórios das indústrias, assegurando a confiabilidade dos dados apresentados aos agricultores.
- Criação de um fundo estadual originário de um percentual da comercialização do leite e derivados, revertendo para o setor ou para fazer frente a adversidades surgidas.
- Implantação no Extremo-Oeste de um laboratório oficial para análises de rotina do leite, derivados e antibiograma.
- Criação de um Centro de Pesquisa Regional voltado à atividade.
- Reforçar as barreiras e outros pontos para fiscalizar a entrada de carnes, leite e derivados de origem animal.
- Fazer o marketing do produto, leite e derivados, a partir de um rebanho sadio, sem vacinação e alimentado a partir do pasto.
- Incentivar o consumo do leite e derivados nas escolas e outras instituições mantidas pelo Governo do Estado.
- Alocar um profissional da Cidasc em cada município para atuar na prevenção e na educação sanitária animal.
- Criar, em razão das semelhanças de clima, solo e sistema produtivo, uma política regional voltada ao leite em conjunto com os estados do Paraná e Rio Grande do Sul.
- Oferecer incentivo para que indústrias se instalem na região, com vistas à produção de farinha de carne e osso a partir de animais descartados e recém-nascidos.

**AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DO GOVERNO FEDERAL**

- Estabelecer padrões mínimos de qualidade para o leite importado.
- Taxar a entrada do leite e derivados, revertendo os valores em benefício do setor.
- Motivar de forma constante, em rede nacional, o consumo do produto leite e derivados.
- Criar linha de crédito emergencial para estoque de lácteos por parte das indústrias.
- Inspeção federal deve fazer cumprir a legislação dos produtos lácteos.
- Adotar rigidez e controle nos financiamentos de animais leiteiros.
- Exigir por parte dos agentes financeiros, nos financiamentos de investimentos no setor leiteiro por parte dos agricultores uma análise das reais prioridades para a propriedade leiteira liberando o crédito de acordo com estas necessidades.
- Desvincular do limite do Pronaf a aquisição de equipamentos em grupo, mediante projeto técnico para que os agricultores se adaptem à normativa 51.
- Diminuir impostos e taxas sobre insumos e equipamentos agrícolas, principalmente aqueles voltados ao setor leite.
- Promoção do leite como produto da exportação da agropecuária brasileira.
- Fiscalização rigorosa na qualidade do leite importado.

Os participantes do Seminário Regional do Leite esperam ver as proposições desta carta acatadas e postas em práticas pelas instâncias competentes, pois só desta forma a atividade leiteira se manterá sustentável gerando emprego, renda e serviços, não só para as famílias rurais, mas, acima de tudo, dando suporte à economia regional e para o Estado de Santa Catarina.

São Miguel do Oeste, 21 de setembro de 2005".

Assim, o Projeto de Lei que apresentamos é a mais moderna forma de se constituir uma política pública, propositiva e consequente, de intervenção positiva do Estado numa cadeia produtiva.

Nesse sentido, a proposta ora submetida à apreciação dos membros deste Parlamento, significa uma importante política pública, que passará a dar respostas concretas a um importante setor da economia catarinense e à região de maior produção de leite no Estado. Finalmente, a mesorregião Oeste de Santa Catarina experimentará um mecanismo novo e que poderá ser utilizado em outras regiões.

Portanto, estas são as razões pelas quais apresento a presente proposição, contando com o apoio dos ilustres Pares desta Casa Legislativa para a sua aprovação.

Deputado Padre Pedro Baldissera

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 562.8/2013**

Denomina Rodovia Adelina Clara Hess de Souza a continuação da via expressa, identificada como SC 108, que liga a BR 470 até o início da Vila Itopava, Distrito de Blumenau.

Art. 1º Fica denominada Rodovia Adelina Clara Hess de Souza a continuação da via expressa, identificada como SC 108, que liga a BR 470 até o início da Vila Itopava, Distrito de Blumenau.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Dado Chereim

Lido no Expediente

Sessão de 03/12/13

**JUSTIFICATIVA**

A presente proposição tem como objetivo homenagear, *in memoriam*, a Sra. Adelina Clara Hess de Souza, pelos seus grandes feitos prestados a sociedade Catarinense.

A Sra. Adelina Clara Hess de Souza nasceu em Luiz Alves - SC em 20 de março de 1926, empresária, viúva de Rodolfo Francisco de Souza Filho, mãe de 16 filhos, mulher dedicada a família e com imenso espírito empreendedor, faleceu no ano de 2008, deixando honroso legado pela sua dedicação aos negócios e pela sua grande contribuição na economia de Santa Catarina.

Aos 14 anos de idade já demonstrava o empreendedorismo, quando começou a ajudar no armazém de secos e molhados dos pais. Juntamente com seu esposo, deu origem à empresa "Dudalina", ainda em 1957, em Luís Alves.

Referida empresa é atualmente reconhecida em 55 países e surgiu do amor de ambos, de uma máquina de costura e de um lote de tecidos que estava estocado.

A Sra. Adelina viu neste lote a oportunidade de transformá-lo em camisas, de modo que inauguraram uma pequena fábrica em Luiz Alves, a qual ficou em pouco tempo pequena diante de inúmeros pedidos.

Mudaram-se para Blumenau e inauguraram nova sede no Bairro Fortaleza em 1984. Um ano após, construiu nova fábrica em Luís Alves e abriu em Blumenau a fábrica ADRO de calças, bermudas, shorts e jaquetas. Em 1986 foi responsável pela abertura de três unidades industriais em Santa Catarina e em 1988 abertura do escritório de vendas em São Paulo.

Seu empreendedorismo e amor ao trabalho estenderam seus negócios, de modo que em 1992 foi aberta a unidade fabril de Terra Boa, no Paraná.

Entre os anos de 1983 e 1990 adquiriu e passou a administrar o Hotel Himmelblau, em Blumenau. Em 1992 iniciou as atividades da firma de Patchwork e quatro anos depois construiu o Hotel Fazenda Santo Antônio.

Seu empreendedorismo não cessava, de modo que em 1999 inaugurou o Centro Empresarial Dudalina, em Blumenau, SC e em 2001, em Balneário Camboriú, inaugurou o Edifício Torre Atlântica.

A Sra. Adelina Clara Hess de Souza recebeu, em 1995, Título de Cidadã Benemérita do Município de Luís Alves, sendo também homenageada pela Câmara de Vereadores de Blumenau com o título de Cidadã de Blumenau.

Em 2006, foi homenageada pelo Governador do Estado de Santa Catarina com a condecoração Medalha Anita Garibaldi.

Esta mulher guerreira e forte, também publicou em 1996 o livro "Retrato de Família" e em 2002 o livro "Construindo Sonhos", deixando grandes ensinamentos para todos.

Pelo exposto, conto o apoio dos nobres colegas para aprovação do presente Projeto de Lei, como forma de homenagear a Sra. Adelina Clara Hess de Souza, pela sua brilhante história de força, fé, dedicação, amor e coragem.

Deputado Dado Chereim

\*\*\* X X X \*\*\*